

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFH  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS – GCN  
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

Geraldo Aldair Souza

**A INSERÇÃO DE PALHOÇA NA REGIÃO METROPOLITANA  
DE FLORIANÓPOLIS: SUA REESTRUTURAÇÃO  
ECONÔMICA E URBANA NA ATUAL DIVISÃO  
TERRITORIAL DO TRABALHO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Armen Mamigonian

Florianópolis  
2011

## Catlogação

Geraldo Aldair Souza

**A INSERÇÃO DE PALHOÇA NA REGIÃO METROPOLITANA  
DE FLORIANÓPOLIS: SUA REESTRUTURAÇÃO  
ECONÔMICA E URBANA NA ATUAL DIVISÃO  
TERRITORIAL DO TRABALHO.**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de ....., e aprovada em sua forma pelo Programa .....

Florianópolis, ..... de ..... de 2011.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Magaly Mendonça  
Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Armen Mamigonian  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel Maria F. do Amaral Pereira  
Membro  
Universidade Federal de Santa Catarina - Univali

---

Prof. Dr. José Messias Bastos  
Membro  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Fábio Napoleão  
Membro  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis  
2011



## **AGRADECIMENTOS**

A realização de uma dissertação de mestrado se torna possível porque existem pessoas que contribuem para que isso ocorra, seja através do seu conhecimento ou de forma afetiva, todas sem dúvida colaboraram sobremaneira na elaboração deste trabalho.

Agradeço em especial ao meu orientador professor Armen Mamigonian; à minha esposa Rita de Cássia Cesconetto Souza; ao meu filho Arthur Cesconetto Souza; e a minha filha Sophia Cesconetto Souza, pela compreensão e apoio nos momentos de maiores dificuldades.

Aproveito para agradecer também a todos os professores que contribuíram para a minha formação no curso de mestrado e de forma especial aos membros da banca: professor José Messias Bastos; professor Fábio Napoleão e professora Raquel M. Fontes do Amaral Pereira.



## RESUMO

Este trabalho teve como principal objetivo analisar os fatores internos e externos que vem intensificando a inserção de Palhoça numa nova dinâmica sócio-espacial na região polarizada por Florianópolis. Nesta perspectiva, constata-se que o município vem exercendo regionalmente diferentes funções no decorrer do processo histórico. O estudo revela que permanece, até a década de 1960, no município características de uma pequena produção mercantil açoriana, em decadência, que não conseguiu acumular forças suficientes para de dar início a relações capitalistas de produção. As décadas de 1970 e 90 marcaram a inserção de Palhoça no processo de expansão urbana periférica, comandada pela Capital, determinando novas funções, como por exemplo, os loteamentos populares, a prestação de pequenos serviços, as manufaturas de móveis embutidos. Cabe destacar que a principal função do município, nesta fase, era ser um receptor da população imigrante, que se estabelecia em decorrência do baixo preço dos lotes e da relativa proximidade com a Capital. Esse processo foi desencadeado inicialmente pela ação do Estado, com a conclusão da BR-101 e a construção de conjuntos habitacionais, atraindo grande fluxo migratório, fator fundamental para o desenvolvimento do mercado interno. Dessa forma, até década de 1990, a presença do capital privado no município era basicamente composto por iniciativas capitalistas locais, principalmente desenvolvidas a partir da presença efetiva dos novos imigrantes. Nesta primeira década do século XXI verificou-se que vem ocorrendo profundas mudanças na estrutura urbana e econômica de Palhoça, promovidas por novos estabelecimentos de grupos empresariais, especialmente de fora da região, cita-se a Ambeve, Renner, Havam, Rodobens, shopping, Unisul, Bancos. Esse capital vem se estabelecendo no município por inúmeras razões, com destaque para sua localização estratégica, o dinamismo dos empreendedores locais, a abundante mão-de-obra, disponibilizados pela explosiva urbanização. Assim, esses novos investimentos empresariais estão propiciando novas funções, com a diversificação industrial, comercial e de serviços, determinando o aprofundamento da divisão territorial do trabalho na região, contribuindo não só para projetar o município para além das fronteiras da região, como também para criar um projeto mais amplo.

**Palavras-Chave:** Processo. Desenvolvimento. Produção. Urbanização. Dinamismo econômico.





## ABSTRACT

The main aim of this paper is to analyze the internal and external factors which has been intensifying the insertion of the city of Palhoça in a new dynamic socio-spatial region polarized by Florianópolis. In this perspective, it can be noticed that the city has regionally been prosecuting different roles on the historical process. The study reveals that the characteristics of a small azorian mercantile production in the city persists until the 1960's, as a consequence it has not accumulated sufficient forces to initiate the capitalist relations of production. The 1970's and the 1990's pointed out the insertion of Palhoça in the process of periferic urban expansion, headed by the Capital of the State, fixing new functions, such as, the popular allotments, provision of small services and the manufactures of built-in furniture. It is worth noting that the main function of the city at this stage was to be an immigrant population receptor, which was established due to the low price of plots of land and the relative proximity to the Capital. This process was initially triggered by State action, with the completion of the BR-101 and construction of housing, attracting large migratory flow, a fundamental factor for the development of the internal market. Thus, until the 1990s, the presence of private capital in the city was largely composed of local capitalists initiatives, mainly developed from the effective presence of new immigrants. In this first decade of XXI century it was found that there has been profound changes in the urban and economic structure of Palhoça, promoted by new establishments of business groups, especially from outside of the region, such as, Ambev, Renner, Havan, Rodobens, shopping mall, Unisul, Banks. This capital has established itself in the city for many reasons, which highlights the strategic position of its location, the dynamism of its local entrepreneurs, the abundant manpower made available by the explosive urbanization. Thus, these new business investments are providing new functions, with industrial diversification, trade and services, determining the deepening of the territorial division of labor in the region, contributing not only to design the city beyond the borders of the region but also to create a broader project.

**KEY WORDS:** Process. Development. Production. Urbanization. Economic dynamism.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização de Palhoça e área de estudo .....	28
Figura 2 – Mapa de expansão urbana - área continental 1957 .....	33
Figura 3 – Mapa de expansão urbana - área continental 1976 .....	76
Figura 4 – Mapa de expansão urbana – área continental 1990 .....	77
Figura 5 – Hipsometria do município de Palhoça e região .....	96
Figura 6 – Mapa de declividade de Palhoça e região .....	98
Figura 7 – Mapa de expansão urbana – área continental 2009 .....	101
Figura 8 – Centro de distribuição da Renner .....	117
Figura 9 – Centro de distribuição da Midea .....	118
Figura 10 – Mapa – expansão dos investimentos privados em Palhoça .....	119
Figura 11 – Instalação da indústria Farmacêutica Milian .....	120
Figura 12 – Entrada da antiga Indústria de cerâmica Tapuia .....	121
Figura 13 – Lotes empresariais a venda em 2009 .....	122
Figura 14 – Instalação de empresas no loteamento JAT em 2010 .....	122
Figura 15 – Loteamento empresarial Bela Vista – CD Imperatriz .....	123
Figura 16 – Centro de distribuição da Ambev .....	124
Figura 17 – Centro de distribuição da Melo .....	125
Figura 18 – Indústria de ar condicionado Komeco .....	125
Figura 19 – Localização estratégica da Havam e Shopping na BR -101 .....	126
Figura 20 – Implantação do Condomínio residencial Terra Nova .....	127
Figura 21 – Obras de implantação do loteamento Nova Palhoça .....	127
Figura 22 – Vista parcial das obras do loteamento Nova Palhoça .....	128
Figura 23 – Verticalização no loteamento Pagani .....	129
Figura 24 – Viaduto e túnel no entroncamento da BR – 101 e 282 – Bela Vista .....	130
Figura 25 – Nova ligação entre os bairros Ponte de Imaruim e Centro .....	131
Figura 26 – Novo acesso para as áreas empresariais no Bairro Jardim Eldorado .....	131
Figura 27 – Nova sede da Câmara de Vereadores – loteamento Pagani .....	132
Figura 28 – Nova sede da Prefeitura de Palhoça – loteamento Pagani .....	133
Figura 29 – Nova sede do Fórum municipal – loteamento Pagani .....	133
Figura 30 – Shopping Center Viacatarina .....	134
Figura 31 – Hotel Slaviero – anexo ao Shopping .....	135
Figura 32 – Publicidade da cidade de Palhoça .....	136
Figura 33 – Publicidade para atrair investimentos privados .....	136



## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – População urbana e rural .....	29
Tabela 2 – População E. A. com 10 anos ou mais e ramo de atividade principal.....	30
Tabela 3 – Transformação de cana-de-açúcar e mandioca .....	31
Tabela 4 – População total e produção de alguns produtos agrícolas entre as décadas de 1950/60.....	34
Tabela 5 – Distribuição da PEA por setor de atividade em 1960 .....	36
Tabela 6 – Evolução urbana e demográfica entre os censos de 1960 e 1970 .....	49
Tabela 7 – Setor de atividade de acordo com a PEA em 1970 .....	51
Tabela 8 – População, número de imigrantes e evolução urbana em Palhoça.....	72
Tabela 9 – Desenvolvimento das atividades industriais em Palhoça..	80
Tabela 10 – Pessoal ocupado na indústria e percentual de crescimento .....	82
Tabela 11 – Pessoal ocupado no comércio e percentual de crescimento .....	84
Tabela 12 – População economicamente ativa por setor da economia	92
Tabela 13 – População total e urbana por década em Palhoça e Biguaçu .....	99
Tabela 14 – Número de licenças e área a construir expedidos pelo CREA/SC.....	108
Tabela 15 – Empregados e estabelecimentos 2000/006.....	109
Tabela 16 – Setor de serviços em Palhoça e percentual de crescimento .....	110
Tabela 17 – Número de empregados e estabelecimentos na indústria em Palhoça.....	111
Tabela 18 - Número de empregados e suas atividades e percentual de crescimento .....	113
Tabela 19 – Investimentos privados concluídos ou em fase de conclusão – 2009/010 .....	115
Tabela 20 – Concessões de crédito ao setor privado por origem de capital em bilhões .....	150
Tabela 21 – Modalidade de operações de crédito entre 2000/009 .....	152
Tabela 22 – Evolução do PIB total e relação crédito/PIB no Brasil entre 2000 a 2009.....	153
Tabela 23 – Evolução do comércio exterior – importação/ exportação entre 2003/009 .....	158

Quadro 1 - Síntese - pesquisa (entrevistas) das empresas selecionadas – 2010 .....	160
--	-----



## LISTA DE SIGLAS

**BACEN – Banco Central do Brasil**  
**BESC – Banco do Estado de Santa Catarina**  
**BNH – Banco Nacional de Habitação**  
**BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento**  
**BIRD – Banco Interamericano de Desenvolvimento**  
**CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina**  
**CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina**  
**COHAB – Companhia de Habitação**  
**CODISC – Companhia de Distritos Industrial de Santa Catarina**  
**CREA/SC – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de SC**  
**DIESSE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudo**  
**DIT – Divisão Internacional do Trabalho**  
**DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento**  
**DNER – Departamento Nacional de Estrada e Rodagem**  
**ELETROSUL – Centrais Elétricas do Sul**  
**FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos**  
**FIESC – Federação das Indústrias de Santa Catarina**  
**IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**  
**IDH – Índice de Desenvolvimento Humano**  
**IPEA – Instituto de Pesquisa econômica Aplicada**  
**MTE – Ministério Do Trabalho E Emprego**  
**PAC – Programa Aceleração Econômico**  
**PEA – População Econômica Ativa**  
**PIB – Produto Interno Bruto**  
**PLANEG – Plano de Metas Governamentais**  
**PND – Programa Nacional de Desenvolvimento**  
**PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**  
**POE – Plano de Obras e Equipamentos**  
**PROCASA – Casa Própria**  
**PRODEP – Programa de Formento econômico e Incentivos Fiscais para Empresas do Município de Palhoça**  
**RAIS – Relação Anual de Informações Sociais**  
**SECEX – Serviço de Comércio Externo**  
**SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas**  
**SDR – Secretaria Desenvolvimento Regional**  
**SENAI – Sistema Nacional das Indústrias**



**SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil**  
**SNH – Sistema Nacional de Habitação**  
**SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	21
<b>1 A ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DE PALHOÇA NAS DÉCADAS DE 1950 E 60 - SEU PAPAEL NO CENÁRIO ESTADUAL REGIONAL NO PERÍODO PRÉ-URBANIZAÇÃO</b> .....	27
1.1 PALHOÇA E A ESTRUTURA SÓCIO-ESPACIAL NA DÉCADA DE 1950 .....	27
1.2 NOVA DINÂMICA NA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NACIONAL PÓS-1950 E OS DESDOBRAMENTOS LOCAIS .....	38
<b>1.2.1 Desenvolvimento capitalista desigual no território nacional e catarinense</b> .....	40
<b>1.2.2 Inserção de Santa Catarina no modelo desenvolvimentista.</b>	44
2.3 ESPECIFICIDADE ECONÔMICA E URBANA DE PALHOÇA DIANTE DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NACIONAL .....	47
<b>1.3.1 Processo de decadência da estrutura social de Palhoça entre as décadas de 1950/60</b> .....	54
<b>1.3.2 A pequena produção mercantil em Palhoça e as dificuldades de transição para um capitalista mais avançado</b> .....	60
<b>2 O PROCESSO DE INSERÇÃO DE PALHOÇA NA REGIÃO URBANIZADA DA CAPITAL</b> .....	67
2.1 A PRESENÇA DO ESTADO NO ESPAÇO LOCAL .....	67
2.2 AÇÃO DO ESTADO E AS MUDANÇAS ECONÔMICAS E URBANAS EM PALHOÇA .....	69
2.3 ESTRUTURA ECONÔMICA DE PALHOÇA NAS DÉCADAS DE 1970 A 1990 - A CONVIVÊNCIA ENTRE O VELHO E O NOVO.....	78
<b>2.3.1 Crise política e econômica nas décadas de1980/90 e seus efeitos no plano local.</b> .....	85
2.3.2 Desenvolvimento econômico e urbano de Palhoça diante da crise nacional .....	90
<b>3 O CAPITAL PRIVADO E O ATUAL PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA DE PALHOÇA</b> .....	95
3.1 FORMAS NATURAIS E A LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA DE PALHOÇA NA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS .....	95
3.2 INSERÇÃO DE PALHOÇA NA NOVA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO .....	102

<b>3.2.1 Os agentes e suas ações no território municipal</b> .....	104
3.3 NOVOS INVESTIMENTOS E OS REFLEXOS NA ESTRUTURA ECONÔMICA MUNICIPAL .....	109
<b>3.3.1 Novas formas e funções e o remodelamento do espaço local</b>	
<b>4 AS DUAS VERTENTES DO CAPITAL PRIVADO</b>	
<b>EM PALHOÇA: o desenvolvimento dos capitalistas locais e a recente presença do capital externo</b> .....	138
4.1 O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO INTERNO E O AUMENTO DAS INICIATIVAS CAPITALISTAS EM PALHOÇA – A IMPORTÂNCIA DOS IMIGRANTES PARA ESSE NOVO PROCESSO .....	139
4.2 CAPITAL REGIONAL E NACIONAL E A RECENTE EXPANSÃO PARA PALHOÇA.....	144
<b>4.2.1 A expansão dos investimentos empresariais da região metropolitana de Florianópolis para Palhoça</b> .....	144
<b>4.2.2 A recente presença de investimentos empresariais nacionais em Palhoça</b> .....	147
<b>4.2.3 A importância da atual conjuntura econômica nacional .... para o desenvolvimento local</b> .....	149
4.3 AS DUAS VERTENTES EMPRESARIAS: SUAS DIFERENÇAS EM RELAÇÃO AS ESTRATÉGIAS DE MERCADO E POLÍTICA ECONÔMICA LOCAL.....	155
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	163
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	167
<b>ANEXOS</b> .....	179



## INTRODUÇÃO

A expansão urbana das últimas décadas de Florianópolis para os municípios circunvizinhos, principalmente, São José, Palhoça e Biguaçu, é fato relevante no processo de transformações sócio-espaciais destes municípios. Destaca-se, no processo atual, o município de Palhoça, como um dos maiores expoentes dessa expansão, fato este constatado pelo crescimento demográfico e pelas taxas de população urbana<sup>1</sup>. Mas, como veremos, nos últimos anos, a função de Palhoça não se resume em absorver o processo de expansão urbana da Capital, nota que novos fatores de ordem técnica e econômica estão definindo novas funções na região.

O elevado crescimento populacional e o atual processo de urbanização são fatores importantes para entendermos a nova conjuntura econômica, pois não foram às antigas forças produtivas<sup>2</sup> que determinaram o elevado índice de urbanização do município, mas, sobretudo, fatores externos, com destaque para as ações do Estado como planejador e executor de infra-estrutura. Por isso, quando falamos que o município de Palhoça passa por mudanças significativas no seu processo econômico e urbano, não podemos negar que a expansão urbana de Florianópolis foi essencial para o atual momento. Pode-se dizer, em linhas gerais, que o dinamismo econômico e urbano em Florianópolis foi um dos fatores para o desencadeamento urbano e econômico atual de Palhoça. Entretanto, o município não é um mero apêndice econômico ou urbano de Florianópolis, principalmente nos dias de hoje, em que já se formou um grande número de moradores e consumidores (classe média e uma numerosa classe popular), que desembocou na multiplicação de

---

<sup>1</sup> Para ter-se uma idéia, o município tinha em 1970 uma população de 20 652 hab. com uma população urbana na ordem de 31,0%, índice abaixo do Estado (42,9%) e principalmente de Florianópolis (87,0%) e São José (69,0%). Três décadas depois o município passou a ter outra realidade, com uma população de 122, 471 hab. sendo que deste total 97,0 % era considerada urbana (IBGE: 2007), acima da média estadual (82,0%) e igual à Capital, passando de um município com funções rurais até a década de 1970, para um lugar com predomínio das atividades urbanas nos anos 1990.

<sup>2</sup> O Município Palhoça situado na fachada litorânea catarinense teve como formação social a pequena produção mercantil açoriana.

atividades de comércio e serviço<sup>3</sup>. No processo atual o município paulatinamente passa a conferir em seu território outra realidade econômica e social, ganhando vida própria, ao oferecer inúmeros empregos, tanto na indústria como nos demais setores econômicos, consolidando o desenvolvimento do mercado interno, determinando mudanças significativas na formação espacial regional, isto sem deixar de considerar a densificação de habitações na sua zona balneária de veraneio.

Nos últimos anos, as transformações ocorridas no município serviram para aguçar as idéias e determinar a investigação desta pesquisa. Entende-se que as ações orquestradas pelos agentes políticos e econômicos<sup>4</sup>, em particular a ação do capital privado de origem externa, como sendo um dos principais responsáveis por desenvolver sua economia e dar mais dinamismo para a cidade de Palhoça e sua imediata região de influência.

Diante desse fato, a investigação tem com foco central os fenômenos que proporcionaram esta nova organização, dando ênfase ao atual estágio das forças produtivas e suas relações com a nova organização sócio-espacial regional. Entre os fenômenos estudados, destacam-se a especificidade do município diante da decadência da pequena produção mercantil e suas dificuldades em desenvolver um mercado interno; a inserção de Palhoça na região metropolitana de Florianópolis; a posição do município na atual divisão territorial do trabalho, (regional, nacional) e as ações empresariais e do Estado na nova dinâmica sócio-espacial.

---

<sup>3</sup> Segundo os dados divulgados pelo PNUD - 2007 apud AN Notícias, 28/03/008, Palhoça foi um dos municípios que mais cresceu, sendo considerado de alto desenvolvimento humano. De acordo com a Secretária de Estado da Fazenda registrado no Diário Oficial de 21/12/007, Palhoça obteve o maior crescimento econômico do Estado, na ordem de 11,42% enquanto São José teve um crescimento de 6,15 e Florianópolis de 5,52%, sendo, portanto, o município que mais vem crescendo na região. Em nível estadual Palhoça saltou do 45º, ocupação no Estado, para o 35º lugar. A projeção para a Secretaria de Estado da Fazenda é que o município fique nos próximos anos entre os cinco maiores.

<sup>4</sup> Evidencia-se nos últimos anos o quanto o poder público em consonância com o capital privado vem proporcionando uma nova dinâmica econômica e urbana no município, reorganizando o espaço deste, a fim de atender as exigências do mercado, fato este constatado através de decretos Leis aprovados pelo legislativo municipal. Cita-se como exemplo, o Decreto nº 007/06 aprovando o loteamento empresarial das empresas Hafil e Varuna empreendimentos imobiliários, Ltda., intensificando os investimentos privados, criando novas formas de organização sócio-espacial. Além disso, o poder público vem dando grande ênfase no marketing da cidade, sobretudo nos aspectos de “modernidade” e crescimento econômico, criando através das propagandas uma imagem de cidade “perfeita” para investimentos empresariais.

Os estudos desses fenômenos partiram da decadência da pequena produção mercantil, até a primeira década do século XXI, subdividindo o trabalho em três fases: a primeira correspondendo aos anos de 50 e 60 (a estagnação econômica e social), a segunda entre as décadas de 70 e 90 (o momento de transição), e a terceira, entre os fins dos anos 1990 aos dias atuais (nova dinâmica econômica e urbana)<sup>5</sup>. Ressalta-se que a escolha do recorte temporal a partir da década de 1950 se deve à sucessão de fatores ocorridos na escala nacional e estadual com desdobramentos em várias regiões de Santa Catarina e, particularmente, em Florianópolis. Sendo que os municípios situados na orla atlântica catarinense formam no seu conjunto os mais fortemente reestruturados econômica e socialmente. Assim, procurar-se-á verificar, analisar e explicar as principais forças que imprimiram as mudanças em curso.

Para a compreensão desses fenômenos recorreremos à categoria teórica e metodológica de formação sócio-espacial<sup>6</sup> introduzida por Milton Santos na Geografia marxista. Nesta perspectiva, entende-se o espaço geográfico do município de Palhoça como resultado de um produto histórico e social, isto é, das relações de produção e das relações da sociedade e o meio circundante. Essas relações são, antes de tudo,

---

<sup>5</sup> Esta periodização teve com base os estudos de Bastos (2000: 127-128) que ao estudar a urbanização de Florianópolis (antiga Desterro), dividiu este processo em três fases: a primeira fase refere-se à ascensão da pequena produção mercantil açoriana, momento que a cidade torna-se exportadora de gêneros alimentícios; a segunda fase iniciada no último quartel do século XIX, quando Florianópolis é promovida a praça importadora; a última fase corresponde o processo de inserção de Florianópolis no capitalismo industrial brasileiro e catarinense a partir da segunda metade dos anos 50. Notadamente Rangel (1981; 26) Santos (2006:47) e Harvey (1992; 156) vão caracterizar a década de 1950 com um novo período tanto em nível de capitalismo internacional, como na formação sócio-espacial nacional. A periodização realizada nesta pesquisa se aproxima dos estudos dos referidos autores, principalmente de Bastos. No entanto, ressalta-se que a realidade de Palhoça possui especificidades (mesmo com a proximidade da Capital) que necessitaram de divisões diferenciadas. Estas diferenças ficaram melhor esclarecidas no decorrer da dissertação, mas brevemente desta-se com forma de exemplificação, a década 1950, quando corretamente Bastos (2000: 128) registrou uma nova fase para Florianópolis. Segundo o autor, foi uma fase de radical transformação da cidade, readquirindo funções que havia perdido com a decadência da pequena produção açoriana. Se a realidade da Capital era essa em Palhoça era outra, pois a decadência da pequena produção mercantil ainda não havia sido esgotada. Como ressalta Santos (2002: 133), “a cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros. É assim que se forma e mantém sua individualidade”. Portanto, foi necessário adequar os estudos de Palhoça de acordo com a sua realidade social e econômica.

<sup>6</sup> Partindo da esfera da produção, a noção de formação sócio-espacial, fundamentada por Marx e Engels (O Capital, Ideologia Alemã) e desenvolvida por Lênin (O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia), proporciona a realização de estudos geográficos que revelam “múltiplas determinações” (MARX) – naturais, culturais, econômicas etc, - e suas articulações no tempo e espaço. Logo, tais estudos revelam a importância da divisão de totalidade na compreensão da realidade. A respeito ver Mamigonian (1991).

relações de trabalho dentro do processo produtivo geral da sociedade. É um produto histórico que sofreu e sofre um processo de acumulação técnica e cultural, apresentando a cada momento as características e determinações da sociedade que o produz (SANTOS: 1979).

Portanto, é necessário a idéia de modo de produção e formação econômica e social, permitindo compreender a realidade e as especificidades de cada lugar, sem perder a noção desta realidade com o todo. Nesta linha de raciocínio para Sanches (1191) apud Corrêa (1995: 243), o espaço geográfico deve ser considerado em uma “tríplice perspectiva, ou seja, em sua globalidade, em suas transformações e nas suas causas e leis de articulação e transformação do espaço geográfico, enquanto espaço social”.

Próximo desta visão, Cholley apud Mamigonian (2003:29-30) parte do pressuposto de que “os fatos geográficos são combinações concretas, e como tais precisam ser estudadas e decifradas”. Essas combinações para Cholley são interações entre os elementos físicos, biológicos e sociais de um dado lugar, combinações segundo ele tão complexas e interativas que modificando um dos elementos o todo também é modificado<sup>7</sup>. Nesta mesma linha de raciocínio Marx (1983:218), define que “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade”.

O ponto de partida para explicar esse processo de (re)estruturação econômica e urbana de Palhoça passa por entender a importância da Divisão Territorial do Trabalho nas transformações locais. Para os geógrafos, a noção de Divisão Territorial do Trabalho permite analisar não só o interior das empresas, mas também como os capitalistas estão produzindo e transformando o espaço geográfico<sup>8</sup>.

Esse processo de transformação e renovação provocada pela Divisão Territorial do Trabalho ganha respaldo concreto, nos nossos estudos, pois possibilita relacioná-la com a atual fase de mudanças sócio-espaciais, que vem ocorrendo no município de Palhoça<sup>9</sup>. Mas, é

---

<sup>7</sup> CF Cholley (1948: 269) “além de sua própria estrutura e de sua essência, que devemos conhecer, é a combinação, na qual se reúnem que lhes dá seu verdadeiro sentido. Devemos, então, procurar estabelecer as relações que os encadeiam aos demais elementos da combinação e a função que lhes cabe no processo em que participa a combinação e no dinamismo que anima”.

<sup>8</sup> Para Pereira, Diamantino (1999: 153), a noção de Divisão social, territorial e manufatureira do trabalho é possível trabalhar na pesquisa geográfica, pois de acordo com o autor todos esses conceitos são também divisões territoriais, com diferenças escalares.

<sup>9</sup> De acordo com Santos (2002:133), “os lugares assim constituídos passam a condicionar a própria divisão do trabalho, sendo-lhe, ao mesmo tempo, um resultado e uma condição, se não



preciso ressaltar que as divisões territoriais do trabalho vão ocorrer sobre uma antiga formação espacial, constituídas de heranças naturais e humanas<sup>10</sup>.

Dessa forma, a pesquisa desenvolve-se com a perspectiva de formação sócio-espacial e as combinações geográficas introduzidas por Cholley. Assim, o primeiro capítulo trata de uma análise histórica e geográfica da situação econômica e urbana do município em relação à decadente formação sócio-espacial da pequena produção mercantil açoriana no litoral catarinense, especialmente na região do município de Palhoça. Enquanto a industrialização e modernização já haviam proporcionado mudanças significativas em inúmeras cidades do interior de Santa Catarina, a capital continuava perdendo importância regional. Portanto, Palhoça possuía especificidades ou combinações, que não proporcionavam, naquele momento, um novo desenvolvimento das forças produtivas locais<sup>11</sup>, um lugar onde a antiga estrutura persistia em continuar e a modernidade tardou a chegar.

O capítulo dois corresponde às décadas de 1970 a 1990, definimos como o momento da transição, ou seja, a fase em que novas combinações<sup>12</sup> passaram a se concretizar em Palhoça, com destaque para a inserção do município no processo de expansão urbana da Capital, o aumento da divisão social e do mercado interno. Mas, esta inserção, marcou também a periferação urbana do município, em relação à região de Florianópolis, tornando-se um forte receptor de imigrantes, geralmente com baixo poder aquisitivo. Entretanto, apesar do papel urbano periférico marcar essas décadas, o município não possuía as mesmas características rurais dos anos de 1960. Mesmo de maneira incipiente, novos investimentos passaram a se localizar no seu território

---

um fator. Mas é a divisão do trabalho portadora das forças de transformação, conduzidas por ações novas ou renovadas, e encaixadas em objetos recentes ou antigos, que tornam possíveis”.

<sup>10</sup> A distribuição das combinações e sua evolução, isto é, as tentativas de organização do planeta repousam, pois, sobre duas bases essenciais: uma base territorial e uma base humana (densidade, estrutura social, nível de vida, técnica, ação política, etc.); a primeira evoca a ação das condições naturais, a segunda o estado do grupo humano, nenhum das duas apresenta o caráter determinante, que outrora lhes foi atribuído.

<sup>11</sup> Introduzimos neste momento da análise os estudos de Lenin (Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia) que não imaginava o desenvolvimento do capitalismo sem o crescimento da população industrial e comercial às expensas da população agrícola. Também, houve a contribuição dos estudos de Rangel, quando este faz referências à importância da dissolução do complexo rural para o desenvolvimento de novas atividades econômicas.

<sup>12</sup> Destaca como um dos vetores do processo de inserção no processo de urbanização a conclusão da BR-101, facilitando a integração entre Palhoça e Florianópolis. Para Peluso, (1991: 330), a BR-101 proporcionou o desenvolvimento econômico e também modificou o movimento migratório da região, levando muitas pessoas a morar em Palhoça.

(industriais, serviços e comércio), definindo, assim, novas funções para a cidade de Palhoça<sup>13</sup>.

Trata-se no capítulo três, das novas formas e funções que o capital privado está produzindo no espaço local, com repercussão na estrutura urbana, nas relações de produção e trabalho, garantindo ao município um novo papel na região metropolitana de Florianópolis. Entre os fatores desencadeadores desse processo destaca-se: a posição físico-territorial do município em relação à região metropolitana de Florianópolis, a descentralização econômica da Capital e de São José, a nova divisão territorial do Trabalho, os meios técnicos, a conjuntura política e econômica do país e as vantagens fiscais.

No quarto e último capítulo, faz-se uma análise do desenvolvimento do capital privado em Palhoça. Este capital foi dividido em duas vertentes: o capital de origem interna, correspondendo aos capitalistas que tiveram sua origem no território local, e o capital externo, sejam eles de origem regional, nacional ou até internacional. As duas vertentes expressam na sua dinâmica a essência do modo de produção capitalista, mas se diferenciam no processo de desenvolvimento, nas estratégias de mercado, nas relações políticas e econômicas com o espaço local.

---

<sup>13</sup> De acordo com Corrêa, Roberto Lobato (1993), “o espaço urbano é produzido por diferentes usos da terra e pela sociedade em suas formas espaciais. É fragmentado, articulado, reflexo e condicionamento social, um conjunto de símbolos e também um campo de lutas. Este espaço urbano é produzido pelos proprietários dos meios de produção; pelos proprietários fundiários, que querem o valor da terra e não o seu valor de uso; pelos paramentos imobiliários, que comercializam ou transformam o capital-mercadoria em capital-dinheiro acrescido de lucros; pelo estado, que regulamenta o uso do solo e que fornece condições de realização de reprodução da sociedade capitalista, bem como acumulação e reprodução das classes sociais e sua frações; e também pelos grupos sociais excluídos”.

## **1 A ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DE PALHOÇA NAS DÉCADAS DE 1950/60- SEU PAPEL NO CENÁRIO ESTADUAL E REGIONAL NO PERÍODO PRÉ-URBANIZAÇÃO**

Este primeiro capítulo serve como base para discussões posteriores, pois objetiva realizar uma análise geográfica da cidade de Palhoça frente à realidade nacional e catarinense desse período. Esta análise vai identificar como e por que o município de Palhoça “tardou-se” inserir no processo de industrialização e modernização brasileira e catarinense, desenvolvidas, sobretudo, durante nas décadas de 1950 e 60<sup>14</sup>.

Para compreender porque Palhoça não se insere no processo de industrialização e modernização, a pesquisa vai cotejar combinações inerentes à antiga estrutura social predominante na região em decadência e as novas relações capitalistas de produção, introduzidas de fora para dentro. Os fatos analisados darão suporte para esclarecer as causas externas e internas que dificultaram o desenvolvimento de uma classe de capitalistas originários no município nesse período.

### **1.1 PALHOÇA E A ESTRUTURA SÓCIO-ESPACIAL NA DÉCADA DE 1950**

O município de Palhoça até a década de 1950 tinha uma extensão territorial de 2 538 km<sup>2</sup>, sendo o 9º entre os municípios catarinenses, muito superior aos dias atuais em que possui uma área de 326,57 Km<sup>2</sup> (Figura 1 p. 28), isso em virtude dos desmembramentos das suas antigas Vilas, que englobavam os atuais municípios de Anitápolis, Garopaba, Paulo Lopes, Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz e São Bonifácio.

---

<sup>14</sup> Estas décadas foram escolhidas como recorte temporal, pois correspondem a um período histórico sem precedentes na formação sócio-espacial brasileiro e catarinense, com o processo de consolidação de um país industrial e urbano, bem como, a modernização do estado, tanto a nível federal como estadual. No entanto, ressalta-se que apesar da análise sócio-econômica enfatizar as décadas de 1950/60, os fatos que levaram a este período extrapolam as décadas citadas, decisões políticas e econômicas anteriores vão ter desdobramentos futuros, como é o caso do Pacto de Poder da década de 1930, liderado pelo presidente Getúlio Vargas.



Figura 1 – Localização de Palhoça e área de estudo

Fonte: adaptado da SDR e imagem do Google Harth, 2009.

Sua população era de 38.346 habitantes (IBGE: 1950), uns dos municípios mais populosos do Estado e o segundo mais populoso da região Fisiográfica de Florianópolis<sup>15</sup>.

**Tabela 1 – População Urbana e Rural**

Brasil, Estado, micro-região e municípios	População total	População urbana	População rural	Pop. Rural em %
Palhoça	38.346	4 578	33.748	88,0
Estado	1.560,502	362 717	1.197,785	76,7
Região	148.301	63 040	85.241	57,47
Florianópolis	67.630	51 115	16.515	24,4
São José	22.798	3 239	19.559	85,7
Biguaçu	19.527	4 108	15.419	78,9

Fonte: IBGE – Censo demográfico de 1950.

De acordo com a tabela acima, nota-se que apesar do município de Palhoça na década de 1950 situar-se em 14<sup>o</sup> lugar, na relação dos municípios mais populosos do Estado, a sua densidade demográfica era relativamente baixa, devido a sua grande extensão territorial. Além disso, a cidade de Palhoça (sede do município) ocupava o 43<sup>o</sup> lugar em população em relação às demais cidades catarinenses, com uma população rural de 88% (Tabela 1) uma das mais elevadas do Estado, superando a média estadual, que era de 76,4%<sup>16</sup>. Esses dados nos revelam a existência de vários núcleos urbanos, e o predomínio das áreas rurais.

Esse elevado percentual da população rural é resultante do predomínio das atividades agrícolas na região, principalmente no município, como bem destaca Peluso (1991:135), “Florianópolis, Palhoça, São José e Biguaçu cresceram independentemente, todas ligadas às suas populações rurais, às quais forneciam bens e serviços em

<sup>15</sup>A tabela original do IBGE feita através do recenseamento de 1950 incluía na Zona Fisiográfica de Florianópolis os municípios de Camboriú, Porto Belo, Tijucas e Nova Trento. Para o nosso trabalho excluímos esses municípios, em virtude de facilitar o entendimento entre esta década e os dias atuais.

<sup>16</sup>Ver site do IBGE, Link biblioteca – Enciclopédia dos municípios brasileiros V. 32 – Santa Catarina. O IBGE no recenseamento de 1950 considerou a cidade de Palhoça com 1, 456 habitantes, enquanto as vilas de Anitápolis com 230 habitantes, Enseada do Brito com 266 habitantes, Paulo Lopes 363 habitantes, Queçaba (78 hab.), Santo Amaro (1, 266 hab.) e São Bonifácio com 144 habitantes.

suas atividades de lugar central”<sup>17</sup>. Essa realidade fica mais evidente quando analisamos as principais atividades econômicas demonstradas na Tabela 2.

**Tabela 2 – População E. A. com 10 nos ou mais e ramo de atividade principal**

Estado Micro- região Municípios	Principais Atividades Econômicas						
	População 10 anos ou Mais	Agricultura pecuária	Indústrias Extrativas	Indústria Transformação	Comércio	Prestação de serviços	Administração Pública
Palhoça	26.059	8.432	463	662	406	649	163
Estado	1.045.242	298.408	20.002	62.231	21.846	46.738	10.25
Região	104.866	19.597	2.932	4.432	3.444	6.528	3.536
Florianópolis	49.965	3.221	1.565	2.963	2.621	5.109	3.122
São José	15.595	4.290	174	559	232	410	168
Biguaçu	13.247	3.654	730	248	185	360	83

Fonte: IBGE, censo econômico de 1950.<sup>18</sup>

Constata-se nesta década a predominância da agropecuária, como a principal atividade econômica e empregadora de mão-de-obra em Santa Catarina, com 28% (Tabela 2) da sua população economicamente ativa, estando trabalhando neste setor. Os dados também revelam a importância dessa atividade econômica na década de 1950 para o município de Palhoça, com mais de 30% de sua mão-de-obra ocupada

<sup>17</sup> Como veremos mais adiante, o município de Palhoça passa a ser cada vez mais fornecedor de produtos primários, inclusive os tradicionais (farinha de mandioca) para as áreas mais urbanizadas situadas naquele período em Florianópolis.

<sup>18</sup> A tabela 2 foi elaborada segundo os dados obtidos junto ao IBGE, referente ao recenseamento de 1950. No entanto, foram alterados ou excluídos alguns indicadores para adequar-se a proposta dessa pesquisa. Na tabela original as populações por atividades eram separadas por sexo, bem como, havia outras atividades (profissionais liberais, atividades sociais e atividades domésticas) que não foram citadas, outras ainda como defesa nacional e segurança pública foi incluída na administração pública, já o transporte, comunicação e armazenagem estão incluídas como prestação de serviços.

nessa atividade, superior a média catarinense e de sua região, que se encontrava próximo de 20%.

Analisando com mais atenção, os dados relativos aos municípios da região de Palhoça, verifica-se a existência de uma divisão territorial do trabalho: a Capital desenvolvendo atividades ligadas ao setor de serviços e ao comércio com inexpressiva atividade agrícola, enquanto os municípios vizinhos, em especial o município de Palhoça, que tinham nas atividades primárias sua principal função econômica.

O município destacava-se na produção e na transformação dos produtos agrícolas como a mandioca, açúcar e milho. Já a agropecuária tinha como principais atividades à criação de gado e aves (IBGE: 1950). Em todas essas atividades, o município detinha as maiores taxas de produção em relação aos demais municípios da região (Tabela 3). Apesar de Palhoça assentar sua economia, principalmente na agricultura, alguns produtos não agrícolas merecem destaque na década de 1950, como a produção das águas minerais naturais, a produção de tijolos, a produção de caixas de madeira e compensados (IBGE: 1950).

Esse processo de divisão territorial do trabalho entre Florianópolis e os municípios vizinhos fica mais evidente, quando se confronta a quantidade da produção agrícola na região. Toma-se como exemplo a transformação da mandioca e da cana-de-açúcar, conforme a Tabela 3.

**Tabela 3 – Transformação de cana-de-açúcar e mandioca**

Estado, região de Florianópolis e Municípios	Quantidade transformada em Ton. - mandioca e cana-de-açúcar – artesanal	
	Farinha de Mandioca	Açúcar
Estado	283, 111	313, 506
Região	41, 631	46, 576
Biguaçu	7, 197	15, 489
Florianópolis	4, 947	1, 023
Palhoça	20, 915	17, 027
São José	8, 571	13, 043

Fonte: IBGE, recenseamento econômico de 1950

Como se percebe, até 1950, Palhoça tinha em relação aos municípios circunvizinhos e ao Estado um espaço com características

predominantemente agrícola<sup>19</sup>, permanecendo na sua economia o beneficiamento de produtos que em outras áreas já haviam entrado em processo de declínio, como por exemplo: a produção de farinha de mandioca e a cana de açúcar<sup>20</sup>.

Portanto, constata-se que os municípios da região passam a ser cada vez mais polarizados por Florianópolis, com crescente concentração dos serviços (saúde, educação, administrativo) e comércio, dificultando a dispersão do núcleo urbano. Estes resultados acabam refletindo na urbanização desses municípios, enquanto Florianópolis a um predomínio da população urbana em Palhoça a maioria da população era rural, caracterizando um processo de urbanização concentrada, essencialmente na Capital (Figura 2:33). Esse processo já havia sido destacado por Peluso (1991:319), quando o autor observa que “o notável aumento da população de Florianópolis, neste período processou-se, principalmente dentro do perímetro urbano da Capital”.

É importante ressaltar que no recenseamento da década de 1950, o município de Palhoça, ainda preservava sua extensão territorial. Mas, com o desmembramento em 1957 das Vilas de Santo Amaro, São Bonifácio e Anitapolis, e a criação do Município de Santo Amaro da Imperatriz seu território foi extremamente reduzido. Com essa perda o município sofreu grande impacto, no censo demográfico e econômico de 1960, principalmente na agricultura. Isso fica evidente quando se analisa os dados entre os censos da década de 1950 e 1960 (Tabela 4: 34).

---

<sup>19</sup> Esta situação de predomínio da população rural em relação à população urbana, com a concentração das atividades rurais, dificultou a transição da pequena produção mercantil, para um capitalismo mais avançado. Esse assunto vai ser analisado com maior profundidade no item 1.4 deste capítulo

<sup>20</sup> Para Cruz (2008), a presença de imigrantes alemães nos municípios da região de Florianópolis, entre as quais cita-se o município de Palhoça, a produção de mandioca e cana-de-açúcar foi incorporada por esses imigrantes que teriam modernizado a produção favorecendo a permanência dessa atividade na região.



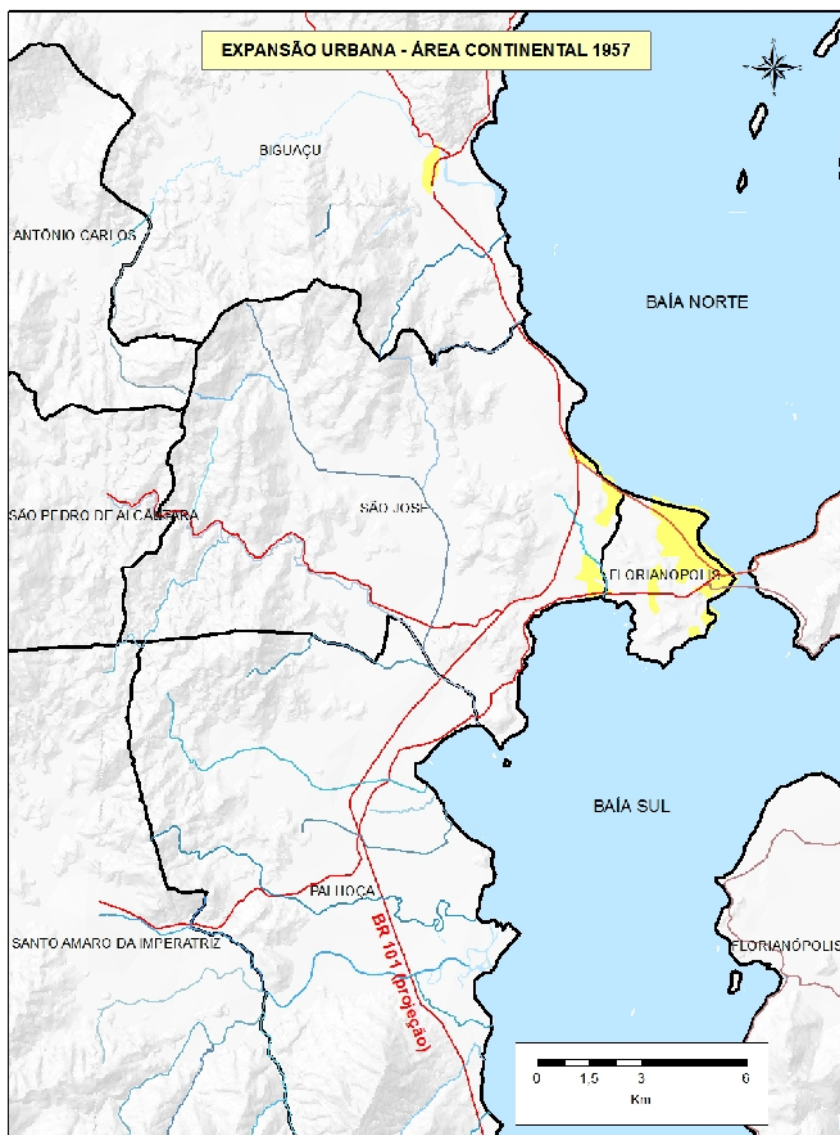


Figura 2 – Mapa de expansão urbana – área continental 1957  
Fonte: adaptado de SCHUMTZ, Rutsnei / M. T. R. Marcon (2000)

**Tabela 4 – População total e produção de alguns produtos agrícolas entre as décadas 50/60**

Estado, região e municípios	População total		Produção de mandioca em Ton.		Produção de cana-de-açúcar em Ton.		Produção de milho em Ton.	
	1950	1960	1950	1960	1950	1960	1950	1960
Palhoça	38.346	27.789	23.420	19.251	18.473	3.606	3.562	1.235
Estado	1.560.502	2.129.252	454.500	486.036	503.138	523.389	402.471	687.357
Região	148.301	196.119	74.040	40.010	51.570	111.754	14.041	17.782
Florianópolis	67.630	97.827	3.058	1.398	1.408	296	75	121
São José	22.798	31.192	16.666	5.695	13.995	23.605	2.328	4.008
Biguaçu	19.527	22.390	4.661	821	17.694	20.652	348	376
Sto A. Imp.*		16.921		2.229		19.666		3.085

Fonte: IBGE - censo demográfico e agrícola 1950/60. (\*) em 1950 Santo Amaro era território de Palhoça.

Os dados comparativos entre os dois censos demonstram o quanto Palhoça perdeu com a criação do município de Santo Amaro da Imperatriz. Entre as perdas destaca-se a redução de sua população e a produção agrícola. No censo de 1950 aparece como o 2º município mais populoso da região, enquanto no censo de 1960, perde essa posição para o município de São José, além de uma brutal diminuição na produção de cana-de-açúcar. Apesar de diminuir a participação do município na produção agrícola na região, os dados de 1960 nos confirmam que as atividades primárias ainda permaneciam como a base econômica do município.

Nota-se, no censo de 1960, que a população de Palhoça crescia de forma lenta, segundo Peluso (1991:320), na sede do município foi à taxa foi de 1,50%, na área rural a taxa não ultrapassou a média de 1%. A região de Florianópolis viu sua população crescer em mais de 32%, entre os dois censos, com um aumento populacional de 47.818 novos habitantes. No entanto, esse crescimento não correspondia à realidade da região, pois dos 47.818 habitantes acrescidos na década de 1950, 30.197 (44,65%) se localizavam em Florianópolis, enquanto São José registrava um crescimento de 8.394 habitantes (36,81%), em Palhoça esse crescimento na década foi bem inferior, não ultrapassando a taxa de 16%.

Esse foi o início da expansão urbana de Florianópolis sobre o território de São José, ficando Palhoça fora desse processo. Para Peluso (1991:320), estes valores quantificam o deslocamento da população pobre de Florianópolis para o espaço entre a Capital e São José. “Tal ocupação foi geralmente do tipo de invasão, e a área continuou rural. Palhoça e Biguaçu, mais distantes, não receberam essa gente, e assim, o crescimento das zonas rurais dos distritos das sedes não demonstravam aumento”.

Analisando os setores econômicos neste período nota-se que não houve mudanças significativas em Palhoça e nos municípios vizinhos, com exceção de Florianópolis que já apresentava mudanças no processo urbano e econômico. A nível estadual já despontavam como importantes centros industriais, de acordo com o critério de divisão territorial do IBGE de 1960<sup>21</sup>, a Zona do Litoral de São Francisco e a Zona da Baía do Itajaí, com destaque para os municípios de Joinville, Jaraguá do Sul,

---

<sup>21</sup> Essa divisão foi estabelecida em 1945 de acordo com o meio natural e de certa “homogeneidade econômica para cada zona”. Em Santa Catarina, foi dividido em nove Zonas Fisiográficas, com o predomínio dos aspectos naturais.

Blumenau e Brusque. Isso fica claro quando se analisa com maior atenção os dados apresentados na tabela abaixo.

**Tabela 5 – Distribuição da PEA por setor de atividade em 1960**

Estado e Zonas fisiográficas	População E. Ativa	Agropecuária E. extrativa	Indústria	Outras Atividades
Estado	641 185	402 149	70 300	168 746
São Francisco	52 089	23 312	10 069	18 808
Bacia do Itajaí	142 319	82 321	23 225	36 773
Florianópolis	75 410	37 998	8 601	28 811

Fonte: recenseamento geral do IBGE de 1960.

Fica evidente que, tanto a nível estadual como regional, o setor primário ainda era a principal atividade da população catarinense, mesmo nas áreas dos vales atlânticos onde estão os municípios de Joinville e Blumenau, os mais industrializados de Santa Catarina na época. Nestas regiões existe uma predominância da população exercendo atividades rurais, mas, com um percentual muito menor em relação ao Estado e a zona fisiográfica de Florianópolis. Entretanto, estudando individualmente, alguns municípios de Santa Catarina, encontram-se indicadores distintos em relação ao quadro geral. Alguns destes municípios apresentavam o predomínio do trabalho industrial, em relação ao setor agrícola, cita-se como exemplo o município de Joinville, inserido na Zona Fisiográfica do Litoral de São Francisco, que não correspondia à realidade da sua região. Isso também vale para a realidade de Blumenau e Brusque, na zona da Bacia do Itajaí. Esta realidade local também valia para Florianópolis em relação aos demais municípios de sua região, não como área industrial, mais como centro comercial e de serviços.

Assim, de acordo com recenseamento de 1960 (IBGE: 70), em Joinville a PEA era de 23.481, desse total 3.788 da população encontrava-se distribuída em atividades agropecuárias e extrativistas, enquanto nas atividades industriais o total de pessoas empregadas já chegava a casa de 8.158. Na Zona fisiográfica que estava inserida Palhoça, o município de Florianópolis despontava por concentrar a maioria da população economicamente ativa no setor secundário, do

total de 29.470 dessa população apenas 4.567 encontrava-se no setor primário, enquanto 8.806 no setor secundário e 19.609 em outras atividades. Já no município de Palhoça a realidade era totalmente distinta, com uma PEA de 7 274, destas 5.242 se dedicavam as atividades ligadas à agropecuária e o extrativismo e somente 618 trabalhavam no setor industrial.

O que se pode notar, diante do quadro exposto acima, é que a realidade geral do Estado em 1960 ainda era a predominância do setor primário em relação aos demais setores. Entretanto, esse quadro geral não se pode aplicar individualmente, pois em alguns municípios do Estado essa realidade era bastante distinta.

Se a nível estadual tinham-se realidades bastantes dispares, em escala nacional o quadro não era tão diferente, cita-se com principal exemplo, a cidade de São Paulo. Como destaca Mamigonian (boletim paulista, 1976), em 1950 a metrópole paulistana concentrava 31,1% da produção industrial do país, já em 1960 chegou a 42,6%. Esse processo marcará profundamente a economia brasileira, com uma concentração brutal dos investimentos privados e públicos na região centro-sul do Brasil, em particular na capital paulistana<sup>22</sup>. Santos (2006:43) também define a década de 1950 como a “consolidação da hegemonia paulista”.

Esse crescimento industrial de algumas cidades brasileiras também vai refletir diretamente na distribuição espacial da população, enquanto na década de 1950 a população urbana era de 36,15% sobre o total da população do Brasil, em 1960 esse percentual subiu para 44,47% (IBGE: 1950/60).

Se existiam em algumas cidades catarinenses e brasileiras mudanças significativas no processo econômico e urbano, essa não era a realidade do município de Palhoça, que predominava em seu território relações sócio-econômicas tipicamente rurais. No entanto, não podemos deixar de considerar a proximidade que o município tem em relação à Florianópolis, pois como já havíamos mencionado, a Capital catarinense na década de 1950 passara a dar sinais de expansão urbana e maior dinâmica econômica, fatos estes constatados pelos censos demográficos e econômicos de 1960. Assim, faz necessário entender com mais atenção essas mudanças, não de forma isolada, mas, entende-la dentro de uma totalidade geral que envolve forças políticas e econômicas nos seus mais diversos níveis, desde o espaço local até a nível internacional.

---

<sup>22</sup> Henrique Rattner apud Santos (2006:43) indica que, em 1954, São Paulo concentrava 35,4% dos investimentos do Brasil, enquanto em 1958 a proporção era de 62,2%.

## 1.2 NOVA DINÂMICA NA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NACIONAL PÓS-1950 E OS DESDOBRAMENTOS LOCAIS

Apesar das poucas evidências de mudanças no espaço local, os anos cinquenta são marcados por grandes mudanças no cenário internacional e nacional. A nível internacional o mundo pós Segunda Guerra Mundial passou por grandes mudanças econômicas e tecnológicas, determinando novas relações entre os países envolvidos.

Rangel (1981:26) vai considerar a existência de um novo período na economia capitalista mundial após anos 50, o autor parte do pressuposto que o sistema capitalista possui intrinsecamente “fases” de expansão e recessão, correspondente com a teoria dos ciclos longos de Kondratiev<sup>23</sup>. Assim, os anos cinquenta marcam abertura de uma nova fase de expansão do capitalismo mundial, estendendo-se 1973, ou seja, entre este período o mundo capitalista passou pela fase “a” do ciclo longo<sup>24</sup>. Para o referido autor (1981:662), “o Brasil é uma economia extremamente sensível aos acontecimentos internacionais”, principalmente as inovações ocorridas nos países capitalistas centrais. Mas, como também ressalta o referido autor o Brasil não é “passivo” as essas mudanças, engendradas nos pólos mais dinâmicos, as incorpora de acordo com sua conjuntura econômica e política interna.

De acordo com esse pensamento o fim da Segunda Guerra Mundial desencadeou um novo processo político e econômico, sob a liderança dos Estados Unidos e da ex-União Soviética. Diante dessa nova conjuntura, os Estados passam ter papel relevante no

---

<sup>23</sup> As atuais visões cíclicas são tributárias da teoria dos ciclos longos da economia, elaborada nos anos 20 pelo economista soviético Nicolai Kondratiev. Diferentemente de Marx que tinha estudado os ciclos da produção capitalista, concluindo que as crises produzidas a cada período de sete a onze anos deviam-se às contradições próprias desse modo de produção, que geravam sobreacumulação de mercadorias e capitais. No entanto, Kondratiev, sobrepôs aos ciclos médios os ciclos de longa duração (50 anos), vinculadas as inovações tecnológicas em grande escala dependente, por sua vez, do período de vida dos bens de capital duradouros. Assim, de acordo com a teoria de Kondratiev, o capitalismo conheceria durante os ciclos longos períodos de expansão e contração.

<sup>24</sup> Mamigonian (1987:66) considera que a economia capitalista industrial caracterizava-se por conter e se condicionar aos ciclos longos de 50 anos de duração aproximada, sendo que a primeira metade ascendente (fase “a”) e a segunda depressiva (fase “b”). Nas fases ascendentes eram colocadas em prática as inovações “básicas”, que acabavam aumentando a produtividade do trabalho, e conseqüentemente as taxas de lucro dos capitalistas inovadores (fase a), mas, quando essas inovações passam ser absorvidas por toda a economia as taxas de lucro declinam, provocando uma fase depressiva ou de crise (fase b), forçando os capitalistas buscarem novas tecnologias básicas, que colocando em prática possam retomar o crescimento econômico e elevando as taxas de lucro.

desenvolvimento econômico e social, principalmente nos países de “industrialização recente”. Por outro lado, havia em andamento um novo impulso tecnológico nos países centrais, criador de ociosidade na produção e a necessidade de seu escoamento, havendo uma nova articulação entre os países centrais e os periféricos. Essas novas relações econômicas entre os países capitalistas centrais e periféricos determinaram uma nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Com isso o centro do sistema Capitalista continuaram a importar matérias-primas dos países periféricos, mas passaram também a importar produtos industrializados, geralmente de baixo valor agregado

Com a expansão da economia mundial, na década de cinquenta, houve a implantação pelo Governo brasileiro de uma política de “substituição de importações”.<sup>25</sup> A substituição de importações abrangeu bens duráveis e insumos básicos, tendo no Estado brasileiro um agente indutor da industrialização e, em muitos casos, responsável pela produção, vide a organização do sistema da Petrobrás. Entre 1951 e 1954, no governo de Getúlio Vargas, foram tomadas algumas medidas institucionais: a instrução 70 da SUMOC (atual banco central), com tarifas diferenciadas para o dólar; a desvalorização da moeda nacional; as empresas estrangeiras instaladas no país tiveram limite de remessa de lucro na ordem de 8% a.a; consolidação do departamento II e a expansão de D. I. Destaca-se, nesse período, o grupo misto Brasil/Estados Unidos, constituindo o plano Salte (energia) e a fundação do BNDE-CEPAL (Plano Lafer).

Vale lembrar que externamente o capitalismo entrava na fase “a” do seu ciclo longo, levando a expansão do sistema, passando a exigir dos mercados periféricos ajustamentos econômicos e políticos, para suprir as necessidades dos centros econômicos capitalistas. Entretanto, internamente vivia-se no Brasil o primeiro lustro do ciclo de Juglar<sup>26</sup>, correspondendo uma conjuntura endógena desfavorável. Mas, entre 1955 á 58 no governo de J. K. passou-se a combinar uma conjuntura favorável, tanto no lado externo, com a expansão do ciclo longo de

---

<sup>25</sup> Sobre substituição de importações ver Rangel, Ignácio – A História da Dualidade Brasileira publicado na revista de economia política, São Paulo, 1981. Entre outras coisas o autor vai destacar o pacto de poder liderado por Vargas a partir de 1930.

<sup>26</sup> No Brasil, a teoria dos ciclos longos de Kondratiev foi incorporada por Rangel para estudar os momentos de ascensão e decadência da economia brasileira. No entanto, Rangel também introduziu nos seus estudos sobre a economia do Brasil, os ciclos de Juglar (de 7 a 11 anos). Portanto, o autor vai levar em conta tanto os fatores exógenos (Ciclo longos) do sistema capitalista, bem como, os fatores endógenos da dinâmica econômica brasileira. Assim, a combinação entre os ciclos de Kondratiev e os ciclos de Juglar, pode-se ter uma base teórica para explicar as fases de “euforia” e “crise” na formação econômica do Brasil.

Kondratiev, na sua fase “a” (1948 a 1973) , como no lado interno, coincidindo com a fase ascendente do ciclo de Juglar (segundo lustro).

Neste cenário favorável o governo brasileiro tomou determinadas atitudes que favoreceram esse excepcional momento. No plano interno foi elaborado o Plano de Metas, com destaque para a Instrução 113 da SUMOC, possibilitando que as empresas estrangeiras pudessem se instalar no Brasil desde que comprasse autopeças nacionais. O governo não só apoiou a vinda de grandes empresas internacionais, como também viabilizou a infra-estrutura necessária para sua instalação. Havia neste momento uma postura política voltada à industrialização do país, com destaque para os setores eletro-eletrônicos e automobilístico, concentradas na região Sudeste, especialmente em São Paulo, aprofundando a divisão nacional do trabalho com São Paulo<sup>27</sup>.

Por sua vez, para que de fato essas indústrias pudessem produzir em território nacional, era necessário que o Estado brasileiro absorvesse alguns setores básicos de utilidade pública, setor retardatário. Entre os setores absorvidos pelo Estado destaca-se: a eletricidade, o petróleo, o transporte rodoviário, o ferroviário, o marítimo e a armazenagem, etc. Isso significou que o Estado brasileiro assumiu o compromisso de criar uma infra-estrutura que atendesse as necessidades dos novos setores econômicos recém instalados no país. Como salienta Rangel (1982), os serviços públicos instrumentalizariam “as principais oportunidades de inversão, cujo aproveitamento redundaria em reerguimento da taxa nacional de formação de capital”.

### **1.2.1 Desenvolvimento capitalista desigual no território nacional e catarinense**

Quando Milton Santos analisa o momento histórico do sistema capitalista da década de 1950, para a realidade brasileira, o autor caracterizou esse período como um processo de consolidação da integração nacional, entretanto uma integração não homogênea, mas sim “concentrada”. É a partir de alguns centros que vai se desenvolver a

---

<sup>27</sup> A industrialização e a produção agrícola mais moderna – concentradas no Sudeste – e o consumo – mais difuso que a produção, mas também concentrado – constituem o conteúdo mais visível do novo processo territorial. Acelera –se a tendência à disparidade estrutural de um espaço nacional já diferenciado, com a produção de uma situação em que se torna mais clara a existência de uma periferia de um pólo (à “Região Concentrada”). Mais informações ver Santos e Silveira (2006:46).



integração do território nacional, em especial, como destaca o autor vai se efetivar essencialmente em São Paulo. Definitivamente a cidade de São Paulo, segundo Santos (2006:45), vai ser beneficiada por essa modernização do país, “já iniciada no regime de Getúlio Vargas, facilitando a concentração econômica e espacial”. Assim, com a concentração industrial cada vez mais acentuada em São Paulo, reforça um “centro” dinâmico da economia nacional.

Santos, vai considerar como fator decisivo para o processo de integração e centralização da economia brasileira a partir da cidade de São Paulo, as mudanças que passaram ser engendradas a partir da década de 1920 no setor de transporte. Se antes os transportes marítimos reforçavam a dependência do país com o estrangeiro, o advento da pavimentação do transporte terrestre passa a integrar o território nacional, e beneficiar diretamente São Paulo<sup>28</sup>. Para Santos (2006:45), “os traçados dessas estradas obedecia às novas exigências da indústria e do comércio, e assim acabou por reforçar a posição de São Paulo como centro produtor e, ao mesmo tempo, de distribuição primária”. Mas, não foi somente este fator que acabaria beneficiando São Paulo, segundo Santos, outros fatores foram essenciais para esse processo de polarização, destaca-se nesse período a instalação da indústria automobilística e a construção de Brasília, também “confluíram para favorecer São Paulo e aumentar o desequilíbrio econômico”.

Fica evidente que a década de 1950 marca profundamente o cenário nacional e internacional, mas, também, nota-se que essas mudanças não passam a operar de maneira igual e simultânea em todo o país. Constata-se, portanto, que o processo de modernização, consolidado principalmente com o desenvolvimento industrial, não veio trazer num primeiro momento modernidade para todas as regiões e muito menos para a maioria dos municípios do país.

O que se percebe é que esse processo passa a aprofundar uma nova dinâmica econômica e urbana, sobretudo nas áreas próximas a São Paulo, determinando uma nova divisão territorial do trabalho. O Estado de Santa Catarina, nas palavras de Marcom (2000:125), passa a ser “inserida nesta divisão inter-regional do trabalho, atendendo às exigências do centro econômico, representado por São Paulo, para lá

---

<sup>28</sup> Se os transportes marítimos sempre reforçaram a dependência em relação ao estrangeiro, os novos transportes terrestres, a partir da Segunda Guerra Mundial, beneficiam São Paulo, a metrópole industrial do país. As dificuldades financeiras para o equipamento dos navios e o fato de várias ferrovias terem sido levadas a tornar-se antieconômicas aceleram a instalação do império do caminhão. Ver Santos e Silveira (2006) quando os autores vão tratar sobre a integração do território brasileiro com o advento do transporte terrestre.

encaminhando mais de 40% de suas exportações na década 1950”.<sup>29</sup> Mas, é preciso ressaltar que o Estado catarinense independentemente da concentração industrial de São Paulo, já existia internamente desde o início do século XX iniciativas industriais, desenvolvidas, sobretudo por imigrantes alemães e italianos, que paulatinamente foram se transformando em unidades industriais mais complexas. Por isso, quando o processo de urbanização e industrialização se acentua na década de 1950, principalmente em São Paulo, as indústrias catarinenses já eram bastante competitivas possibilitando a atender o mercado consumidor de São Paulo.

O Estado catarinense também foi importante nesse período, reproduzindo internamente as idéias “modernizadoras” de J.K., utilizando a estrutura estatal na condução e implantação de políticas públicas, que viesse a incrementar o segmento industrial. Segundo Lins (237: 2001), “o instrumento para essa tarefa não há de ser outro senão o Planejamento da Ação Governamental, capaz de induzir as ações da iniciativa privada”. Foi a partir da década de 1950, que ocorreram as primeiras iniciativas de planejamento de ação governamental, com destaque para a de 1956, quando o governo Jorge Lacerda estabeleceu o Plano de Obras e Equipamentos (POE)<sup>30</sup>.

A ação estatal, em Santa Catarina, teve suma importância na formação de um parque industrial no Estado, apesar do desenvolvimento industrial se concentrar principalmente em Blumenau e Joinville, sua ação industrializante acabou repercutindo em todo território catarinense. No entanto, mudanças que ocorriam a nível nacional, de acordo com os recenseamentos econômicos e demográficos, analisados anteriormente, não tiveram efeitos tão expressivos no Estado de Santa Catarina, especialmente em Palhoça e região. Para Mamigonian (1969: 52), “por volta de 1960, o Estado era visto como mero território de passagem entre São Paulo e Rio Grande do Sul, fazendo com que os catarinenses se considerassem inferiorizados”. Este cenário, segundo o autor, “reforçava ainda mais com a posição da Capital do Estado, isolada do

---

<sup>29</sup> De acordo com Machado, apud Marcom (2000:125), a divisão internacional do trabalho colocará o Brasil num processo de modernização, fazendo que algumas cidades passasse a servir o mercado nacional como fornecedoras de matéria-prima ou fornecedoras de produtos industrializados, configurando funções específicas às cidades brasileiras. “É nesse sentido, que se podem entender as transformações que passam a vigorar em Florianópolis, a partir da década de 50, quando a concentração urbana começa a elevar-se, implicando, todavia, a necessidade de ofertar serviços e outras atividades de caráter urbano. O setor primário tende a declinar e os anos seguintes confirmarão a terceirização de Florianópolis”.

<sup>30</sup> Sobre os Planejamentos de Ação Governamental ver Lins, Hoyêdo De Gouvêa: A Ação Governamental: 238 – 2 a 43.

território catarinense, cujos acessos não eram pavimentados, nem mesmo sua ligação com o aeroporto. Entretanto, Porto Alegre e Curitiba já eram grandes capitais e a economia de seus respectivos estados estava em franco progresso”.

Destaca Mamigonian, (1969: 52) que:

em 1940 a indústria de transformação de Santa Catarina havia representado 1,8% do valor da produção nacional (2,9% da população); em 1950 tinha alcançado 2,0% (3,0% da população); em 1960 havia subido para 2,1% (3,0% da população).

Apesar de um crescimento relativamente modesto, foi significativo, pois a política de modernização, elaborada por J. K. na década de 1950, beneficiou particularmente a região Sudeste. Para Cunha (ano: 119), até a década de cinquenta, Santa Catarina tinha com base econômica a predominância da atividade “agrícola e de exploração de recursos naturais – carvão e madeiras -, coadjuvada pelo setor industrial alcançado em pequenas e médias empresas”.

Mas, é importante ressaltar que o processo de industrialização se desenvolveu de maneira desigual no território catarinense, pois nem todos os lugares reuniam as combinações necessárias para justificar a presença industrial. Mamigonian (2000: 52), destaca que apesar do processo de industrialização não estar consolidado na década de 1950, no território catarinense, em alguns municípios a realidade já era bem outra. De acordo com sua análise, as cidades de Blumenau e Joinville

já eram notoriamente industriais e a indústria catarinense se encontrava em plena expansão, inclusive superior à média brasileira. Florianópolis estava longe de ser cidade pólo, porque as grandes indústrias e outras atividades econômicas de porte estavam espalhadas pelo interior do Estado, e seu setor terciário não havia se modernizado.

Verifica-se que o processo de modernização e industrialização é bastante desigual e restrito, na década de 1950 no Estado catarinense, ficando inclusive a sua Capital ausente desse processo. Entretanto, apesar de não haver uma ação mais efetiva no processo de modernização em Florianópolis, os censos dessa década indicam um aumento

considerável da sua população e urbanização. Se não havia uma modernização do seu setor terciário, as atividades ligadas à prestação de serviços e ao comércio haviam se ampliado consideravelmente no decorrer da década de 1950, em comparação as décadas anteriores<sup>31</sup>.

Nota-se que apesar do setor industrial ainda não ser a atividade principal na década de 1950, no Estado, este estava em processo de consolidação, decretando-se a decadência quase que integral da pequena produção mercantil açoriana e estabelecendo novas relações entre o campo e a cidade, provocando o êxodo rural. Como destaque cita-se a pesca artesanal, que, paulatinamente, segundo Bastos (1997:135), foi sendo substituída pela indústria da pesca.

Pode-se assim dizer que essa década marca quase que definitivamente a decadência da pequena produção agrícola e artesanal açoriana em todo o litoral catarinense, fenômeno que vinha sendo sentido já algumas décadas. Mas há particularidades, pois essa decadência não se deu por igual em todos os municípios (vide produção agrícola), cita-se o caso de Palhoça que, na década de 1950, foi marcado por produções agrícolas considerados tradicionais, como a farinha de mandioca e a cana-de-açúcar<sup>32</sup>. Por outro lado, percebe-se que as relações econômicas entre os municípios não eram as mesmas, uma nova estrutura econômica passava a ocorrer, ainda que de forma pouco impactante.

## **1.2.2 Inserção de Santa Catarina no modelo desenvolvimentista**

Se a década de 1950 os vetores da modernidade ainda não se faziam presentes com tanta intensidade em Santa Catarina a partir dos anos 1960 estes vetores passam atuar com maior força, trazendo mudanças mais significativas no processo econômico e urbano do Estado, com desdobramentos sobre a região da Capital.

Para entender esse novo dinamismo em Santa Catarina é preciso analisar inicialmente o que vinha ocorrendo a nível nacional e internacional nesta década, e como esse modelo trouxe repercussões na

---

<sup>31</sup> Bastos (1997:112) cita a criação de vários serviços de utilidade pública, mostrando a presença do estado catarinense como indutor de um processo de concentração de serviços em torno da capital, marcando um processo de expansão urbana desse município, destaca-se a construção de secretarias de estado, da ampliação de serviços de utilidade pública e do comércio.

<sup>32</sup> Ver, Cruz, UFSC 2008.

formação sócio-espacial catarinense. A nível internacional persistia na década de 1960 o desenvolvimento da economia mundial, (fase expansiva do 4ª ciclo longo de Kondratiev) época de forte expansão das empresas multinacionais, e a hegemonia do pensamento desenvolvimentista. Esse momento de expansão da economia capitalista se faz presente em toda a década de 1960, de acordo com Rangel (1985:697), o mundo capitalista desenvolvido crescia na média de 6,35 ao ano, enquanto o terceiro mundo (inclui-se o Brasil) a média de crescimento foi de 8,1%. Internamente entre os anos de 1957 a 1961 o ritmo de crescimento econômico brasileiro ficou acima da média capitalista mundial, porém entre 1962 a 1965 à produção industrial <sup>33</sup>brasileira cai bruscamente, levando a um período de depressão econômica e de conflitos políticos, que resultaria com o golpe militar de 1964. Para o autor essa crise era reflexo de “acertos,” efetuados nos anos 50, particularmente no mandato de J. K. quando foi realizado grandes investimentos nos setores industriais elevando consideravelmente a capacidade de produção instalada. No entanto, se havia por parte das indústrias capacidade de ampliação de sua produção, por outro lado tínhamos dificuldade de demanda, o que determinaria na chamada “dialética da capacidade ociosa”.

Esta conjuntura favorável no exterior se dava pela forte expansão da produção capitalista, externamente vivia-se ainda o efeito da fase “a” do ciclo de Kondratiev, bem como, as grandes taxas de lucros promovidas pelas inovações tecnológicas desenvolvidas nesse período. Internamente estávamos passando pelo o primeiro lustro do ciclo de Juglar, sendo, portanto, desfavorável ao nosso crescimento. Mas, como salienta Rangel, é necessário que os governos estejam atentos aos nossos ciclos internos, pois os efeitos da crise podem ser atenuados, dependendo da intervenção do Estado, tomando medidas que venham favorecer as forças produtivas. Portanto, enquanto os ciclos de Juglar são o motor principal para tomar as medidas políticas institucionais a nível nacional, os ciclos de Kondratiev estão mais relacionados às inovações tecnológicas a nível mundial.

De acordo com a teoria dos ciclos, e confirmado por Rangel, o regime militar se insere no decênio final da fase “a” do quarto ciclo longo e ao primeiro decênio da fase “b” do mesmo ciclo. Portanto, os

---

<sup>33</sup> Cf. Rangel (1986: 163) o Brasil sofria de insuficiência crônica de demanda gerada pela concentração de renda, pois se tratava de uma nação que havia feito uma Revolução Industrial sem antes efetivar uma reforma agrária distributiva. A concentração de renda, por sua vez, provoca capacidade ociosa em diversos setores econômicos.

primeiros anos do regime militar estavam sob a fase ascendente do ciclo de Kondratiev, enquanto os últimos anos na fase declinante desse mesmo ciclo. Internamente os primeiros anos do regime militar corresponderam o segundo lustro do ciclo de juglar, coincidindo as fases ascendentes dos dois ciclos. Entretanto, convém ressaltar as medidas institucionais tomadas neste período, com destaque para a implantação do projeto da correção monetária<sup>34</sup>.

A correção monetária trouxe mudanças nos investimentos públicos e privados, sendo para Rangel a “escola maternal do capitalismo financeiro brasileiro”. Com a correção monetária em prática, mais a elevação do PIB e o aumento da produção industrial, passam haver uma redistribuição das atividades econômicas, com um novo setor público e um novo setor privado. O Estado cria o SNH – BNH, e investe na indústria pesada, além do setor de energia, transportes e serviços públicos. Esta conjunção favorável, internamente e externamente, permitiu chamar esse período de “milagre econômico”.

Nota-se que a conjuntura internacional e nacional se apresenta favorável para o desenvolvimento econômico brasileiro durante a década de 1960, apesar dos problemas institucionais e econômicos ocorridos durante o governo do Presidente João Goulart. No entanto, com o golpe militar em 1964 o discurso desenvolvimentista retorna com toda intensidade, com o Estado planejando e agindo sobre todo o território nacional.

Em Santa Catarina os governantes seguem literalmente a cartilha desenvolvimentista, e passam efetivamente a colocar em prática os planos de desenvolvimento econômico do Estado. Cita-se em 1961, no Governo Celso Ramos, o Plano de Metas do Governo (PLAMEG), que teve continuidade com o Governador Ivo Silveira, sucessor de Celso Ramos, o PLANEG II. Fato verificado, também, no regime Militar com Colombo Machado Salles e seus sucessores, que deram continuidade aos planos de ação governamental<sup>35</sup>.

Para que se entenda o processo de modernização que passou a ocorrer mais efetivamente na década de 1960, na região de Florianópolis, é de suma importância analisar as políticas de desenvolvimento econômico e urbano executado pelo o Estado, tanto a nível federal como estadual. Segundo Bastos (1996:35), “Florianópolis

---

<sup>34</sup> Projeto, aliás, já proposto no governo de Jango, por Rangel, mas, somente aprovado no regime militar.

<sup>35</sup> Sobre os Planejamentos de Ação Governamental ver LINS, Hoyêdo De Gouvêa: A Ação Governamental: 238 – 2 a 43.

se torna alvo de maciços investimentos realizados pelo poder público estadual e federal”. Essas novas funções “fizeram surgir o BESC, CELESC e TELESC, etc., dinamizando serviços, contribuindo para implantação de novos como, UFSC, DNOS, DNER, ELETROSUL”.

Como assinala os diversos atores os anos de 1960 foram de profundas transformações, não só a nível nacional, mais também, com grande intensidade em escala estadual. Consta-se nesse período uma forte presença do Estado, com políticas públicas de incentivos governamentais no processo de industrialização catarinense e na modernização dos serviços públicos. Pode-se dizer que a administração pública catarinense se moderniza na medida em que o processo de industrialização se consolida em algumas áreas do Estado. Aqui entra o impulso da modernização nas formas de administração e dos serviços públicos, como saúde, transportes, energia, infra-estrutura e educação, etc. A ação efetiva do Estado que já vinha se sentindo na década anterior passa a ser mais radical nesta década, com inúmeros projetos sendo colocados em prática, particularmente em Florianópolis.

Ficou constatado que a década de 1960 foi marcada por profundas mudanças na formação sócio-espacial catarinense, com grandes transformações na sua Capital. Também, verificou-se que tais mudanças foram realizadas, essencialmente, pela ação do Estado. Porém, é importante constatar se esta nova dinâmica, orquestrada pelo Estado, atingiu o território de Palhoça ou apenas ficou restrita a Florianópolis.

Para entender se essas mudanças tiveram repercussões mais efetivas, no município de Palhoça, buscou-se informações através dos dados disponíveis de 1970, referentes ao processo demográfico, urbanização e recenseamento econômico do município, e suas relações com a realidade regional, estadual e nacional.

### 1.3 ESPECIFICIDADE ECONÔMICA E URBANA DE PALHOÇA DIANTE DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NACIONAL

No cenário nacional o processo de urbanização se aprofunda, nos anos sessenta, intensificando o deslocamento rural-urbano. No entanto, esse processo de urbanização não ocorre homogeneamente pelo território nacional, mas, de forma diferenciada. Como ressalta Santos (2006: 43), é durante as décadas de 1950 e 60 que houve a consolidação

da hegemonia paulista sobre o território nacional. Esta realidade fica mais evidente, segundo o autor, quando se identifica que os investimentos em 1958 em São Paulo concentraram 62,2% dos investimentos totais realizados neste mesmo período no Brasil.

Evidencia-se através dos dados (Tabela 6: 49) que o processo de urbanização do país nos anos 1960 consolida a virada da população urbana sobre a rural, passando a concentrar a maioria da população brasileira nas áreas urbanas. Entre as causas desse processo destaca-se, como principal fator, à consolidação de um país industrial e a modernização da agricultura com a intensificação da mecanização, o uso de insumos agrícolas e a introdução de novos produtos. Entretanto, este processo estava concentrado, sobretudo em São Paulo, sendo paulatinamente expandido para os outros estados do Sudeste e do Sul do Brasil.

Para Santos, este fenômeno, representou o surgimento das “cidades milionárias”, tendo em 1970 São Paulo e Rio de Janeiro como cidades com mais de 1 milhão de habitantes. Nota-se que apesar de haver uma concentração de investimentos e produção industrial em São Paulo, outras cidades passaram a apresentar, mesmo de forma secundária, forte concentração urbana, é o caso das cidades de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Belém e Recife, todas com população superior a 500 mil habitantes em 1970 (IBGE: 1970).

Santa Catarina continua a registrar forte crescimento demográfico (Tabela 6: 49), com um incremento de 35,21% em relação à década anterior, superior a média nacional que foi no mesmo período de 32,92%. Já a região de Florianópolis ficou bem abaixo da média nacional e estadual, na ordem de 21,02%. Mas, convém registrar que a região da Capital abrangia uma extensa área, envolvendo diversos municípios, não podendo ser atribuído essa realidade a Florianópolis e os municípios próximos, pois o crescimento da Capital foi neste mesmo período de 41,40% e em São José de 36,36%,<sup>36</sup> superior a média nacional e estadual.

Em Palhoça (tabela 6) houve uma redução total de sua população, no entanto, é preciso registrar que no período dos anos sessenta o

---

<sup>36</sup> Cabe aqui informar que durante a década de 1960 o município sofreu perdas do território em virtude das emancipações dos distritos de Angelina e Rancho Queimado, totalizando um decréscimo em relação ao censo de 1960 na ordem de 9.665 habitantes. Portanto, se descontar essa perda o acréscimo da população de São José seria de 97,4%, passando de 21.537 para 42535 habitantes, muito superior a Florianópolis. O que em menor proporção ocorreu nos municípios de Biguaçu e Palhoça. Para maiores informações consultar os recenseamentos de 1960 e 1970 do IBGE.



município perdera importantes distritos, como Garopaba, Paulo Lopes e São Bonifácio, perfazendo um total de 13.523 habitantes (censo de 1960). Portanto, o que se constata é uma redução do número absoluto de habitantes, em virtude da emancipação dos mencionados distritos (de 27.789 para 14.266 hab.), mas desconsiderando essas perdas territoriais o município cresceu na ordem de 44,7%, passando para 20.652 hab. no censo de 1970. Nota-se que nesta década acentua um processo de concentração populacional na área próxima a Florianópolis, em especial na Capital e São José, com repercussões ainda modestas em Palhoça e Biguaçu.

**Tabela 6 – Evolução urbana e demográfica entre os censos de 1960 e 1970**

País, Estado, Região e municípios	População Total 1960	População Urbana 1960	Participação da Pop. Urb/total %
Brasil	70.070.050	31.303.034	44,7
Estado	2.146.090	695.030	32,4
Região de Fpólis	179.188	91.665	51,1
Biguaçu	22.380	5.558	24,8
Florianópolis	97.827	77.585	79,3
Palhoça	27.789	4.175	15,0
São José	31.192	4.347	13,9

País, Estado, Região e municípios	População Total 1970	População Urbana 1970	Participação da Pop. Urb/total %	Incremento da Pop. Urbana
Brasil	93.139.037	52.084.984	55,9	11,2
Estado	2.901.734	1.246.043	42,9	10,5
Região de Fpólis	216.861	163.397	75,1	24,0
Biguaçu	15.337	6.240	40,7	15,9
Florianópolis	138.337	121.026	87,5	8,2
Palhoça	20.652	6.397	31,0	16,0
São José	42.535	29.363	69,0	55,1

Fonte: IBGE censo demográficos de 1960/70

De acordo os dados apresentados o Brasil se urbanizou de forma acelerada durante a década de 1960, mas extremamente desigual sobre seu território. Cita-se, como exemplo, o Estado catarinense, que permanecia no censo de 1970 com taxas de urbanização abaixo da média nacional. É pertinente verificar nesse processo suas particularidades, pois esse índice de urbanização atribuído para o Brasil, não reflete a realidade de todos os estados e muito menos a realidade dos seus respectivos municípios.

Não só o Estado de Santa Catarina ficou abaixo da média nacional, como também, nesta década, a maioria dos Estados se encontravam com taxas de urbanização inferiores as indicadas ao país. Como forma de exemplificação temos o Estado do Paraná que em 1970 tinha uma população urbana de 36,1%, bem inferior à média nacional e mesmo de sua região. De fato, o que ocorreu, foi uma grande concentração urbana em São Paulo, particularmente na sua Capital. De acordo com o censo demográfico de São Paulo (IBGE: 1970), a população urbana em 1970 era de 14.276.239 hab. correspondendo a 80,3% da população total (censo de 1970 era de 17.771.948 hab.), muito superior a própria média nacional. Além de São Paulo apenas os Estados do Rio de Janeiro (77,0%), Minas Gerais (52,7%) e Rio Grande do Sul (53,3%), passavam a registrar uma população urbana superior a rural.

Neste contexto o município de Palhoça passou a sofrer algumas mudanças no seu quadro urbano, enquanto no censo de 1960 a sua população urbana era de 15% sobre a população total, no censo de 1970 esse índice subiu para 31,0%. Apesar do crescimento, este índice ainda estava muito abaixo da média estadual, principalmente em relação a São José (69%) e Florianópolis (87,5%), caracterizando o município, durante a década de 1960, como um território de predomínio rural. Todavia, é importante observar que o processo de urbanização apesar de pouca expressão em Palhoça dava sinais de mudanças, levando a crer que as próximas décadas esse processo iria continuar e se intensificar.

Como se constatou, o processo de urbanização andava em ritmo acelerado, na década de 1960, em algumas cidades de Santa Catarina e do Brasil, com pouca repercussão no território de Palhoça. No que se refere à situação econômica vamos analisar a partir de agora se esse processo teve mudanças nas atividades econômicas do município (Tabela 7: 51), durante esta década, para isso recorreremos aos dados do

recenseamento de 1970<sup>37</sup>.

**Tabela 7 – Setor de Atividades de Acordo com a PEA em 1970**

Localização	Total da PEA	Agricultura, Pecuária	Atividades Industriais
Brasil	29.557.274	13.090.358	5.295.427
Estado	1.993.141	451.697	174.020
Re. Fpólis	101.254	8.432	12.136
Biguaçu	4.316	2.210	671
Florianópolis	40.485	3,490	6.826
Palhoça	5.074	1.324	1.803
São José	10.533	1.408	2.836

Localização	Comércio	Prestação de serviços	Administração Pública
Brasil	2.263.539	4.911.344	633.490
Estado	48.742	105.737	24.880
Re. Fpólis	5.145	13.124	7.867
Biguaçu	161	502	162
Florianópolis	4.552	9.909	6.220
Palhoça	336	609	257
São José	962	2.104	1.228

Fonte: IBGE censo econômico de 1970.

Evidencia-se, de forma geral, que tanto a nível nacional como estadual, o processo de urbanização e industrialização possuem relações comuns, mesmo em áreas que não existe um processo de industrialização os reflexos desse processo provocam algum grau de mudança. Esse é o caso do município de Palhoça, que de forma indireta passa a sentir mudanças na sua estrutura econômica e urbana durante a década de 1960. Mesmo que o processo de industrialização de Santa Catarina estivesse ocorrendo com maior intensidade nos “Vales Atlânticos” e no Oeste, esse processo atinge os municípios da fachada

<sup>37</sup> Os dados apresentados na tabela 7 foram extraídos do recenseamento geral e por estados do IBGE de 1970. Ressalta-se que foram escolhidas para efeito de exemplo algumas atividades, outras, no entanto, foram incorporadas ou excluídas: os transporte e comunicação foram incluídos no setor de serviços enquanto as atividades sociais foram excluídas da análise.

litorânea, e em particular Palhoça, com a introdução de produtos industrializados, muitos deles incorporando os antigos produtos artesanais, da pequena produção mercantil (farinha de mandioca), e substituindo-os pelo o processo industrial.

Mas, apesar da modernização do processo produtivo, nota-se que as atividades tradicionais não sofreram uma grande redução se comparada com décadas anteriores. Cita-se, como forma de exemplificação, a quantidade em toneladas da produção de mandioca entre as décadas de cinquenta e sessenta (tabelas 4 e 7). A aparente redução desse produto é apenas um dado relativo, pois o município de Palhoça teve sua área extremamente reduzida, de 2.538 km em 1950, para 326.57 km na década de 1960. Portanto, proporcionalmente a produção agrícola tradicional ainda não teria sido abandonada, mas apenas mantida. Também, passa-se a observar, embora em pequena escala, a introdução de novos gêneros agrícolas, sem tradição no município, como a batata inglesa e o tomate, dando sinais de mudanças na sua atividade rural.

No que tange o processo de industrialização, o Estado se insere cada vez mais no processo industrial brasileiro, passando de 70.300 para 174.020 pessoas (IBGE: 1970) envolvidas diretamente com o setor industrial. Nota-se, em Palhoça (conforme tabela 7: 52), um aumento em comparação a década anterior, na ocupação da população no setor industrial. Entretanto, esse aumento não corresponde às atividades industriais consideradas “modernas”, mas atividades ligadas à transformação de matéria prima (minerais não metálicos), para a produção de tijolos e telhas. De acordo com o IBGE (1970: 38), dos 81 estabelecimentos industriais, em 1970 no município, 56 se dedicavam a produtos de minerais não metálicos (olarias), 10 ao ramo de madeira, 8 alimentares, 2 metalúrgica, bebidas e imobiliário e 1 editorial e gráfica.

Apesar da pequena expansão industrial, nota-se que existe mesmo de forma restrita uma formação local de capitalistas industriais e comerciais. Para Cruz (2008:142-143) a influencia da colonização alemã na região, possibilitou o surgimento de pequenas iniciativas capitalistas mais desenvolvidas, geralmente eram ex-agricultores que se tornaram pequenos industriais ou comerciantes, se diferenciando socialmente do restante da população local. Entre as poucas e novas iniciativas empresárias no município, na década de 1960, temos como exemplo, a implantação da Cromagem Jahn em 1964, oriundos de Alfredo Wagner.

Analisando a posição do município de Palhoça na sua região, principalmente em relação a Florianópolis e São José, percebe-se pelos resultados, econômicos e urbanos, que Palhoça não acompanhava o

ritmo de desenvolvimento desses municípios, especialmente em comparação a Capital. Assim, nota-se que o processo de expansão urbana de Florianópolis, na década de 1960, não teve impacto sobre o município de Palhoça, mais sim em São José. De acordo com Lago (1968:171), “somente a organização Procasa, em convênio com BNH e sua agenciadora – Caixa Econômica Federal entregará 417 residências populares, numa área entre São José e Florianópolis, em 1967”.

Esse elevado crescimento urbano, entre Florianópolis e São José, acelerou o desenvolvimento dos setores de serviços e o comércio, bem como concentrou a maioria das atividades industriais da região, com mais de 80% desse setor nestes dois municípios. É importante ressaltar que nesse momento as ações estatais e privadas se concentravam em Florianópolis, com forte indicação de expansão para o município de São José. Em contrapartida, Palhoça não recebe diretamente a ação estatal, como ocorrera com a Capital, ficando a mercê das poucas iniciativas locais, sem alterar significativamente o perfil da cidade<sup>38</sup>.

Essas ações estatais aumentaram ainda mais a distância econômica e social entre as duas cidades, reforçando a polarização da Capital sobre o território do município. Essa situação reforçava em Palhoça a continuidade de uma economia agrícola rudimentar ou a produção de produtos industrializados, voltados a exploração dos recursos naturais (barro para as olarias), que viessem a suprir as necessidades da Capital.

Enfim, a realidade de Palhoça, nessas décadas está sintonia com o processo de desenvolvimento desigual das forças modernizantes capitalistas sobre o território brasileiro, onde alguns lugares, em determinado momento, são chamados a participar de um novo processo produtivo, enquanto outros ficam fora desse novo processo. Portanto, o município não se inseriu no movimento de industrialização e urbanização do país, tornando-se um lugar pouco valorizado pelas forças capitalistas dominantes. Internamente a antiga estrutura social (Pequena Produção Mercantil) permanecia mesmo de forma decadente, levando o município a um isolamento econômico.

---

<sup>38</sup> Para Pereira (2003:115), nos anos 60 o Estado catarinense vai intervir consideravelmente no processo de modernização e integração do território, “com a criação da Universidade Federal de Santa Catarina e a implantação do trecho catarinense da BR-101, concluído em 1971”. Na Capital acrescenta a autora “o Estado no comando dos processos modernizantes, realiza investimentos que modificam o perfil da cidade, aceleram a urbanização, reforçam o setor terciário e acrescentam novas funções à administração estadual e federal, dinamizando e implantando novos serviços”. No que tange a cidade de Palhoça as escassas mudanças se resumem a introdução de novos gêneros agrícolas (tomate, batata) e a presença das primeiras iniciativas industriais.

### 1.3.1 Processo de decadência da estrutura social de Palhoça entre as décadas de 1950 e 1960

O município de Palhoça até a década de 1960, como vimos, ficou distantes das iniciativas capitalistas modernas, um lugar economicamente e socialmente estagnado. As forças econômicas e políticas locais não acompanhavam a nova conjuntura, desenvolvido pelo capitalismo brasileiro (industrial), ficando economicamente restrito a produção de produtos tradicionais, atendendo apenas o mercado local. Diante desses fatos analisaremos a seguir a decadência da Pequena Produção Mercantil e as especificidades desta no município de Palhoça.

Para entender a decadência da pequena produção mercantil açoriana é necessário trazer a tona às causas intrínsecas e extrínsecas desse processo. Destaca-se que na época todos os produtos provenientes da pequena produção mercantil (farinha de mandioca, óleo de baleia, artesanato e manufaturas) estavam subordinados aos interesses dos capitalistas comerciais de Desterro e do Rio de Janeiro. Como salienta Bastos (1996: 131), “o papel concentrador e aristocratizante desempenhado pelos capitais de Desterro e do Rio de Janeiro não permitiram desenvolver no pequeno produtor mercantil relações de produção capitalista”. Isso ocorria segundo o autor porque os capitais comerciais “orquestravam barreiras ao surgimento de novos empreendimentos e importavam produtos similares ao produzido pelo artesanato açoriano”. Por outro lado, o pequeno produtor mercantil possuía um artesanato “muito diversificado”, não havendo uma especialização, o que transformava o artesão em uma “*espécie de quebra-galho*” (BASTOS, 1996: 31). Em contrapartida, nos vales atlânticos, os imigrantes alemães e italianos, diferentemente dos açorianos, possuíam uma maior especialização dos produtos.

Convém ressaltar que, em um primeiro momento, a colonização alemã e italiana nos vales atlânticos foi de certo modo favorável ao desenvolvimento econômico e urbano de Florianópolis. Isso se deu por que Desterro era a principal cidade de Santa Catarina, e sede administrativa da província e praça importadora (Porto). Na época, as recentes colônias alemãs e italianas não dispunham de estrutura econômica e muito menos força política para rivalizar com Desterro. Mas, com o passar de algumas décadas, esses núcleos coloniais, começam a se fortalecer economicamente a ponto de restringir a influência da região de Florianópolis.

Enquanto a produção artesanal e agrícola dos açorianos era feita com técnicas rudimentares, os colonos alemães e italianos tinham trazido técnicas de produção mais “modernas”, possibilitando produzir produtos com melhor qualidade e menor preço. Dessa forma, Palhoça e região perdiam a cada momento sua força econômica no cenário catarinense, enquanto Santa Catarina via surgir outras cidades (Blumenau, Joinville, Criciúma, Tubarão), que possuíam elementos capitalistas mais desenvolvidas<sup>39</sup>.

É importante ressaltar a conjuntura nacional, que contribuiu em muito para o desenvolvimento das novas colônias e a decadência da pequena produção mercantil açoriana. Como destaca Rangel (1980), entre 1896 a 1921, a economia brasileira vivia a fase “a” do 3º Kondratiev, ou seja, uma fase expansiva, onde o Brasil era chamado a se integrar à economia mundial, aumentando consideravelmente as exportações e importações. Nesse momento, as novas colônias européias, nos vales atlânticos, em Santa Catarina, já apresentavam uma estrutura econômica mais bem alicerçada, com surgimento de pequenas oficinas e grande aumento da produção agrícola.

Apesar da decadência da pequena produção mercantil, Florianópolis continuava sendo um importante porto de importação. Todavia, com a 1ª Guerra Mundial e as dificuldades de importação decorrentes fizeram com que as atividades artesanais produzidas no Brasil fossem chamadas a abastecer o mercador interno. Esse fato fez surgir nos pontos mais desenvolvidos do Brasil “uma espécie de escola maternal de industrialização” (RANGEL, 1980). Entretanto, o momento crucial do processo de industrialização brasileira foi na década de 20, com o advento da fase b do 3º ciclo de Kondratiev, culminando com a grande depressão mundial, que teve como auge a “quebra” da bolsa de valores de Nova York, em outubro de 1929. Diante desse contexto, um novo pacto de poder se constituiu entre a burguesia industrial – dissidência dos comerciantes – e os latifundiários (RANGEL, 1982: 2).

---

<sup>39</sup> Para Marx, a pequena produção mercantil desenvolve de maneira desigual por causa dos fatores da estrutura social serem desiguais. Portanto, a estrutura social da pequena produção mercantil açoriana possui internamente características na dinâmica das relações produtivas capitalistas muito rudimentares, ou seja, de acordo com Marx em o Capital, v. 1, P. 182, para haver de fato a existência da produção Capitalista implica a perda dos meios de produção por parte de um grande número de trabalhadores, expropriados esses teriam que vender sua força de trabalho para os capitalistas, aumentando o antagonismo de classe. Esta situação não ocorria com tanta intensidade em Palhoça, em virtude do município ter uma população voltada para atividades agrícolas rudimentares, geralmente utilizando mão-de-obra familiar, produzindo seus produtos primeiramente para a sua subsistência e o excedente destinando ao comércio dos centros urbanos.

Sendo que a nascente burguesia industrial desenvolveu mecanismo no sentido de “proteger os ramos da substituição de importações, notadamente, os setores têxtil, calçados e alimentos”. Portanto, após a Revolução de 30, forma-se no Brasil uma aliança entre os latifundiários e a burguesia industrial nascente. Em Santa Catarina ocorreu a mesma aliança entre os Ramos, representando o latifúndio pastoril do planalto e à burguesia industrial (Fontana e Brandalise), que se encontrava nos vales atlânticos e Oeste, constituídos em primeiro lugar pelos alemães e em segundo lugar os italianos<sup>40</sup>.

Apesar de a política nacional beneficiar nesse período São Paulo, o estado catarinense conseguia se inserir no processo industrial de forma independente, pois existiam nas colônias alemãs e italianas elementos que permitiram o desenvolvimento industrial (mão-de-obra qualificada, oficinas e espírito capitalista). Enquanto as colônias dos vales atlânticos conseguiam prosperar, a pequena produção mercantil açoriana ficava fora desse novo cenário, levando-a a uma profunda estagnação.

Como salienta Corrêa (1999: 38), a substituição de importações ampliou o mercado interno do país para produtos alimentares e manufaturados, possibilitando a consolidação das especializações agrícola e industrial, formando “um mosaico de zonas econômicas no território catarinense”. No entanto, os capitais comerciais de Florianópolis que estavam ligados, sobretudo aos comerciantes do Rio de Janeiro (exportação e importação), não se inseriram nas transformações engendradas pelo novo pacto de poder (Estado Novo), resistindo às mudanças.

Além de toda a conjuntura econômica e política desfavorável, enfrentada pela pequena produção mercantil açoriana, ainda existiam elementos inerentes ao próprio modelo sócio-econômico que contribuíram para o seu declínio. Enquanto as colônias alemãs e italianas possuem em sua estrutura econômica e social o modelo de produção capitalista, nas áreas de colonização açoriana, como salienta Bastos (1996: 132), existia “um espírito de camaradagem (divisão da pesca, por exemplo)”.

Outro fator inerente à formação sócio-espacial açoriana é o que diz respeito ao seu habitat rural, que se caracterizava pela formação de lotes individuais extensos, porém estreitos. Também, a de considerar a fragmentação excessiva das propriedades, fato esse determinado pela

---

<sup>40</sup> Ver VIEIRA, M. Graciana E. de Deus; PEREIRA, Raquel M. F. do Amaral. Formação Sócio-espaciais catarinenses. Anais do congresso de história e geografia de Santa Catarina, set. 1996. p. 461.



repartição (herança), em que todos os filhos passavam a receber sua parte, provocando um acentuado processo de parcelamento do solo. Esse modelo levou o empobrecimento das propriedades, devido ao constante uso, aliado ao desconhecimento de técnicas agrícolas de proteção (sistema de coivara)<sup>41</sup> do solo. Já, nas colônias alemãs somente o filho mais velho tinha direito a propriedade, não havendo, portanto, um sobreparcelamento das propriedades, além do que, utilizavam técnicas mais sofisticadas de produção agrícola.

Diante dos fatos ressaltados, a economia litorânea catarinense baseada na pequena produção mercantil açoriana não resiste, cidades importantes como Laguna, São Francisco do Sul e Florianópolis perdem espaço no cenário catarinense, principalmente a partir da década de trinta, com o desenvolvimento industrial brasileiro. Ressalta-se que, das cidades litorâneas de colonização açoriana, Florianópolis foi à única nesse período que ainda persistia mesmo com dificuldades a crescer. Notadamente, por que, a cidade tinha como uma das funções ser sede administrativa do Governo (Capital). Sobre o assunto, salientamos os estudos Vaz (1991:32), que destaca que o período industrial que sucedeu aos a Revolução de trinta não trouxe grandes transformações para a Capital ficando registrando aos escassos investimentos estatais. Em contrapartida os “centros emergentes do interior do Estado de Santa Catarina estabeleceram ligações diretas com o mercado nacional<sup>42</sup>, contribuindo para o deslocamento da polaridade econômica, antes marcada pela presença do ativo porto exportador em Florianópolis”.

Por persistir em um modelo de produção mercantilista, a Capital perde influencia econômica e política, enquanto o interior do Estado vai, paulatinamente, conquistando espaço deixado pela Capital, fato esse constatado pelas perdas das exportações e importações. Essa situação é destacado por Cunha (1982:62, 65 e 103), quando, nos seus estudos, o autor verifica que as exportações se davam da seguinte forma na Capital: 36%, entre 1880-1885, para 21%, entre 1896-1900 e a retração das exportações de farinha de mandioca, desde 10% em 1880, para 3,4%, em 1902, e a expansão das transações de madeiras e de erva-mate e a emergência de produtos da pecuária: banha e manteiga.

Diante desses dados, constata-se o quanto à economia mercantilista perdia importância no cenário catarinense. Em

---

<sup>41</sup> CAMPOS, Nazareno José de. Silva, Célia M. e MACHADO, Ewerton Vieira. Formação social (re) produção do espaço litorâneo catarinense. UFSC, Fpólis, LABEUR.

<sup>42</sup> Melhorias no porto de Itajaí e São Francisco do Sul, introdução do transporte terrestre possibilitaram uma maior independência dos imigrantes dos vales, importando e exportando, estabelecendo diretamente um comércio com as áreas centrais do país.

contrapartida, as colônias, sobretudo alemães, desenvolviam um setor industrial, tanto que em 1907 existiam 173 estabelecimentos industriais, com mais de 2000 empregados, representando 1,9% do valor de produção industrial brasileira (CUNHA, 1982: 81 a 96). Por outro lado, o movimento portuário de Florianópolis caiu para 15% do total do Estado e os portos de São Francisco, Itajaí e Laguna, somavam 74%. Já, em 1937 o porto de Florianópolis não ultrapassava as cifras de 7% das exportações catarinenses (CUNHA, 2001:311)<sup>43</sup>.

Enquanto as novas colônias dos vales atlânticos se engendravam na nova ordem econômica brasileira, aprofundando as relações capitalistas de produção industrial, a área abrangida pela influência de Florianópolis (São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro, Governador Celso Ramos, etc.), mantinha um modelo de produção industrial e práticas agrícolas de quase 200 anos.

Com a perda econômica registrada, principalmente a partir da década de trinta e o, conseqüentemente, empobrecimento da população açoriana, a região litorânea vê migrar grande número de seus habitantes para as novas áreas de dinamismo econômico, com destaque para Blumenau e Joinville ao Norte e Criciúma e Tubarão ao Sul. Especificamente a região de Florianópolis perde influência política e econômica sobre o território catarinense, ficando o poder da capital restrita aos municípios circunvizinhos.

Em resumo, segundo Bastos (1996: 132), podemos destacar quatro causas fundamentais para a perda de influência de Florianópolis sobre o Estado: a primeira, pelo avanço industrial verificado nas colônias alemãs: a segunda causa, pela institucionalização de extração do carvão mineral no Sul do Estado, onde a partir de 1931, as empresas brasileiras consumidoras desse produto foram obrigadas a consumir 10% do carvão brasileiro e em 1937 este percentual chegou a 20%: a terceira causa, foi a exportação de madeira do planalto através do porto de Itajaí, que se transformou no maior porto madeireiro do Sul do Brasil. O quarto motivo, destaca-se o surgimento das agroindústrias no Oeste e do Vale do Rio do Peixe, que são beneficiadas pela construção da estrada de ferro, ligando essa área à cidade de São Paulo.

Por todos esses fatores inerentes a antiga estrutura social, Palhoça e demais municípios da região de Florianópolis não conseguem desenvolver um aglomerado urbano como ocorreria com as demais

---

<sup>43</sup> Vale lembrar as combinações naturais sugeridas por Cholley, entre elas destaca-se o relevo do litoral catarinense que possui diversos vales divergentes, com destaque a localização dos portos de Itajaí e de São Francisco do Sul distantes da Capital.

capitais do Brasil. A sua população, principalmente as mais empobrecidas não conseguem oportunidades de emprego, migram para outras regiões do Estado e até fora dele. Ressalta-se que, Florianópolis, diferentemente dos demais municípios vizinhos, em particular de Palhoça possuía uma maior diversificação econômica (sobretudo administrativa), o que amenizava tal situação.

Como Palhoça não se insere no processo industrial e nem recebe ações estatais o município não conseguia atrair imigrantes, dependendo exclusivamente do seu crescimento natural de sua população. Em contrapartida nas áreas de colonização alemã e italiana, em virtude da industrialização, passaram a ser um pólo de atração de mão-de-obra luso-brasileira. Assim, a maior parte dos mineiros de carvão é de origem açoriano-madeirense do litoral sul e importante parcela do operariado de Blumenau, Joinville, Brusque, etc., constituem-se igualmente de luso-brasileiros das áreas próximas de agricultura decadente. (MAMIGONIAN, 1966, p.36)

Durante a primeira metade do século XX, esse processo de esvaziamento das áreas luso-brasileiras continuou em ritmo acelerado, segundo Mira (2001:67), entre 1900/1950 o número de habitantes do Estado crescia 3,81%, acima da média brasileira, enquanto a Capital e região apresentou desenvolvimento demográfico bem inferior: 1,29% para 1900/1920 e 1,4% para 1920/1940.

É na formação sócio-espacial da pequena produção mercantil açoriana que o município de Palhoça estava inserido, sofrendo com a decadência que as novas relações de produção e renda engendradas pelo capitalismo industrial nacional e catarinense passam a determinar. Mas é preciso entender como esse processo se deu particularmente no território de Palhoça, pois mesmo fazendo parte de uma estrutura econômica decadente, elementos inerentes a sua formação social, lhe proporcionam uma situação singular em relação à região. Nesse sentido, a pesquisa vai finalizar este primeiro capítulo dando ênfase a estrutura social do município, nas décadas de 1950 e 1960, e entender porque essa organização social não proporcionou um capitalismo mais avançado.

### **1.3.2. A Pequena produção mercantil em Palhoça e as dificuldades de transição econômica**

Quando se pensa em pequena produção mercantil na teoria marxista logo se imagina na gênese do desenvolvimento de um mercado interno, tão importante para o surgimento de uma classe de capitalistas prósperos<sup>44</sup>. No entanto, como ficou constatado, esta transição vai depender de outras combinações (naturais, sociais, políticas) que podem impulsionar ou retardar esse desenvolvimento. Quando se analisa o caso de Palhoça nota-se (conforme dados econômicos supracitados) que, apesar da decadência da pequena produção mercantil, esta tardou em desaparecer no município, dificultando a transição para forças capitalistas mais modernas.

Como bem destaca Lênin (1985:15), a pequena produção mercantil não é igual em todos os lugares do mundo algumas podem ser mais desenvolvidas outras mais atrasadas. Quando estas são pouco desenvolvidas a maior parte da sociedade vive basicamente da produção agrícola, havendo, portanto, pouca divisão social do trabalho, o que dificulta o processo de desenvolvimento de um mercado interno capitalista.

Analisando a situação econômica de Palhoça, até a década de 1960, verifica-se que a mesma via-se diante de um quadro semelhante, em que as forças produtivas eram basicamente oriundas de uma pequena produção agrícola rudimentar, com o predomínio da população rural, conseqüentemente uma urbanização bastante incipiente. Esta situação era pouco favorável para aceleração da divisão social do trabalho e conseqüentemente para o desenvolvimento de um mercado interno capitalista.

Ratificando o exposto, de acordo com o pensamento de Lênin, para que de fato ocorra o crescimento do mercado interno e o surgimento de uma classe econômica, realmente capitalista, é necessário que haja um crescimento da população urbana e a diminuição da população rural. Para o autor é de suma importância, para o mercado interno, que a população não agrícola aumente em relação à população rural. Somente através da “liberação de uma parte dos produtores dos

---

<sup>44</sup> Mamigonian, em Estudo geográfico das indústrias de Blumenau (revista brasileira de geografia: 389-481); Dobb, M. do Feudalismo para o capitalismo, 1977; Lênin, V. I. (1985). Os autores vão observar que em regiões (cita-se como exemplo o nordeste dos Estados Unidos e os Vales Atlânticos catarinenses) onde existia uma estrutura social baseada na pequena produção mercantil surgiu uma classe de capitalistas “revolucionários”.

meios de produção subentende, necessariamente, a passagem desses meios para outras mãos, sua conversão em capital<sup>45</sup>, e que, por consequência, os novos proprietários desses meios produzirão sob a forma de mercadorias os produtos que, anteriormente, eram consumidos pelo próprio produtor”.

Nesta mesma linha teórica Dobb (1987:68) argumenta que é a partir “do pequeno modo de produção (na medida em que ele assegura independência de ação, e em que a diferenciação social, por sua vez, se desenvolve no seu interior) que o capitalismo nasceu”. Para essa teoria trata-se da diferenciação econômica que emerge dentro do próprio modelo da pequena produção camponesa, ou seja, são agricultores que se tornam relativamente prósperos em relação aos demais camponeses. Esta diferenciação faz com que um pequeno grupo de agricultores se torne paulatinamente em capitalistas comerciais ou industriais, enquanto a maioria viraria trabalhadores destes ou continuariam como pequeno produtores rurais, geralmente produzindo insumos agrícolas para estes novos capitalistas<sup>46</sup>.

Quando os pequenos produtores agrícolas conseguem internamente se diferenciar socialmente, nasce outra forma de produção que não é mais determinado pela produção individual agrícola geralmente de subsistência. Agora emerge desses um novo modo de produção, transformando os seus produtos em mercadoria para o mercado capitalista. Este modelo, para Lênin (1954:33) e Dobb apud

---

<sup>45</sup> Marx apud Lênin (1985: 16) indica que “os meios de subsistência de uma grande parte da população rural são liberados ao mesmo tempo em que esta e se convertem em elementos materiais do capital variável” (capital investindo na compra da força de trabalho). “A expropriação e a expulsão de uma parte da população rural não põem à disposição do capitalista industrial apenas os operários e seus meios de subsistência e trabalho, mas criam o mercado interno”. Vê-se nessa citação que é imprescindível para Marx a existência de um grande contingente de população desprovida dos meios de produção para que sob a ruína desses desenvolva um mercado interno fundado nos princípios de uma econômica de mercado capitalista.

<sup>46</sup> Dobb, Maurici – Uma Réplica (2004:73) cita que existe uma lei geral para a teoria marxista, que o “desenvolvimento a qual a sociedade econômica se move por suas próprias contradições internas”. Portanto, para essa lei segundo Dobb, são as contradições dentro da estrutura social da pequena produção que determina que haja diferenciação social e assim, criar a partir daí um seguimento de ex-agricultores em capitalistas.

Sweezy (2004: 64) é “a via realmente revolucionária<sup>47</sup>, quando uma parte dos próprios produtores acumulou e dedicou-se ao comércio, e com o tempo começou a organizar a produção numa base capitalista livre das restrições artesanais das guildas”.

No caso da pequena produção mercantil em Palhoça, e sua transformação em modo “absoluto” de produção capitalista, é preciso entender as especificidades desse modelo de produção no município e região, particularmente as combinações naturais e humanas em Palhoça. No intuito de esclarecer os fatores que desencadearam a acumulação e o surgimento de uma classe de capitalistas local é preciso entender o processo de transição. Por isso, torna-se relevante para a compreensão desse processo o período de decadência da pequena produção mercantil na região e seus múltiplos fatores (econômicos, sociais, técnicos e políticos), que combinados criaram condições para desenvolver uma nova formação social, mais moderna, sob a decadente formação sócio-espacial.

Como a economia da pequena produção mercantil da região de Palhoça estava estruturada sob a égide agro-exportadora, ou seja, estava estruturada na primeira substituição de importações, manteve entre as décadas de 1930 a 50 num período de plena decadência, pois persistia no modelo import-export<sup>48</sup>. Neste modelo econômico, muitos gêneros agrícolas que chegavam ao porto de Florianópolis, faziam o intercâmbio com as manufaturas chegadas do Rio de Janeiro e litoral de Santa Catarina. Também, existiam os comerciantes intermediários que por falta de vias rodoviárias adequadas e rios navegáveis realizavam os transportes de mercadorias entre as áreas mais interioranas e o litoral

---

<sup>47</sup> Lênin, V. I. (1954: 32-34) faz referência a existência de duas vias ou caminhos para o desenvolvimento burguês numa determinada sociedade, a primeira Via que ele chamou de Revolucionária é aquela em que a classe burguesa emerge de baixo, ou seja, são oriundos da contradição interna da pequena produção camponesa, já a outra, ele chamou de Via Prussiana, é quando a antiga classe que estava no poder (exemplo, os latifúndios), vai aos poucos se tornando um burguês. Portanto, um processo de desenvolvimento burguês de cima para baixo em que o capitalismo se desenvolve sem a participação efetiva do pequeno proprietário.

<sup>48</sup> É importante lembrar que o latifúndio pecuarista de Lages tinha grande influência na região próxima a Capital, pois este latifúndio (de estrutura interna feudal) resultado da primeira substituição de importação brasileira entre 1815-1848, as manufaturas eram comercializadas pelos tropeiros influenciando o modo de vida das antigas colônias entre a capital e o planalto. Assim, a pequena produção mercantil seja ela açoriana, ou alemã que estava estabelecida ao longo dos caminhos comerciais entre o litoral e o planalto continuavam inseridas na primeira substituição artesanal de importação, determinando um caráter servil dos pequenos produtores gerando um artesanato diversificado com baixo valor agregado, em contrapartida outros produtos comercializados diretamente com maior preço. Ver mais informações em CRUZ (2008:28-30).

catarinense. Em Palhoça conforme Pereira (1994: 67) nas comunidades com Enseada de Brito e mesmo na sede do Município, podiam trocar mercadorias de produção local (cerâmica, açúcar mascavo, farinha de mandioca, aves e pequenos mamíferos, peixes, etc.) utilizando-se da cabotagem de lanchões e baleeiras<sup>49</sup>. Mas com o a implantação das rodovias e da indústria automobilística no país este meio de transporte foi gradativamente desaparecendo.

O município de Palhoça combinava naquele momento uma situação natural (localização) importante neste sistema, pois seu território se estendia do litoral as áreas mais interioranas, inclusive determinando o escoamento de mercadorias entre estas com o planalto de Lages (tropeiros). Esta situação fez persistir no território do município até a década de sessenta um grande número de intermediários (vendistas), mais conhecidos no município como Boleiro ou Pombeiro<sup>50</sup>, que “colocavam o agricultor numa situação pouco lucrativa, obrigando-o na criação de seus próprios canais de distribuição até o litoral ou subindo o planalto quando as estradas estavam melhoradas” (CRUZ, 2008; 43).

Mesmo com o processo de industrialização e urbanização brasileira e catarinense após década de 1930, este modelo colônia-venda persistia em Palhoça e nos de mais municípios da região. Mas, com a aceleração do processo de industrialização, sobretudo a partir da década de 1950<sup>51</sup>, principalmente com a presença das multinacionais automobilísticas, e a opção política e econômica do estado brasileiro pelas rodovias acabou melhorando as antigas e precárias estradas, facilitando o deslocamento das mercadorias entre o litoral e o planalto, desaparecendo paulatinamente os intermediários.

Portanto, à medida que o processo de industrialização brasileira e catarinense avança e a crise agrícola se acentua, entre a década de 1950-

---

<sup>49</sup> CF Silveira, Claudir, a maior força do município estava na sua localização entre Desterro e o interior do Estado. Até a construção da ponte Hercílio Luz o trânsito da Ilha e o Continente era feito pelo mar, por conta disso Palhoça desenvolveu firmas com frotas de barcos de transporte. Mas a partir de 1926, com a construção da ponte ligando a Ilha ao continente levaram à falência as firmas de transportes estabelecidas em Palhoça. Para o autor este foi o fator determinante para a decadência do município.

<sup>50</sup> O Boleiro possuía veículo próprio e o Pombeiro era o nome popular para caixeiro viajante.

<sup>51</sup> Ver Silva (UFSC-2006), em “O Processo de Industrialização no Sul do Brasil”, Cadernos Geográficos, nº 15. O autor dividiu esse processo em três fases distintas - A primeira corresponde anterior a I G. M., que tinha como característica a gênese do processo industrial. A segunda fase se refere ao período entre guerras, marcada pela a expansão da indústria leve e metal-mecânica. Já a terceira fase, ocorre a partir da segunda Guerra Mundial, caracterizada pela a abertura das economias regionais, o crescimento das indústrias “do tipo bola de neve”, bem como, a forte presença de políticas estatais em benefício do capital industrial.

60, a antiga estrutura social da região que mantinha o território de Palhoça como rural foi desaparecendo<sup>52</sup>. Diante desse quadro econômico muitos dos antigos pequenos proprietários de terras e de engenhos passaram abandonar essa atividade, tornando-se não mais um colono, mas um trabalhador urbano, na sua maioria exercendo atividades totalmente diferentes das quais estava acostumado a fazer. Nas palavras de Rangel (1985:57), esse processo significa “a abertura do complexo rural”<sup>53</sup>, ou seja, cada vez que uma atividade abandona o âmbito do complexo rural, ocorrem concomitantemente dois fatos: “muda o modo de produção na atividade irradiadora, expedida para fora do complexo, e, ao mesmo tempo, simplifica-se o mesmo complexo”. Portanto, a desintegração do complexo rural é de suma importância, para o aumento da produtividade, tanto como mão de obra para as cidades como para quem fica no complexo rural, criando a possibilidade do aumento da divisão social do trabalho, fundamental para o “processo de desenvolvimento”.

Analisando especificamente o caso de Palhoça é peculiar entender que este movimento de dissolução do complexo rural se deu de forma tardia em relação aos vales atlânticos e mesmo em comparação com Florianópolis e São José. Como suas terras estavam mais distantes do núcleo urbano da Capital, a destruição do complexo rural levou muitos de seus ex-colonos a migrar para as áreas com maior densidade demográfica e infra-estrutura urbana, não proporcionando naquele momento um processo de urbanização local. Mas, em contrapartida, a dissolução do complexo rural serviu ao mercado interno de Florianópolis e posteriormente de São José, contribuindo para o aumento da divisão social do trabalho nestes municípios. Sendo assim, o processo de aumento da divisão social do trabalho em Palhoça fica estagnado dificultando o desenvolvimento de um mercado interno, fenômenos tão importantes para acelerar o desenvolvimento capitalista.

Mamigonian (1969:37-38), se referindo as diferenças regionais em Santa Catarina, na década de 1960, assinala que na região da Capital e de Lages não existia uma hierarquia entre as cidades, como ocorria

---

<sup>52</sup>Em Palhoça, essa antiga formação sócio-espacial que vinha resistindo ao novo processo econômico desenvolvido pelo capitalismo industrial, também passa a sofrer com a decadência levando ao empobrecimento dos antigos agricultores e praticamente a extinção dos engenhos de farinha, açúcar e alambiques, no plantio de laranja, banana, café, etc.

<sup>53</sup>De acordo com Rangel (I, Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro 2ª edição, Bional), caracteriza-se o complexo rural não apenas como um conjunto de atividades agrícolas, mas como uma estrutura rural que possui “múltiplas atividades do complexo rural”, onde é bem peculiar aos países subdesenvolvidos.



com os vales atlânticos, havendo um desequilíbrio urbano, com elevada concentração urbana em um único município, e vazios demográficos nos demais. Esta situação levou o município de Palhoça a ter dificuldades em realizar a transição da primeira para a segunda substituição de importações. Logo a nova classe (comerciantes e industriais) que se beneficiou com a decadência do sistema colônia-venda, tendo na maioria das iniciativas capitalistas os decentes alemães (Bastos, 2002:168-169) não se realizou neste primeiro momento em território de Palhocense, concentrando no núcleo urbano da capital.

Portanto, quando se fala em ascensão de uma classe de capitalista originário dos municípios próximos a Capital, entende-se que esse processo não trouxe o desenvolvimento de uma classe de capitalistas para toda a região. Em Palhoça, como já destacado, entre a década de 1950 e 60, muitos de seus pequenos produtores que passaram a classe capitalista não fizeram em território local. Além disso, a maioria dos descendentes alemães que migraram das antigas colônias não se estabeleceu em Palhoça, e sim em São José e Florianópolis.

Quando Cruz (2008) analisa a importância da pequena produção mercantil alemã, para o surgimento de uma classe de capitalistas, a partir do processo de dissolução do complexo rural, nos municípios próximos a Capital, identificou estes ex-colonos, como a via revolucionária. Mas, estes novos capitalistas não permaneceram em seu local de origem, migraram para o núcleo urbano da Capital durante as décadas de 1950 e 60. Então, às áreas que naquele momento não estavam inseridas no processo de urbanização, cita-se neste caso o município de Palhoça, perderam a possibilidade de desenvolver uma classe de capitalistas, em seu território, aumentando sua dependência com o núcleo urbanizado, situado na Capital<sup>54</sup>.

De acordo com o pensamento de Lênin, Marx, Rangel, é condição fundamental para o desenvolvimento capitalista que os meios de produção (inclusive a população) não sejam dispersos, necessitando que os mesmos estejam concentrados nas mãos de uma determinada classe. É, portanto a perca dos meios de produção, pela maioria da população, que cria a possibilidade de acumulação por parte de uma classe, surgindo nitidamente uma divisão de classes, entre os que acumulam (capitalistas) e os que serviram de mão de obra para esse

---

<sup>54</sup> Neste caso Palhoça permaneceu como um lugar rural, fornecedora de produtos agrícolas e manufaturas com pouco valor agregado (tijolos e telhas) agora não mais para os grandes comerciantes de Florianópolis e Rio de Janeiro, mas apenas abastecer o restrito mercado da Capital. Esta situação explica em parte porque a antiga estrutura social (mesmo decadente) persistiu em continuar no município até a década de 1960.

processo de acumulação (os assalariados). Foi justamente este processo de acumulação que tardou em consolidar no território de Palhoça, ficando o município com dificuldades em se inserir no capitalismo mais dinâmico.

Neste primeiro capítulo conclui-se que o processo de industrialização e modernização do país e mesmo de Santa Catarina e da Capital, não teve repercussões de ordem técnica e econômica para alterar significativamente a antiga estrutura social de Palhoça, permanecendo estagnada até início da década de 1970. Até esse momento faltava ao município o aumento da divisão social do trabalho, do mercado interno, elementos necessários para fazer a transição de uma economia agrícola rudimentar para um capitalismo mais avançado.

## 2 O PROCESSO DE INSERÇÃO DE PALHOÇA NA REGIÃO URBANIZADA DA CAPITAL

### 2.1. A PRESENÇA DO ESTADO NO ESPAÇO LOCAL

Como vimos no primeiro capítulo as décadas de 1950 e 1960 foram de grandes transformações a nível internacional, nacional e estadual, com mudanças na estrutura urbana e econômica. Também vimos que essas mudanças não se deram de forma homogênea sobre o espaço nacional, e em particular na região da Capital de Santa Catarina. Enquanto a Capital passou a receber mais atenção dos setores públicos, com investimentos na sua estrutura urbana e administrativa, os municípios de sua região ficaram a mercê desses investimentos. Desse modo, o processo de urbanização e o aumento de serviços passam a se multiplicar no perímetro urbano da Capital, atraindo para suas periferias imigrantes, sobretudo vindos dos municípios da região. Neste cenário, Palhoça não recebe os vetores da modernidade permanecendo como um espaço em que as forças sócio-econômicas tradicionais pouco são modificadas, dando um caráter de estagnação e aumento da dependência em relação à Capital.

Se até a década de sessenta esse movimento de expansão urbana da Capital pouco se fazia sentir no território de Palhoça, já na década de 1970, os efeitos dessa expansão passam a repercutir com mais intensidade. Tais efeitos foram determinados por uma sucessão de eventos que vinham ocorrendo em décadas anteriores e que se solidificaram ou se intensificaram na década de setenta<sup>55</sup>. Destacam-se entre os principais eventos na década de 1970, os dobramentos das ações estatais, que se multiplicaram nesta década, principalmente nos seus primeiros anos<sup>56</sup>. Cita-se aqui a expansão e modernização da administração pública, a conclusão da BR-101 em 1971, a construção da

---

<sup>55</sup> Santos & Silveira (2006:49), nos indicam que “entre as décadas de 50/60 ampliam-se as redes de transportes, que se tornam mais densas e mais modernas; e, graças à modernização das comunicações, criam-se as condições de fluidez do território, uma fluidez potencial, representada pela presença das infra-estruturas, e uma fluidez efetiva, significada pelo seu uso”.

<sup>56</sup> Para Santos, Milton (1996:146-147) em *Natureza do Espaço*, nos define que os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características. Mas como afirma o autor esses eventos são determinados por agentes que através de suas ações causam os eventos. Assim ação e eventos são lados da mesma moeda trazendo mudanças sobre o espaço geográfico.

ponte Colombo Machado Sales, bem como, a implantação de diversos conjuntos habitacionais na região, e inclusive no território de Palhoça<sup>57</sup>.

Para diversos autores, e entre eles, cita-se Milton Santos, Ignácio Rangel, David Harvid, a década de 1970, se insere no “meio técnico-científico”. Para Santos (2006:53) “é irradiação do meio técnico-científico informacional que se instala sobre o território, em áreas contínuas no Sudeste e no Sul ou constituindo manchas e pontos no resto do país”. Portanto, se a décadas de 50/60 foram marcadas pela a integração nacional, pelas as rodovias, a partir dos anos 70, a integração passa também a ser a nível informacional.

Este período também marca mudanças significativas na estrutura produtiva, social e urbana do território nacional, para Santos (2006:52) é “o capital comandando o território, e o trabalho”, tornando as diferenças regionais um fenômeno social e não natural. Assim, como declara o autor, graças aos meios de comunicação, a industrialização ao crédito e a urbanização, provocou uma aceleração e especialização territorial da produção, com intensa valorização da terra, (re) organizando o território, criando uma nova integração, “mas com especialização geográfica da produção material e imaterial”.

Mas entende-se que outros fatores, principalmente de ordem política e econômica são mais esclarecedores para o entendimento dessa nova fase capitalista nacional e catarinense. Enfatiza-se, nesse processo, a teoria dos ciclos defendida por Rangel (1985:712). De acordo com o autor o regime militar se insere no decênio final da fase “a” do quarto ciclo longo e ao primeiro decênio da fase “b” do mesmo ciclo. Portanto, os primeiros anos do regime militar estavam sob a fase ascendente do ciclo de Kondratiev, enquanto os últimos anos na fase declinante desse mesmo ciclo. Internamente os primeiros anos do regime militar corresponderam o segundo lustro do ciclo de juglar, coincidindo as fases ascendentes dos dois ciclos. Entretanto, convém ressaltar as medidas institucionais tomadas neste período, com destaque para a implantação do projeto da correção monetária.

A correção monetária trouxe mudanças nos investimentos públicos e privados, sendo para Rangel a “escola maternal do capitalismo financeiro brasileiro”. Com a correção monetária em prática, mais a elevação do PIB e o aumento da produção industrial, passam haver uma redistribuição das atividades econômicas, com um novo setor público e um novo setor privado. O Estado cria o SNH – BNH, e investe

---

<sup>57</sup> Cita-se com exemplo a construção do conjunto habitacional Governador Ivo Silveira em 1968 na Ponte de Imaruim, realizado pela COHAB.

na indústria pesada, além do setor de energia, transportes e serviços públicos. Esta conjunção favorável, internamente e externamente, permitiu chamar esse período de “milagre econômico”.

A partir de 1973, com o advento da fase B do 4º Kondratiev, o mundo capitalista passa a enfrentar uma fase de recessão, os destaques dessa crise são a crise do petróleo e o endividamento dos países subdesenvolvidos importadores de petróleo (petrodólares). Para Rangel, a crise que se instalava não era fruto da falta de matéria-prima ou ecológico, como propunha o Clube de Roma, mas sim uma crise do sistema capitalista (fase recessiva) em decorrência do esgotamento tecnológico.

Internamente a economia brasileira sustentava elevadas taxas de crescimento, bem acima da média mundial. Isso ocorria no cenário interno provavelmente porque as medidas institucionais, principalmente a correção monetária, e os grandes investimentos em infra-estrutura (II PND), garantiam sustentar o crescimento do PIB brasileiro<sup>58</sup>. Essa “Ilha de prosperidade”, também foi garantida até o final da década de setenta, pois internamente estávamos diante da fase ascendente do ciclo de juglar. Portanto, apesar da crise capitalista se instalar a nível internacional a em meados da década de setenta, internamente estávamos vivendo um período de forte crescimento econômico, que iria persistir por mais alguns anos. Este fenômeno iria dinamizar a economia brasileira repercutindo como veremos na consolidação industrial catarinense e na modernização administrativa do Estado.

## 2.2 AÇÃO DO ESTADO E AS MUDANÇAS ECONÔMICAS E URBANAS EM PALHOÇA

Como se destacou uma nova organização sócio-espacial passa a se desenvolver, sobretudo a partir da década de setenta, tanto a nível nacional como estadual. O Estado de Santa Catarina passa a receber mais efetivamente no decorrer desta década ações governamentais, reforçando uma nova reorganização territorial do trabalho, consolidando

---

<sup>58</sup> Rangel, (1985: 711) assim define esse processo: O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), em meados dos anos 70, vai buscar consolidar o processo industrializante. A economia brasileira é posto em “marcha forçada”. Para tanto, este impulso é realizado ao custo de um forte endividamento externo, que viria a levar a um estrangulamento da economia nacional na década de 80, conhecida como “a década perdida”.

os vales atlânticos como pólo de desenvolvimento das indústrias têxteis, metal-mecânica e o Oeste do Estado destacando-se com a agroindústria.

A região de Palhoça, não se insere nesse processo de industrialização, mas recebe inúmeros investimentos estatais, consolidando como um lugar de serviços públicos modernos, concentrando as atividades administrativas do Governo do Estado, particularmente em Florianópolis, exercendo sua função de Capital de Estado Peluso (1991: 340) determinando mudanças na estrutura urbana e econômica<sup>59</sup>.

As ações estatais são o alvo de diversos trabalhos, entre eles destacamos Faccio (1997), quando a autora ressalta que Florianópolis até a década de 60 era uma inexpressiva Capital de Estado. Mas, com ressalta a autora com a ação governamental, principalmente a partir de 1970, com destaque no período Militar, houve uma transformação radical na Capital. Marcon (2004:8) diz que,

O Estado de Santa Catarina no início da década de 70 segundo orientação do Programa de Metas e Bases para a Ação do Presidente Médici elaborou o Programa Catarinense de Desenvolvimento 1971-1975, cuja estratégia de desenvolvimento estava centrada na dinamização de 29 centros urbanos que englobavam 62% da população do Estado.

Portanto, nota-se que o Estado catarinense segue o modelo desenvolvimentista adotado pelo Regime Militar, com planos de

---

<sup>59</sup> Peluso, Victor A. J. (1991:340) cita a criação de inúmeros órgãos públicos na década de 1970: PRODASC (Companhia de Processamento de Dados do Estado de Santa Catarina), IOESC (Imprensa Oficial do Estado), CEDE (Conselho estadual de desenvolvimento Econômico) IATUR (Convênio de Incentivos ao Aperfeiçoamento Técnico Administrativo das Municipalidades), COCAR (Companhia Catarinense de Comércio e Armazenamento), CODISC (Companhia Distrito Industrial Sul Catarinense), TEAR (Fundo Estadual de Assistência Rodoviária), PRM (Patrulha Mecanizada), etc.

desenvolvimento econômico e urbano<sup>60</sup>. No caso particular da região da capital verifica-se que a maioria das intervenções se restringia espacialmente em Florianópolis, ficando os municípios vizinhos, e em particular o município de Palhoça com escassos investimentos.

Se os órgãos governamentais se localizavam no território de Florianópolis, o município de Palhoça durante as décadas de 70/80 não recebeu tais investimentos. Mas, a conclusão da BR-101 trouxe um novo dinamismo ao município, para Peluso (1991:330) “possibilitou a instalação de inúmeros depósitos, oficinas e pequenas atividades industriais, ao redor dos quais se reuniam muitos trabalhadores”. Acrescenta o autor que a BR-101<sup>61</sup> modificou o movimento migratório da região, em que as pessoas passaram a procurar as cidades próximas da rodovia, proporcionando uma maior integração com a Capital. Também o Estado durante as décadas de 70/80, construiu “loteamentos por toda a parte inclusive de vilas do BNH<sup>62</sup>, que nas margens das rodovias e sua vizinhança conta com diversos núcleos”. Outro fato, destacado pelo autor, foi à construção da Ponte Colombo Machado Sales, época em que se desenvolveu a procura de terrenos entre

---

<sup>60</sup> No seu projeto de Doutorado Marcon (2004:37), desenvolve um quadro descrevendo os planos de governo e planos territoriais em Santa Catarina, entre eles cita-se como exemplo: PLAMEG I (1961-65) Ivo Silveira com a instalação da UFSC; PAMEG II (1966-70) Ivo Silveira – reforma administrativa estadual. Construção da segunda via ilha-continente; Projeto catarinense de desenvolvimento (1971-74) no governo de Colombo Machado Salles – estabelecendo das 14 unidades territoriais polarizadas para fins de planejamento. Conclusão da pavimentação da BR-101; ENCURTAR DISTANCIAS (1975-78) no governo de Antonio C. Konder Reis – fortalecimento dos Pólos Microrregionais, com a criação de mais 5 unidades territoriais polarizadas e instalação da ELETROSUL, etc.

<sup>61</sup> De acordo com Machado, Ewerton V., tese de doutorado - Florianópolis um lugar em tempo de Globalização (2000:134) destaca a importância da BR-101 para a dinamização econômica da região: “apesar da BR-101 não atravessar o território de Florianópolis, a sua existência desde o início (anos 60/70) como consequência de processos de modernização do país, via setor industrial automobilístico, tornou-se fator condicionante das “facilidades” de integração da Capital catarinense às demais regiões do Estado e aos circuitos econômicos entre o Sul e o Sudeste brasileiro.

<sup>62</sup> Cabe aqui distinguir os conjuntos habitacionais do BNH (Banco Nacional de Habitação) e as COHABS: enquanto ao primeiro órgão financiava residências principalmente para a classe média (acima de cinco salários mínimos) o segundo construía habitações par as calasses de baixa renda (até cinco salários mínimos). Na região conurbada da Capital catarinense os financiamentos até a década de 1990, eram quase exclusivamente realizadas por esses órgãos. No entanto, os modelos de financiamentos eram desiguais entre os municípios, pois enquanto as maiores das novas moradias realizadas em Florianópolis eram financiadas para famílias com renda superior a cinco salários mínimos (82% desse tipo de unidade habitacional da região eram direcionados para a Capital) em Palhoça os investimentos eram realizados pela COHAB produzindo residências para as classes mais populares (apenas 2% das unidades eram destinadas a renda acima de 5 salários mínimos).

Florianópolis e a BR-101, fazendo com que muitas pessoas procurassem residências em Palhoça.

Diante das ações acima descritas mudanças passam ocorrer, segundo censo do IBGE de 1980 (Cf. tabela 8), a população do município atingiu a casa dos 38 mil habitantes, com incremento de 17.379 de novos habitantes, crescimento de 84% em relação ao censo de 1970. Pode-se dizer que esse momento seria a semente das mudanças que estavam por vir, pois o acelerado crescimento populacional e o processo de urbanização em curso deslumbravam num futuro próximo grande transformação de ordem urbana e econômica no município, ou seja, estava em processo a possibilidade de uma maior divisão social do trabalho e desenvolvimento do seu mercado interno.

Entre as décadas de 1970 e 1990 alguns projetos residenciais foram desenvolvidos no município de Palhoça, sendo que até o início da década de 1990 prevalecia às unidades habitacionais produzidas pela a COHAB (casas) geralmente residências para um público de baixa renda. Esta instituição produziu até 1993 cerca de 1.368 unidades residenciais, todas localizadas próximas da BR-101<sup>63</sup>.

**Tabela 8 – População, número de imigrantes e evolução urbana em Palhoça**

Ano	Pop. Total	Número de imigrantes	Pop. Urbana	Pop. Rural	Taxas de Urbanização
1970	20.652	2.252	6.397	14.255	31,0 %
1980	38.031	5.966	35.089	2.942	92,2 %
1991	68.298	30.352	65.848	2.450	96,4%
1996	84.003	38.264	81.176	2.827	96,6%

Fonte: IBGE, censo demográfico de 1970 a 1996

De acordo com os dados do IBGE (1970 a 1996), e relatório da Secretaria de desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (1998:84), a região “da grande Florianópolis passa a deter as mais altas taxa de

<sup>63</sup> De acordo com a CHOAB – S. C. entre 1968 e 1993 os projetos e sua localização foram estes: Governador Ivo Silveira na Ponte de Imaruim (1968-370 casas); projeto residencial Palhoça – centro (1975-80 casas); projeto Padre Réus – Jakob Knabem (1982-370 casas); Projeto Tomaz da Silveira (1982-250 casas); Projeto Brejarú II – Brejarú (1986-108 casas); Projeto Caminho Novo – Caminho Novo (1993- 288 casas). Já a partir do final da década de 1990 passam a surgir outras formas de conjunto residenciais, muitos deles apartamentos financiados pela Caixa Econômica Federal, já outros financiados pela C. E. F. e associação com a iniciativa privada (Parque residencial Pagani).



urbanização do Estado” (dados entre 1960 e 1996), sendo que entre os municípios que compõe a área “conurbada” (Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu), Palhoça foi o que apresentou entre os anos de 1980 e 1996 o maior incremento populacional, da ordem de 87%, além de ter as mais altas taxas de urbanização da região para esse período. Assim, a partir da década de 1990, o município passa a integrar o grupo das cidades catarinenses com população entre 50 mil a 100 mil habitantes (IBGE: 1991).

A nível estadual a população catarinense passou de 2.901,734 em 1970 para 4.875,244 em 1996, com uma taxa de urbanização de 73%, em contrapartida a população rural declinava, em 1970 a população era de 1.655,691 enquanto em 1996 essa população foi reduzida para 1.3101,14. Um fenômeno que não era particular a Santa Catarina, e muito menos a região da Capital, mais sim, fruto de um processo que vinha sendo desencadeada a algumas décadas no território nacional<sup>64</sup>.

Ressalta-se que apesar do expressivo crescimento populacional e urbano, verificado em Palhoça, o município ainda não apresentava mudanças significativas principalmente relacionadas com geração de emprego e renda. Este fato é constatado através da pesquisa realizada pela prefeitura Municipal de Palhoça em 1993, destacado no relatório da Secretaria de desenvolvimento urbano do Estado (1998:112), em que “a maioria das famílias com renda entre 1,5 a 5 SM moravam no município a mais de 5 anos, trabalhavam em Florianópolis ou São José”.

Outro dado verificado é o percentual da população economicamente ativa a procura por trabalho em 1980 (IBGE: T/I. 31. I), enquanto a média da região era 2,60% o município chegava à casa dos 5,17%, ou seja, existia naquele momento um grande contingente de imigrantes que se estabelecia na cidade, desencadeando um processo de urbanização<sup>65</sup>.

Com o processo cada vez mais acelerado de expansão urbana para as periféricas continentais, como sugere Faccio (1997:135), as

---

<sup>64</sup> Ver Milton Santos & Silveira (2006: 212) com base em dados do IBGE, os autores mostram que entre 1970 e 1996 em termos absolutos, a população rural no Brasil diminui a partir de 1970. De acordo com os autores “nesse período havia mais de 40 milhões, correspondentes a 44,02 % do total, ao passo que em 1996 havia cerca de 34 milhões (21,64 % do total), uma perda de 6 milhões de habitantes rurais num país que, nesse interregno, aumentou sua população em cerca de 63 milhões”.

<sup>65</sup> Esse elevado processo de imigração também se verificava a nível nacional nestas respectivas décadas, para Dowbor, Ladislau, Apud Santos & Silveira (2006:213) no Brasil de 1970, havia 9,4 milhões de pessoas que viviam fora do seu município havia menos de 2 anos. Já em 1980, essa cifra aumentou para 16 milhões. Para Dowbor trata-se um verdadeiro nomadismo profissional, devido principalmente a expansão da mecanização e da pecuária.

populações de baixa e média renda vão cada vez mais se localizar no continente, tornando inevitável à expansão urbana de Florianópolis.

Nas décadas de setenta e em especial na década de oitenta, Palhoça vai ser alvo de um grande fluxo migratório, fato esse constado pelos censos do IBGE (1970; 1980) <sup>66</sup>. De acordo com os dados em 1970 12,38% da população não era natural do município, já em 1980, esse índice chegava a 41,60% da população total.

Esse grande fluxo de imigrantes se instala nas margens da BR-101, expandindo-se no sentido Sul e Oeste do Município, muitas vezes ausente de políticas públicas de habitação, fazendo surgir grandes aglomerados urbanos, sem qualquer infra-estrutura, como exemplo, cita-se os bairros Brejaru e Freie Damião.

Porém, convém ressaltar que, essa nova dinâmica demográfica em Palhoça não pode ser entendida sem considerar a sua localização de estratégica, em relação ao pólo mais moderno e dinâmico que é Florianópolis. Este alias que se expandi, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 80, sua área urbana, em direção aos municípios mais próximos, processo demonstrado através das figuras 3 e 4 (p. 76 e 77). Assim, o elevado crescimento populacional e urbano de Palhoça, neste primeiro momento, não é fruto de um dinamismo econômico interno ao município, mas consequência da expansão urbana de Florianópolis.

Esse fenômeno também fica constatado na organização urbana do município, onde surgem vários loteamentos, alguns implantados pelo Estado e outros de forma espontânea, abrigando uma população que se instala no município, principalmente pela proximidade com São José e Florianópolis. Os bairros que passam a se formar ou se expandir, não criam uma interação urbana dentro do município, e sim bairros “dormitórios”, pois a maioria da população residente nestes locais

---

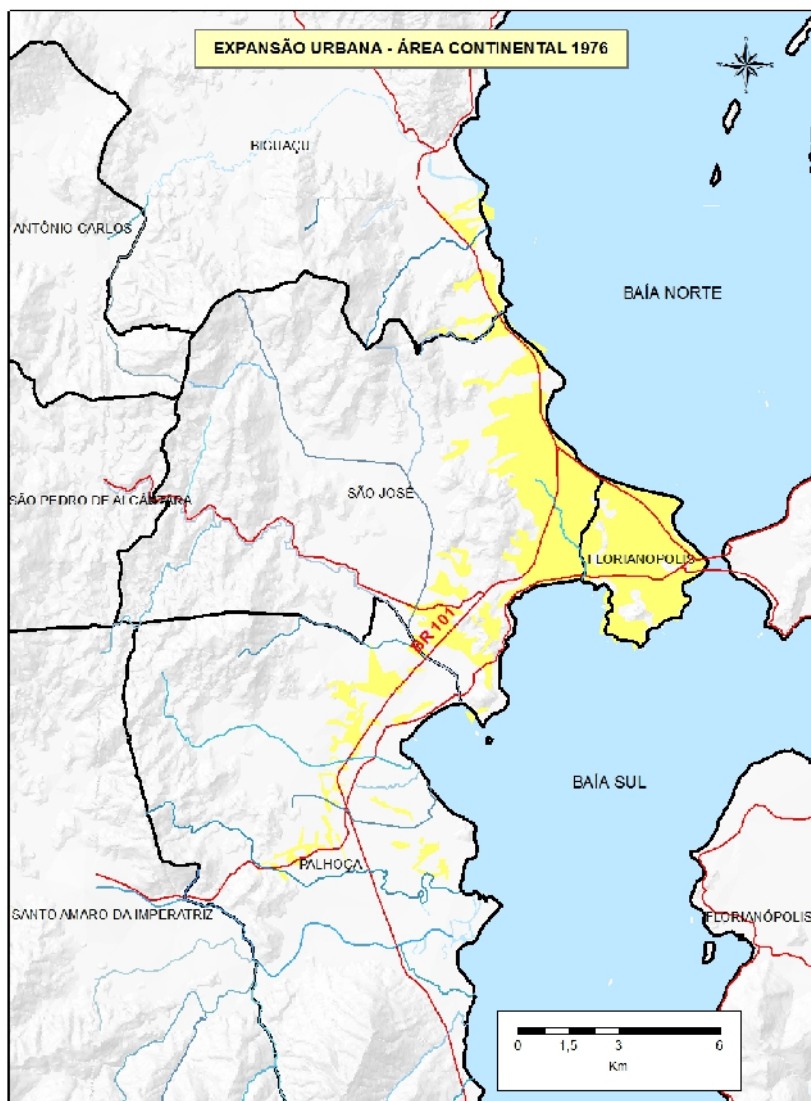
<sup>66</sup> Dentre os municípios da área metropolitana de Florianópolis, Palhoça foi o que mais cresceu na última década (5,47% ao ano, entre os anos 80), e foi o segundo município no Estado em crescimento populacional. Este grande crescimento populacional sem dúvida deve-se ao fluxo migratório que passou a ocorrer para este município, fato este constatado pelo censo do IBGE de 1980, quando registrou que 33,96% dos habitantes do município eram imigrantes, superior inclusive a Florianópolis que neste censo tinha um percentual de imigrantes na ordem de 22,7%. Entre estes imigrantes destacam os oriundos dos municípios de Santo Amaro, Águas Mornas, São Bonifácio, Alfredo Wagner, Rancho Queimado, Angelina, Paulo Lopes, Lages e outros municípios do Planalto de Lages. No entanto, o município também passa a receber imigrantes de outros estados, principalmente de gaúchos.

trabalha e consomem nos municípios vizinhos<sup>67</sup>.

Portanto, entre as décadas de 1970 e 90 com o processo de urbanização em Palhoça os bairros crescem de forma independente da antiga rede urbana do município, sem vínculo com o antigo núcleo urbano. Alguns Bairros (Ponte de Imaruim, Jardim Eldorado), o crescimento urbano foi superior a sede do município, criando um processo de urbanização desintegrada e desarticulada. Pode dizer que esse momento caracteriza o município como um lugar de urbanização periférica que recebe populações que vão morar em seu território por ter a possibilidade de acesso a casa própria (conjunto habitacionais de ação estatal) ou atrativo para instalar bolsões de pobreza. Isso se deve a três fatores: terras disponíveis próximo da BR-101, baixo custo do solo urbano comparada com Florianópolis e São José, além ser um lugar próximo dos centros geradores de empregos e serviços públicos como saúde e educação.

---

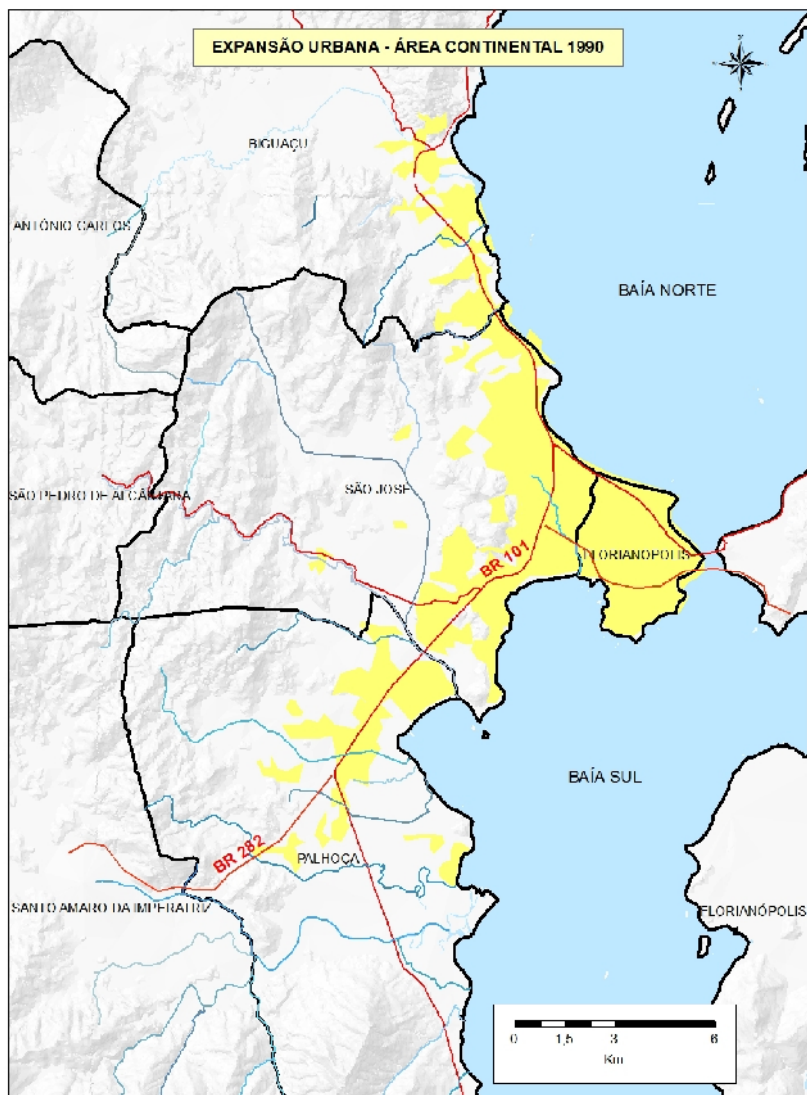
<sup>67</sup> Bastos (1997: 90 a 94) ao analisando a origem da mão-de-obra do comércio de Florianópolis (centro e sub-centro) e Campinas – Kobrasol (São Jose) constatou que “os comerciários são oriundos principalmente de São José (37%), Palhoça (14%), do Estreito (13%) e do Sul da Ilha (12%). No subcentro do Estreito-Capoeiras, o contingente maior de empregados do comércio procede de São José (30%), dos bairros de do município de Palhoça (22%). No subcentro Campina-Kobrasol a maior participação é dos residentes nos bairros próximos (62%) e 17 são provenientes do município de Palhoça”. Portanto, estes dados vêm confirmar mais uma vez o quanto a população de Palhoça se deslocava para São José e Florianópolis, caracterizando até essa década uma forte dependência econômica em relação a esses dois municípios.



Fonte: adaptado de SCHMITZ, Rutsnei / M.T.R. Marcon (2000)

Figura 3 – Mapa de expansão urbana - área continental 1976

Fonte: adaptado de SCHMITZ, Rutsnei / M. T. R. Marcon (2000)



Fonte: adaptado de SCHMITZ, Rutsnei / M.T.R. Marcon (2000)

Figura 4 – Mapa de expansão urbana – área continental 1990

Fonte: adaptado de SCHMITZ, Rutsnei / M. T. R. Marcon (2000)

### 2.3 ESTRUTURA ECONÔMICA DE PALHOÇA ENTRE AS DÉCADAS DE 1970 E 1990 – A CONVIVÊNCIA ENTRE O VELHO E O NOVO

Como ficou constato estava em processo em Palhoça entre as décadas de 1970 e 1990 um elevado crescimento populacional desencadeando um forte processo de urbanização, destruindo traços da antiga organização sócio-espacial<sup>68</sup>, estabelecendo uma nova dinâmica urbana, econômica e social, desencadeados essencialmente por forças externas ao território do município.

O processo de mudanças que ocorrem no cenário nacional, estadual e particularmente na Capital catarinense (fatores estes já supracitados), passava finalmente a interferir na antiga organização produtiva e social do município, trazendo paulatinamente novas funções econômicas e urbanas ao seu território e região. No entanto, mesmo que nas últimas décadas do século XX o município passa-se a se inserir cada vez mais no processo de expansão urbana da Capital, os resultados sociais e econômicos demonstram o quanto o município tornou-se apenas uma área de expansão urbana periférica, com poucos resultados positivos na geração de emprego e renda<sup>69</sup>.

Como o processo de reestruturação econômica neste período ocorre essencialmente na Capital e em São José a maioria dos novos habitantes que migram para o território de Palhoça não estabelece nas primeiras décadas mudanças significativas na estrutura produtiva, mas apenas uma expansão urbana. Isto se dava porque os investimentos estatais se concentravam essencialmente na Capital, aumentando a desigualdade sócio-espacial entre o município e Florianópolis.

Alguns indicadores sociais na década de 1990 dão mostras da posição periférica do município, em relação a Florianópolis e São José. Um lugar de forte expansão urbana, mas, sobretudo uma urbanização de baixo nível sócio-econômico. Este fato se constata pelo número de indigentes em 1991 (IBGE: 1991) que correspondia a 6,55% da sua população, inferior aos índices nacional e estadual, que era

---

<sup>68</sup> Ver p. 78 nota 71.

<sup>69</sup> Cf. Farias, Vilson (2004:161-162) até a década de 1990 existia um sentimento de caos urbano no município, este sentimento ficou explícito na entrevista concedida pelo então prefeito Paulo Vidal, que assim resumia sua frustração diante do futuro do município: “O problema de Palhoça é sério, se houver colaboração do governo pode haver solução, Palhoça não suporta mais a vinda de pessoas desempregadas que vem para cá, não têm indústrias, o que vai acontecer, é mais favelas, Palhoça vai ser um desastre”.

respectivamente na ordem de 20,24% e 10,32%. Mas, comparando com os municípios vizinhos, cita-se São José e Florianópolis, esse índice era elevado, pois nestes municípios os índices eram de 1,96 e 3,42 respectivamente.

A precária situação do município também se verifica através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-1991), sendo o mais baixo em comparação aos maiores municípios da sua região. Enquanto em Florianópolis o IDH era de 0,824, em São José de 0,798 e Biguaçu de 0,755, já em Palhoça esse índice era de apenas de 0,742, inclusive inferior a média estadual que era de 0,748.

Para entender mais detalhadamente esse processo, que aqui denominamos como momento de transição, na estrutura econômica e urbana do município, buscar-se-á justificativas de ordem econômicas que nos trazem as particularidades de Palhoça frente a sua região. Isso quer dizer que Palhoça não era mais apenas um lugar de passagem, com uma pequena população que convivia basicamente de produtos tradicionais, ligados basicamente ao meio rural. Entretanto, o novo<sup>70</sup> ainda não havia sido consolidado, apesar das mudanças sociais, culturais, urbanas e o rápido abandono das antigas forças econômicas que os caracterizava<sup>71</sup>.

Com o processo de urbanização de Palhoça, entre as décadas de 1970 e 1990, passa a desencadear internamente mudanças na distribuição da PEA, entre os setores de atividades, passando a dar um novo perfil econômico ao município (ver tabelas 9, 10 e 11: 80; 82 e 83). Enquanto na década de 1970 (Cf. capítulo 1) as principais atividades econômicas estavam ainda ligadas ao meio rural, nos censos de 1980 e 1991 nota-se que este modelo econômico passou a ser substituído por outras atividades, com destaque para o setor de serviços, o comércio de mercadorias, bem como a construção civil e a indústria de transformação respectivamente.

Cabe ressaltar que entre as décadas de 1980 e 1990, o número de

---

<sup>70</sup> Santos (1996:136) em *Natureza do Espaço* vai discutir a importância das relações entre o velho (passado) e o novo, segundo o autor este movimento de inovação não determina o fim das antigas estruturas produtivas, ou seja, “em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença dos restos de divisões do trabalho anteriores. Isso, aliás, distingue cada lugar dos demais, essa combinação específica de temporalidades, diversas”.

<sup>71</sup> Em resumo, pode-se dizer que era uma economia basicamente rural, ainda predominando relações de subsistência, com uma estrutura fundiária identificada com a pequena produção mercantil açoriana. Para maiores informações ver os resultados do primeiro capítulo, com um estudo mais aprofundado do comportamento da estrutura econômica do município, nas décadas de 1950 e 60.

pessoas ligadas à construção civil aumentou consideravelmente. Entretanto, analisando estes resultados com mais cuidado nota-se que parte da população economicamente ativa que exercia essa atividade não estava trabalhando no município, mas em Florianópolis ou São José, onde o mercado da construção civil estava mais desenvolvido, necessitando desse tipo de mão-de-obra. Enquanto em Palhoça em 1991 a população ocupada neste setor era de 15,5%, em Florianópolis era de apenas de 5,4% e São José chegava a casa dos 9%. Portanto, verifica-se que em Palhoça o número de trabalhadores na construção civil, proporcionalmente a sua PEA é muito superior a Florianópolis ou mesmo São José. Por outro lado, o setor de serviço, o comércio e administração pública se concentram principalmente na Capital e São José.

É fato que as características urbanas e econômicas de Palhoça, até a década de 1990, configuravam ao município uma função periférica em relação à Capital atraindo geralmente população imigrante pobre, com baixa qualificação profissional. Mas, convém ressaltar que as décadas de 1970, 80 e 90 também foram um período de crescimento de outros setores econômicos, como a prestação de serviços, o comércio e atividade industrial (Cf. Tabela 9), com rápido declínio das atividades agropecuárias.

**Tabela 9 – Desenvolvimento das atividades industriais em Palhoça**

Ramos das atividades Industriais	Número de empregados em Anos					
	1970	1975	1980	1986	1991	1995
<b>Indústria</b>	501	780	1063	1012	1293	1328
Extração mineral		26	24	76	66	69
Produtos não-metálicos	365	474	580	413	378	257
Metalurgia		42	76	40	44	84
Mecânica	X	X	X	4	3	5
Madeira e imobiliário	48	130	206	304	505	531
Produtos alimentares	36	63	106	90	74	127

Fonte: Recenseamento das atividades industriais. IBGE: 1970/75 e 80 – M T E 1986/91/95



Estudando mais especificamente o desenvolvimento das atividades industriais, no município, nota-se que houve entre as décadas de 1970 a 1990 um crescimento desse setor, entre a população ocupada, diferenciando-se das décadas anteriores. Portanto, as atividades industriais passam a possuir importância, na estrutura produtiva de Palhoça, ainda que de forma secundária. Entre os ramos industriais com maior concentração de mão-de-obra ocupada registra-se, respectivamente a produção de produtos minerais não-metálicos, madeira e alimentares, bem como, o crescimento da metalurgia e imobiliário.

O que se constata nesta expansão, das atividades industriais, é a população ocupada na produção de produtos minerais não-metálicos<sup>72</sup>, representando o principal ramo industrial do município, sendo entre os municípios da região o maior detentor de estabelecimentos e mão-de-obra ocupada neste setor. Para se ter uma idéia, na década de 1980, em Florianópolis, esse atividade correspondia a 7 % da mão de obra industrial, em São José, esse índice, subia para 11%, enquanto em Biguaçu correspondia a 22%. Já em Palhoça, a mão-de-obra nessa atividade era de 55% da população ocupada (IBGE: 1970/80/85)<sup>73</sup>. Entretanto, verifica-se que na década de 1990, este ramo perde rapidamente força na economia local, sendo substituído rapidamente por outros ramos industriais, com destaque para o imobiliário.

Para Marcom (2000:168), o principal fator dessa expansão industrial estava relacionado com a dinâmica da construção civil, “ramo de atividade industrial que apresentou em Florianópolis significativa expressão, nesse período, absorvendo 58,4% da mão-de-obra industrial, dos municípios da área metropolitana, gerando mercado para as

---

<sup>72</sup> Até início da década de 1990 a principal atividade econômica industrial do município era a indústria cerâmica, na produção de tijolos e telhas, empregando a maior parte dos trabalhadores da indústria. Pode-se dizer que os proprietários de algumas dessas empresas (Cerâmica Tapiuas e Silveira) detinham grande poder econômico e político no município. Mas é importante esclarecer que esse ramo tradicional no município obteve seu auge entre as décadas de 1960 e 1980, principalmente por abastecer o elevado crescimento da construção civil na Capital. Entretanto, com a entrada no mercado da capital da indústria cerâmica mais competitiva do Sul do Estado e da Região do Vale Tijucas concomitante aos problemas internos, com a falta de investimentos na estrutura das empresas, além de problemas de ordem natural (com o processo de expansão urbana diminuí os espaços para a exploração de matéria-prima) os proprietários se viram endividados levando o fechamento da maioria das empresas na década de 1990.

<sup>73</sup> Nos anos 80, dos recursos liberados para a região Sul pelo BRDE, apud Filho (2002:228), Santa Catarina aumentou sua participação, tendo a indústria de minerais não-metálicos (especificamente a indústria cerâmica) o mais beneficiado, quando em 1989 esta atividade absorveu 69,5% dos recursos.

indústrias de insumos urbanos como, por exemplos, as olarias, as madeireiras, os móveis e produtos alimentares”.

Portanto, ratificando o exposto, nota-se que as décadas de 1970 a 1990, foram se intensificando entre os municípios da região da Capital uma nova dinâmica na divisão territorial do trabalho onde Florianópolis torna-se cada vez mais um pólo comercial e de serviços,<sup>74</sup> diminuindo sensivelmente o desenvolvimento industrial<sup>75</sup>. Cabe ressaltar que a Capital nunca foi uma referencia industrial para seu Estado, mas, até a década de 1970 concentrava as poucas indústrias existentes na região. Entre os municípios, mais próximos (São José, Palhoça e Biguaçu) cerca de 70% da mão-de-obra ocupada nesta atividade em 1970 (IBGE) trabalhavam em Florianópolis. Entretanto, no transcorrer dos anos 70 e 80 essa tendência é desfeita e os municípios próximos passam a receber com mais intensidade essa atividade.

Se a atividade industrial era incipiente na região da Capital, esta também num primeiro momento não atingiu por igual os municípios circunvizinhos. Durante as décadas de 70 e 90 a expansão dessa atividade se dava principalmente no município de São José, por sua vez em Palhoça e Biguaçu o crescimento industrial era inferior, conforme verificado na tabela abaixo.

**Tabela 10 – Pessoal ocupado na indústria e % de crescimento**

ANO	1970	1980	1986	1995	%
Biguaçu	189	799	781	1172	620,0
Florianópolis	2301	3800	3232	2941	27,7
Palhoça	501	1053	1012	1398	279,0
São José	565	2985	3361	4247	751,6

Fonte: censo econômico de 1970, 80, 85 e 95 – IBGE.

<sup>74</sup> Ver Indústria de Alta Tecnologia de Vieira, Scheila, 1996.

<sup>75</sup> Esta diminuição da participação industrial na economia da Capital foi destaca por Peluso (1991:345) quando o autor faz uma comparação entre os censos industriais de 1970 e 75, e conclui que “em 1970, em Florianópolis, o pessoal ocupado na indústria era de 2.301 pessoas, em 163 estabelecimentos, e em São José, Palhoça e Biguaçu, o total de 1.255 pessoas (1.046 a menos) em 176 estabelecimentos (13 a menos). O censo industrial de 1975 elevou em Florianópolis o número de estabelecimentos industriais a 183, com 2.863 pessoas ocupadas, e no conjunto dos municípios das outras três cidades da conurbação, a 228 estabelecimentos (45 a mais que na Capital) e 2.642 pessoas ocupadas (221 a menos que em Florianópolis). Portanto, entre os dois censos, os municípios da área conurbada aumentaram o número de estabelecimentos em 21,24%, enquanto Florianópolis teve incremento de 12,27%, os outros três experimentaram o de 29,55%; o número de pessoal ocupado “no conjunto dos municípios da conurbação teve expansão de 54,84%, aumentando a Capital 24, 42% e os municípios de São, Palhoça e Biguaçu, 110,52%”.

Entender o processo de intensificação industrial de São José durante as estas décadas se deve principalmente pela posição territorial do município em relação a Florianópolis e sua ligação rodoviária (BR – 101) com os demais municípios da região e do Estado. Também, destaca-se nesse processo, a posição política do Estado catarinense no planejamento para a região da Capital.

Para Rizzo (1993: 59 a 62) o governo estadual no início da década de 1970, mais precisamente em 1971, estabeleceu um planejamento com objetivo de transformar a Capital em um pólo urbano, e para que isso ocorresse era necessário transformar Florianópolis em uma cidade industrial. Entretanto, de acordo com o autor, este modelo de cidade não se efetivou, mas muitas das infra-estruturas urbanas se concretizaram, principalmente os eixos rodoviários<sup>76</sup>.

Se Florianópolis não desenvolveu as atividades industriais, estas em parte passaram a se concentrar nos municípios vizinhos, em especial em São José. Peluso (1991: 340) abordando essa questão trata de explicar que o Estado priorizou os investimentos administrativos em Florianópolis, exercendo assim, sua função de capital. Em contrapartida, afirma o autor, passou a existir uma “tendência de concentração industrial fora da Capital”, com destaque para implantação “da área industrial de São José, administrada pela companhia de distritos industrial de Santa Catarina - CODISC, no projeto de capitação dos recursos do BIRD para as cidades de porte médio”.

A tendência indicada pelo autor se confirma nos dados da tabela 10 (p. 82), em que as relações de mão-de-obra ocupada nas atividades industriais declinam na Capital e se desenvolvem em São José, Palhoça e Biguaçu. Em Palhoça, as atividades diferem de São José não só em número estabelecimentos e mão-de-obra ocupada, como em gêneros industriais. Enquanto em 1985 o principal gênero industrial de São José era o de alimentos com 47% da população ocupada, no município de Palhoça concentrava a produção de produtos minerais não-metálicos. O que se vê é uma tendência de concentração e diversificação industrial no perímetro territorial de São José com relativa expansão para Palhoça e Biguaçu.

No que tange ao comércio e serviços verifica-se que estes setores econômicos também estavam em franca expansão em Florianópolis e São José, com resultados positivos em Palhoça e Biguaçu (Cf. Tabela 11: 84).

---

<sup>76</sup> Ver Rizzo, Paulo M. B. – Do Urbanismo ao Planejamento urbano: utopia e ideologia. O peso de Florianópolis – 1950 – 1990. Dissertação de mestrado, 1993.

**Tabela 11 - Pessoal ocupado no comércio e % de crescimento**

Estado e Municípios	1970	1980	1986	1995	% Crescimento 1970-95
Estado	53.585	99.917	129.304	168.956	215,0
Palhoça	268	420	619	979	265,0
Biguaçu	181	426	580	899	235,0
Florianópolis	4.894	8.839	11.949	17.520	257,9
São José	536	2.289	4.643	7.580	1.314,0

Fonte: IBGE – censo comercial de SC de 1970/80 e MTE 1986/95

Nota-se que apesar de haver uma forte expansão do comércio em Santa Catarina a região da Capital ficou a cima da média estadual, com destaque para o extraordinário crescimento deste setor no município de São José. Pode-se dizer que esse fenômeno é concomitante com a expansão industrial, atingindo primeiramente o município de São José e aos poucos o município de Palhoça.

O território de Palhoça naquele momento estava passando por um acelerado processo de urbanização, recebendo milhares de imigrantes. No entanto, estes imigrantes, na sua maioria, não eram consumidores do comércio local, mais compradores do comércio da Capital e de São José. Diante dessa realidade os setores de comércio e serviços não representavam a verdadeira demanda de consumidores do município, pois a maior parte de sua população, economicamente ativa, trabalhava e consumia fora do seu território.

Se a atividade comercial teve forte expansão o setor de serviços também teve um rápido crescimento neste período. Entretanto, este crescimento se concentrou essencialmente em Florianópolis com menor percentual nos municípios circunvizinhos. Este desenvolvimento econômico, ainda que de forma pouco expressivo, se comparada com São José e Florianópolis, foi particularmente importante para o município de Palhoça, pois passa a estabelecer uma tendência positiva para as décadas seguintes.

Entre 1986 a 1995 o número de trabalhadores no setor de serviços no Estado passou de 70 450 trabalhadores em 1986 para 78 030 em 1995, um crescimento de 10, 76 % (MTE: 1986; 1995). No município de Palhoça em 1986 existiam 1 258 trabalhadores e em 1995 esse número passou para 1 721 (MTE: 1986; 1995), perfazendo um aumento de 36, 8 %, superior a média estadual. No entanto, o número total de

trabalhadores ainda era bastante modesto se comparada com o a expansão urbana.

### **2.3.1 Crise política e econômica nas décadas de 1980 e 1990 e seus efeitos no plano local**

É relevante constatar que esse processo de crescimento industrial na região da capital, particularmente em Palhoça, não evoluiu durante as décadas de 1970 a 1990 de forma homogênea, nota-se que, a partir da década de 1980, houve entre os municípios uma ligeira diminuição do ritmo de crescimento. Em Palhoça, neste período, constata inclusive um declínio da ocupação de mão-de-obra nessa atividade, retomando o ritmo de crescimento na década de 1990.

Para esclarecer esse processo de aceleração e desaceleração, econômico de Palhoça, é preciso entender que as mudanças ocorridas localmente possuem relações com o movimento político e econômico das forças produtivas do Estado e do país. Ratificando o exposto, no início do capítulo, a década de 1970 para o Brasil foi de forte expansão, nos diversos setores econômicos, em virtude de uma combinação de fatores favoráveis, internos e externos, possibilitando um elevado crescimento econômico<sup>77</sup>.

Mas, quando a década de 80 chega, o Brasil passa a enfrentar a fase recessiva do seu ciclo interno, como também é extremamente afetado pela fase recessiva do ciclo de Kondratiev. Nessa conjuntura desfavorável, tanto a nível interno como externo, o regime militar desmantelou, e o Brasil passa a viver anos de profunda recessão, chamados por muitos de “década perdida”.

Como a partir de 1973 a economia internacional passa a entrar na fase “b” do 4º Kondratiev temos segundo shumpeterianos e rangelistas um período de transição tecnológica. Isso porque as tecnologias anteriores não tinham sido substituídas e não havia surgido uma tecnologia superior, principalmente as Fontes de energia. Assim, a crise continua, durante os anos 80, com quedas nas taxas de crescimento econômico nos países capitalistas.

---

<sup>77</sup> Entre 1970 e 1978 a taxas de crescimento industrial de Santa Catarina foi superior a média nacional, atingindo a taxa de 14,75% neste período. Já a participação da produção da indústria catarinense na produção nacional passou de 2,6% em 1970 para 3,9% em 1980, de acordo com Mamigonian, Armen no Relatório parcial do projeto integrado de pesquisa – Santa Catarina: sociedade e natureza, 2000.

A recessão, mundial e nacional, afetaria toda a economia brasileira com estagnação nas exportações, queda na produção e aumento da inflação, tanto externa com interna, aumento das taxas de juros no mercado mundial, endividamento do Estado brasileiro. Muito desse endividamento foi determinado por oferta de capitais, sem muito exame nos anos setenta, pois o Brasil ainda era um dos poucos países que ainda matinha taxas de crescimento. Mas, apesar das taxas de juros elevados, estes empréstimos de acordo Rangel (com juros altos), foram canalizados para a implantação do novo parque da indústria pesada<sup>78</sup>.

A crise estabelecida a partir de 1980 atingiu “fortemente a indústria catarinense, como todo o conjunto nacional, provocando desemprego, queda dos salários reais, concordatas, falências e fusões que fortaleceram os grupos financeiramente mais sólidos como Hansen, Weg, Artex, Teka, para a partir de 1984, iniciar sua recuperação” (MAMIGONIAN, 2000: 8). Entretanto, apesar de ser atingindo pela crise nacional, a economia do Estado, conseguia crescer mais de que a média do país. Este fato é constatado pelo IBGE apud Filho (2002: 366) em que o “índice da produção industrial acumulado de Santa Catarina no período de 1981 a 1990 foi de 119,7%, superior a média do Brasil, que foi de 111,8%”. Essa tendência também é confirmada na renda per capita do Estado: até 1970 a renda per capita do Estado era inferior a média nacional (SC - 2. 247 e BR- 2. 613 dólares) a partir de 1980 houve a inversão desta média, com Santa Catarina registrando uma renda per capita de 4.879 e o Brasil com 4.498, continuando a registrar nos anos seguintes essa tendência (revista Exame apud Filho, 2002).

Segundo Mamigonian (1987: 53), no Estado “as desigualdades sociais são menores do que no conjunto brasileiro. Enquanto a nível nacional 37,0 % da população economicamente ativa ganha até um salário mínimo em Santa Catarina os dados (MTE: 83) indicam 6,0 %. Verifica-se, portanto, que o Estado de Santa Catarina não estava imune a crise, mas, em comparação com o Brasil a economia do Estado obteve resultados satisfatórios.

Neste momento, a região da Capital, e em especial, o município de Palhoça não possuía grande número de estabelecimentos industriais (em 1980 tinha 79 estabelecimentos), longe de configurar como principal atividade econômica. Desta forma, os efeitos da crise no

---

<sup>78</sup> Rangel, Ignácio em Economia: milagre e antimilagre (1985:718) tece críticas ao modelo de importação, pois muitos dos produtos importados não se faziam necessário, já que as indústrias aqui instaladas poderiam produzir ou pagar com os nossos produtos. O mais grave segundo Rangel, é que pagamos não as importações correntes, mas as antigas, criando o *efeito Dumping* no mercado nacional.

município foram bem distintos das regiões mais industrializadas do Estado (Blumenau, Joinville, por exemplo), onde crise atingiu a estrutura produtiva, com queda expressiva na produção e geração de empregos<sup>79</sup>. Como em Palhoça esta atividade era bastante incipiente os efeitos da crise tiveram repercussão no retardamento do desenvolvimento industrial, inibindo temporariamente a expansão deste setor. Por sua vez o que mais atingiu a região e que tiveram maiores repercussões em Palhoça foi à queda, sobretudo dos investimentos estatais.

Concomitantemente com a chegada da crise econômica (sobretudo industrial), iniciada em 1980 em nível nacional, estava em curso outra tendência, econômica e urbana, que Santos e Silveira (2006: 106) chamaram de “descentralização industrial”. Segundo os autores foi a partir da década de 1970 e especial entre os anos de 1980 e 90, uma perda da concentração industrial na região Sudeste<sup>80</sup>, com destaque para São Paulo. Esta desconcentração seria “uma das manifestações do desdobramento da divisão territorial do trabalho no Brasil”. Assim, os Estados do Sul de acordo com os autores foram os ganhadores desse processo, particularmente Santa Catarina, que aumentou consideravelmente sua participação no PIB brasileiro: de 2,6 % em 1970 para 4,3% em 1993 (IPEA: IBGE).

No entanto, deve-se considerar que até aquele momento a região da Capital, em especial Palhoça, não era uma área industrial, portanto, aparentemente não caberia o seu desenvolvimento econômico ser

---

<sup>79</sup> Cf. IBGE Apud FILHO, Alcides G. (2002:383), vários censos (1970 a 2000) da produção industrial e número de trabalhadores ocupados em diversos ramos industriais nas cidades catarinenses. Cita-se, com exemplo, a cidade de Blumenau e o número de trabalhadores na indústria têxtil-vestuário: entre 1970 e 1980 o número de trabalhadores passaram de 9.300 para 26.600, em 1985 era de 26.960; 1995 eram de 29.220 e em 2000 chegava a casa dos 23.910 trabalhadores. Consta-se que durante a década de 1970 houve uma forte expansão, mais a partir da década de 1980, esse processo sofre grandes mudanças, oscilando, momentos de estagnação, pouco crescimento e declínio das atividades industriais.

<sup>80</sup> Nas décadas de 1970 a 1990, a região Sudeste perde população ocupada na indústria (de 71,02% em 1970 para 49,75 em 1990). Em contrapartida o Sul ganhou nesse novo rearranjo do trabalho, aumentando entre 1970 e 1990, o número de estabelecimentos de 14 534 para 43 969 e o número de pessoas ocupadas passou de 358 100 para 2 520 493, sendo que, o valor da transformação industrial subiu de 1 343 666 332 dólares para 15 299 863 312 dólares. Ver Santos & Silveira (2006:107) – O Brasil: Território e Sociedade no início do Século XXI.

relacionado com esse “rearranjo industrial”<sup>81</sup>. Cabe aqui nos indagar como esse processo, indiretamente, pode ter contribuído para uma nova organização econômica e urbana.

Se a princípio parece não haver uma relação direta entre essa descentralização industrial no território brasileiro com o processo econômico da região de Florianópolis, temos que entender que esse novo dinamismo, imposto por essa descentralização industrial, também traria impactos modernizadores sobre o aparelho administrativo do Estado, bem como, no setor de serviços privados. Como sugere Diniz e Matos (2006:59): se por um lado às atividades produtivas tendem a descentralizar, outras atividades tendem a surgir e se concentrar espacialmente, possibilitando a gestão dessas atividades. De acordo com os autores “o setor terciário, ou de serviços, passa a ter grande relevância dentre as novas dinâmicas espaciais das atividades econômicas, sobretudo dando base a essa nova configuração espacial, fruto do aprofundamento das relações centro periferia em diversas escalas”.

Com um setor terciário cada vez mais moderno e dinâmico mudanças significativas passam a ser incorporadas pela a região, repercutindo diretamente sobre a evolução econômica e urbana de Palhoça. Nesse sentido, Santos (2006, 203) explica que, quanto mais, o processo de urbanização se acentua mais “diversifica e avoluma a divisão de trabalho”, além do que também aumenta a divisão interurbana e intra-urbana do trabalho. Logo, parte-se do pressuposto da possibilidade do estabelecimento de uma nova divisão social e territorial do trabalho na região, trazendo aos poucos uma nova dinâmica urbana e econômica para o município de Palhoça.

Se a crise econômica afeta a economia, por outro lado o processo de urbanização continua em todo o território nacional, estadual e local. Particularmente a região que está presente o município de Palhoça as décadas de 1970 de 80 e 90 foram registradas as maiores taxas de incremento da população urbana. No Estado a população total em 1991 era de 4 541 994 hab., destas 70 % vivia em áreas urbanas, enquanto o município de Palhoça neste mesmo ano registrava 96,4% de sua população vivendo na área urbana (IBGE: 1991).

---

<sup>81</sup> Como destaca Santos & Silveira (2006, 273), existiu uma lógica nacional da divisão territorial do trabalho, privilegiando determinados espaços em detrimento de outros, no processo histórico. No entanto, acrescenta esses autores “a lógica é comum, os resultados regionais e locais são diferentes”. Assim, essa lógica tem que ser entendida levando em conta a realidade local, o seu passado (herdado) e suas características sociais, naturais e políticas. É uma questão que poderá ser respondida durante a pesquisa.



Esse processo de urbanização em Palhoça e região acompanha de forma paralela a descentralização industrial iniciada na década de 1970. Nota-se que ao mesmo tempo em que houve uma concentração industrial e urbana na região Sudeste, em especial em São Paulo até 1970, também havia em curso outras centralizações econômicas e urbanas a nível regional no Brasil, principalmente nas capitais. Mas, enquanto São Paulo era um centro econômico de referência para todo o território nacional, servindo de fluxo migratório para todas as regiões, as demais cidades, principalmente as capitais recebiam um fluxo migratório mais local ou regional.

Entretanto, como ocorrera com o processo descentralização industrial, a partir dos anos 70 passam também ocorre a descentralização urbana, com o surgimento de diversas regiões metropolitanas e a formação de inúmeras cidades de porte médio<sup>82</sup>. Em Santa Catarina, passam a surgir diversos núcleos urbanos importantes, como a região da Capital, Joinville, Blumenau, Chapecó e Criciúma.

Além das mudanças técnicas e econômicas entre as décadas 70 e 90, no cenário nacional e estadual, fatores de ordem política também marcaram as duas últimas décadas do século XX, repercutindo na formação sócio-espacial brasileira. Na década de 1970 e meados dos anos 80 havia uma forte presença do Estado no desenvolvimento de políticas voltadas para o interesse nacional, agindo e planejando o processo urbano e econômico. Mas a partir da década de 1980, com a crise da dívida externa, nota-se um enfraquecimento do poder estatal em fomentar economicamente e tecnicamente a infra-estrutura (rodovias, pontes, habitações, etc.) do país<sup>83</sup>.

Na década noventa o Capitalismo Internacional continuava no seu ciclo descendente, e internamente o país foi capturado pelas forças políticas, aliada a projetos políticos neoliberais, servindo aos interesses das grandes potências capitalistas mundiais. Em 1990, no Governo Collor (1990-1992), entra em pauta ações políticas, para inserir o Brasil no mercado globalizado, deixando de lado muitas práticas protecionistas antes vigentes.

---

<sup>82</sup> Santos & Silveira (2006: 202 a 204) mostram que a partir da década de 1970 e mais expressivamente nos anos 80, surgem inúmeras metrópoles regionais, que acabam crescendo até mais que as metrópoles do Sudeste. Também passam a surgir inúmeras cidades com mais de 20 mil habitantes, passando de 27,2% sua participação do conjunto da população brasileira, para 50% em 1980 e 61,42 em 1996.

<sup>83</sup> Para Rangel (1987:29) o Estado brasileiro deveria assumir os serviços estratégicos (comércio externo e intermediação financeira) além de uma “intervenção mais eficaz e sistemática na economia, intervenção essa que irá predispondo o país para o planejamento de certos aspectos estratégicos”.

As críticas recaem sobre este governo essencialmente pela a abertura indiscriminada e precipitada da economia nacional ao mercado internacional, forçando a reestruturação do setor produtivo (SIEBERT, 2006: 91). Nos Governos FHC, aprofunda os projetos de cunho neoliberal, com privatização de diversos setores estratégicos da economia nacional. Este contexto político e econômico levou um estado de inércia das forças produtivas nacionais, resultado de políticas de interesse do livre comércio internacional de a desnacionalização do setor industrial brasileiro<sup>84</sup>, além da desregulamentação do setor financeiro, tornando-se refém do capital especulativo e prática política de juros altos.

### **2.3.2 Desenvolvimento econômico-urbano de Palhoça diante da crise nacional**

No decorrer dos anos 70 e até no primeiro lustro dos nos 80 vê-se a presença do Estado catarinense ou federal atuando na região e no município, com implantação de habitações e rodovias. Diante da conjuntura política e econômica nacional desfavorável o município de Palhoça segue o seu processo de urbanização, mas um processo de urbanização sem grandes investimentos estatais. Com o agravamento da crise, diminui a construção de conjuntos habitacionais realizados pelo sistema BNH<sup>85</sup>. Mas a população de Palhoça continua crescendo, acima da média catarinense, recebendo imigrantes de diversas regiões, geralmente de baixa renda, onde vão morar em loteamentos clandestinos sem infra-estrutura e sujeitos a inundações<sup>86</sup>.

---

<sup>84</sup> Sobre o assunto consulte Siebert (dissertação: 2006), Indústria e Estado: a Reestruturação Produtiva e o Reordenamento Territorial do Médio Vale do Itajaí. A autora apresenta um histórico dos Governos da década de 1990 e 2000, analisando os projetos executados por estes Governos, concluindo que os mesmos desenvolveram políticas neoliberais trazendo prejuízos para o desenvolvimento da economia nacional.

<sup>85</sup> No tocante aos recursos para o setor de habitação, entre 1980 e 1992 houve uma diminuição drástica de US\$ 4,8 bilhões em 1980 para US\$ 1,5 bilhão em 1992. Na faixa COHAB, entre 1971 e 1991, a área construída reduziu de 44,4 para 35,4 m em média. A taxa de juros aumentou (% a.a.) de 1,0 para 5,1 %. Fonte IPEA (1993): NEPP/UNICAMP, 1993 apud Miranda, Rogério – habitação popular e favelas, UFSC, 2001.

<sup>86</sup> Destaca-se a formação do bairro Frei Damião - de acordo com os dados da secretária do desenvolvimento social (1996) e IBGE (1995) concentrava no local a população com o pior nível social dos municípios da região da Capital e uma das piores situações sociais de Santa Catarina. A maioria dos trabalhadores desse bairro se dedica quase que exclusivamente a catar lixo.

Além da falta de investimentos para habitação (principalmente popular), também existe uma escassez de recursos para a ampliação do sistema de transportes. É fato que a partir do segundo lustro da década de 80, passa haver um estrangulamento do sistema rodoviário, tanto nas rodovias federais (BR-101 e 282) como nas estradas estaduais e municipais. O território de Palhoça além de ser cortado por estas duas BRs (principalmente pela a BR-101), servindo de fluxo de mercadorias e de pessoas entre o Estado de Santa Catarina e do país, também serve como o principal via de ligação entre o município e a região metropolitana da Capital.

Com a falta de investimentos neste setor o sistema rodoviário do município de Palhoça fica estrangulado, pois a antiga infra-estrutura, não comporta mais o intenso tráfego de veículos, leves e pesados, que cortam o município no sentido Norte/Sul e a região litorânea com o Planalto de Lages e o Oeste catarinense.

Apesar do contexto político e econômico desfavorável, o processo de crescimento econômico de Palhoça contrária a regra nacional, sua população ativa nas várias atividades cresce acima da média brasileira, mas de forma lenta se comparada à expansão urbana (tabela 12: 92).

Tabela 12 – População economicamente ativa por setor da economia

Setores de atividades	Estado		Região		Palhoça	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
	População E. A.	1.356,186	1.897,41	141.858	217.898	13.320
Agropecuária	418.249	499.368	12.253	10.876	1.687	1.279
Indústria de transformação	319.323	425.750	12.640	19.427	1.835	3.487
Indústria da construção	80.799	113.150	14.339	17.838	2.752	4.027
Outras atividades industriais	28.270	69.500	6.125	7.816	423	755
Comércio de mercadorias	110.004	194.949	15.846	32.805	1.109	3.893
Transportes e comunicação	50.377	69.918	7.345	9.301	967	1.530
Prestação de serviços	161.907	256.904	26.920	43.714	1.947	5.141
Atividades Sociais	81.517	136.893	19.236	33.947	1.278	2.695
Administração pública	46.988	73.678	14.596	20.622	1.006	1.778
Outras atividades	33.368	41.537	8.425	11.413	377	665

Fonte: IBGE – censo demográfico de Santa Catarina – mão de obra- 1980/91.

Consultando a Tabela 12, identifica-se que em Palhoça, com exceção agropecuária, os setores econômicos obtiveram índices de crescimento muito superior aos verificados no estado. Enquanto o declínio da agropecuária chegava a casa dos 31,8%, o comércio atingiu um crescimento de 251,05%, o setor de serviços alcançou uma variação positiva de 164% e a indústria obteve um crescimento médio de 90,0%. Por sua vez a nível estadual os resultados no comércio, serviços e indústria foram bem mais modestos, respectivamente com crescimento de 77,2%, 58,8% e 33,3%.

Constata-se nos dados acima que novas funções passam a ser atribuídas a economia do município, com destaque para o comércio, a prestação de serviços e a indústria. Assim, consolida-se uma nova fase em território palhocense, onde as antigas funções ligadas as práticas agrícolas tradicionais são substituídas por funções urbanas.

Portanto, o que se pode apresentar é que Palhoça assumiu um papel de forte expansão urbana induzida pelo estabelecimento de inúmeras empresas atraídas pelo dinamismo da Capital e de São José em termos de geração de novas oportunidades de trabalho.



### **3 O CAPITAL PRIVADO E O ATUAL PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA DE PALHOÇA**

#### **3.1. FORMAS NATURAIS E A LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA DE PALHOÇA NA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS**

Parte-se do pressuposto de que as formas herdadas, principalmente as naturais combinadas com as ações humanas (de ordem técnicas e econômicas), têm sido um fator importante para o entendimento do processo de reestruturação urbana e econômica, que vem ocorrendo principalmente na última década em Palhoça. Estas combinações, em consonância com o poder público<sup>87</sup>, estão proporcionando a implantação de inúmeras obras, criando novas áreas de habitação e espaços empresariais, atraindo investidores da região e do país<sup>88</sup>.

No caso específico do território de Palhoça, a disposição natural está contribuindo para as realizações de novas formas de apropriação do espaço por empreendimentos privados, modificando a antiga estrutura do município. De acordo com Horn (2003:86) o município encontra localizado na Planície Costeira Central<sup>89</sup>, onde aproximadamente 60% de suas terras não ultrapassam a 10 m de altitude (Cf. Figuras 5 e 6: 96; 98).

---

<sup>87</sup> Nos últimos anos, vem sendo aprovados inúmeros decretos-lei incentivando a instalação de loteamentos residenciais e empresariais. Ver decretos-lei aprovados pela câmara municipal de Palhoça, como o Projeto de Lei N° 214/06 – PRODEP – Programa de Fomento Econômico e de Incentivos Fiscais para Empresas do Município de Palhoça. O Decreto-Lei N° 2776/008 que cria o parque tecnológico de Palhoça, dando benefícios fiscais para as empresas de base tecnológica. O parque tecnológico vai funcionar nos bairros Jardim Eldorado, Jardim das Palmeiras, Jardim Aquários, Jardim Coqueiros, Brejarú, Cidade Universitária Pedra Branca e região da Baixada do Massiambú.

<sup>88</sup> Nesta linha de raciocínio, Cholley (1964:274) vai definir que as condições naturais “em razão das disposições que oferecem a escolha dos homens para o estabelecimento de relações ou pelos recursos que colocam a sua disposição, podem facilitar a elaboração de combinações diversas”.

<sup>89</sup> O município encontra-se localizado na planície costeira catarinense, (SCHEIBE apud HORN, 2003:75), mais precisamente no litotipo do Complexo do Tabuleiro. Horn (2003:71) define a área geológica do litoral do Estado, como “Província Costeira de Santa Catarina”. Para o autor, a Província Costeira é compartimentada em 3 setores: Norte, Central e Sul. O autor explica que a Planície Costeira é “mais larga nos setores Norte e Sul e mais estreita no setor Central, devido à ocorrência dos maciços rochosos das terras altas, que praticamente afloram junto à linha de costa” (2003:86). O território de Palhoça encontra-se na porção Sul da Província Costeira Central.

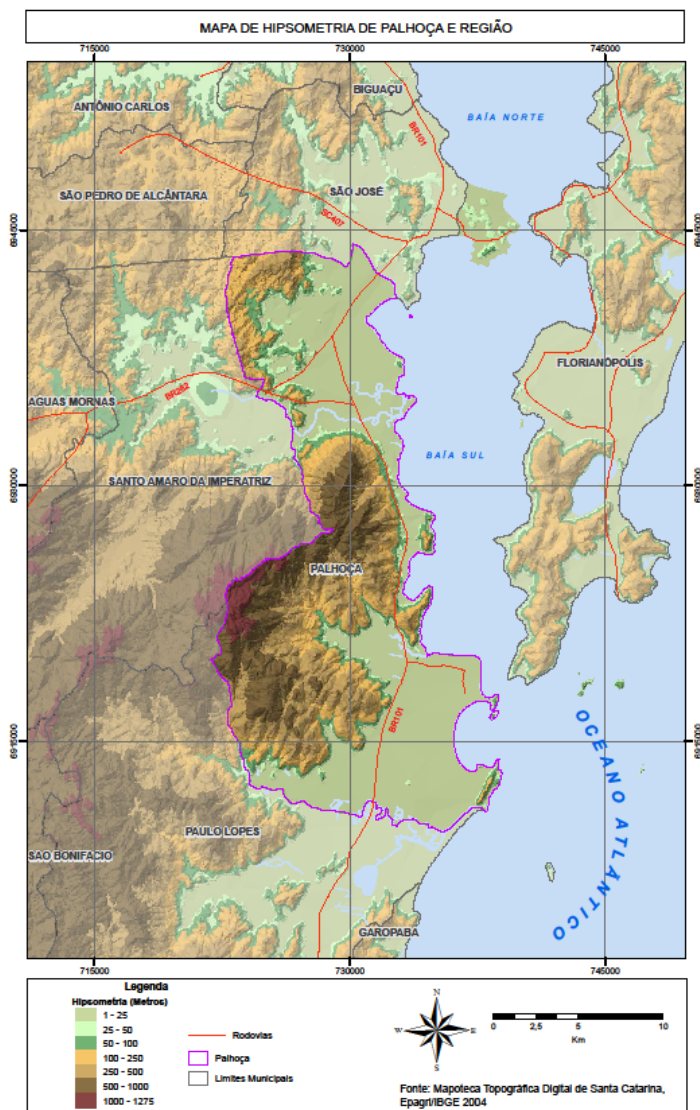


Figura 5 – Hipsometria do Município de Palhoça e Região  
 Fonte: adaptado por WOSNY, Guilherme Clasen, 2010

Entre os municípios que estão inseridos na região metropolitana da Capital, principalmente em relação à Biguaçu e São José, o



município de Palhoça possui terras disponíveis, especialmente as áreas que estão sujeitas ao processo de expansão urbana, que começam ao Norte na divisa com São José, estendendo-se ao Sul pela BR-101, até a Serra do Tabuleiro e no sentido Leste/Oeste dessa rodovia (Figura 5: 96).

Constata-se que o território de São José possui no sentido Norte/Sul uma extensão de aproximadamente 12 km, sendo que no sentido leste, onde estão às áreas mais planas do município, sua extensão é reduzida, ao Norte com o mar e no trecho central com a área continental da Capital. No sentido Oeste, o município possuiu um relevo mais acidentado, principalmente próximo a BR-101, dificultando a expansão urbana neste sentido (Fig. 6: 98).

Até a década de 1990, quando ainda existiam terras disponíveis no município de São José, o processo de expansão urbana da Capital foi espontaneamente urbanizando essas áreas, onde boa parte de suas terras planas estão próximas das vias de acesso a Florianópolis. Mas, como a expansão urbana de Florianópolis não cessa, o processo de metropolização se intensifica,<sup>90</sup> levando áreas mais distantes a serem inseridas neste processo, com destaque para os municípios de Palhoça e Biguaçu, apesar de ritmos distintos.

---

<sup>90</sup> Marcom (Dissertação de mestrado, 2000) vai esclarecer que a ação do Estado foi de extrema importância para a formação da região metropolitana de Florianópolis. De acordo com a autora, em janeiro de 1998, foi criada a lei complementar N° 162/98 onde ficou institucionalizada a Região Metropolitana de Florianópolis. No entanto, sua formação espacial foi dividida em duas áreas distintas: núcleo metropolitano correspondente aos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Antonio Carlos, Governador Celso Ramos, Águas Mornas e São Pedro de Alcantra. A outra área corresponde à expansão metropolitana, que agrega mais treze municípios. Maiores informações ver Marcon (200:62 á 68), na sua dissertação de mestrado que traz mais detalhes sobre a formação da região metropolitana de Florianópolis.



Figura 6 – Mapa de declividade de Palhoça e região  
 Fonte: adaptado por WOSNEY, Guilherme Clasen, 2010

Comparando o processo de urbanização de Palhoça com Biguaçu constata-se que até a década de 1970, os dois municípios não apresentavam grande diferença no seu ritmo de crescimento. A população total de Palhoça em 1970 era de 20.652, com 6.397 habitantes vivendo em área urbana, por sua vez Biguaçu tinha uma população total de 15.337, sendo destes 6.240 considerados urbanos (IBGE: 1970). Portanto, até o censo de 1970 os dois municípios mantinham taxas de urbanização muito semelhantes. Mas analisando os censos de décadas posteriores (Tabela 13) vamos identificar ritmos distintos.

**Tabela 13 – População total e urbana por década em Palhoça e Biguaçu**

Municípios	1970		1996		2007		Ritmo de crescimento pop.1970/2007 em %
	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Total	Pop. urbana	Pop. total	Pop. Urbana	
Biguaçu	15.337	6.240	40.047	35.110	53.444	48.099	248,46
Palhoça	20.652	6.397	81.176	78.610	127.471	118.796	517,23

Fonte: Censo demográfico do IBGE de 1980, 1996 e 2007.

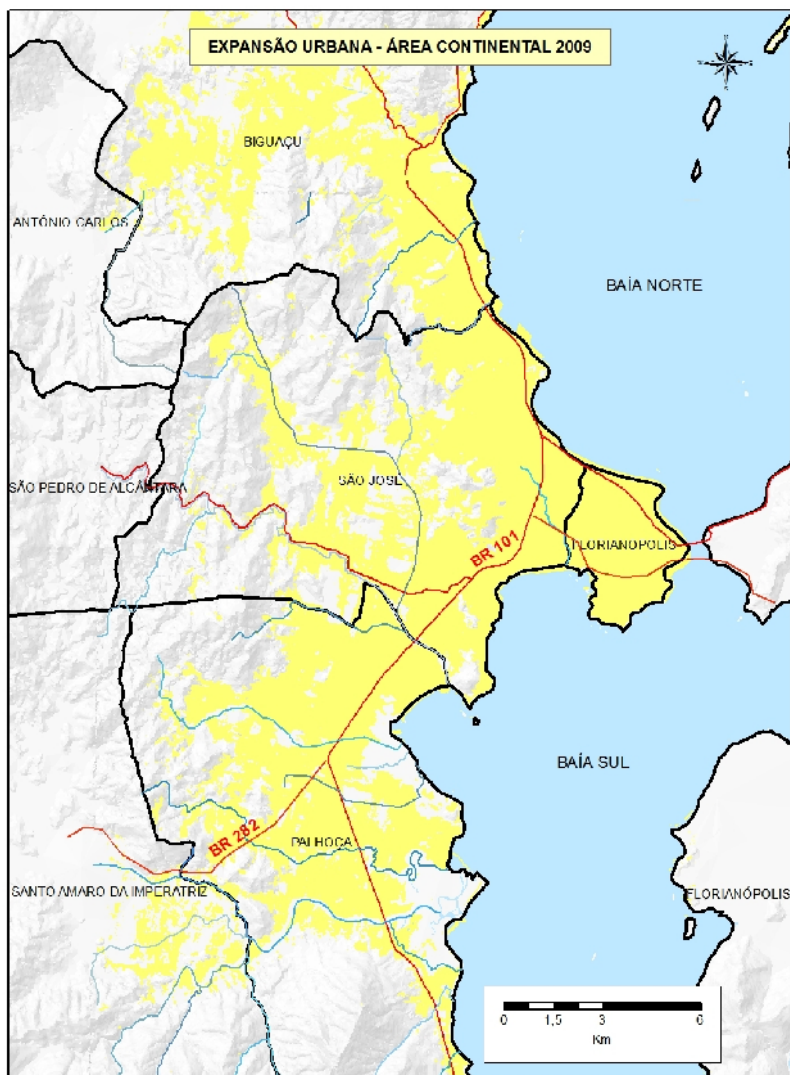
Os dados acima nos dão mostra do elevado crescimento demográfico e do acelerado processo de urbanização dos dois municípios, nas décadas pós 1970, resultado da expansão urbana da região metropolitana da Capital (Figura 7: 101). Entretanto, constata-se que no município de Palhoça o ritmo de crescimento populacional foi muito superior a de Biguaçu, passando de um município de pequeno porte, na década de 70, para um município considerado médio no censo de 2007<sup>91</sup>.

<sup>91</sup> As cidades médias são pontos de interseção e superposição entre as horizontalidades e as verticalidades. Elas oferecem os meios para o consumo final das famílias e administrações e o

Ratifica-se que a disposição físico-territorial de São José, com o relevo mais plano na porção Norte, teria facilitado o processo de urbanização no distrito de Barreiros até no limite com Biguaçu. Por sua vez, no território de Biguaçu, precisamente no seu perímetro urbano a planície costeira volta a ficar estreita próxima a BR-101, dificultando a expansão urbana e a disponibilidade de lotes empresariais (Figura 6: 96). Além disso, o território de Palhoça, em relação a Biguaçu, está mais próximo a principal via de acesso a Florianópolis (Via Expressa - 282).

---

consumo intermediário das empresas. Assim, elas funcionam como entrepostos e fábricas, isto é, como depositárias e como produtoras de bens e de serviços exigidos por elas próprias e por seu entorno. (SANTOS E SIVEIRA, 2006, 280).



Fonte: Imagem CBERS/INPE - 2009

Figura 7 – Mapa de expansão urbana – área continental 2009  
Fonte: adaptado por WOSNY, Guilherme Clasen, 2010

### 3.2 INSERÇÃO DE PALHOÇA NA NOVA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

Para entender a atual posição econômica e urbana de Palhoça, é necessário analisá-la dentro de uma formação sócio-espacial capitalista que está em constante processo de mudanças, transformando e remodelando o espaço geográfico a fim de se reproduzir enquanto sistema social. Dessa forma, a nova dinâmica produtiva visível em Palhoça está intrinsecamente relacionada com a nova conjuntura econômica e social orquestrada pela forças capitalistas dominantes, atualmente na região metropolitana da Capital, e esta com a formação sócio-espacial brasileira.

Nos mais diversos estudos, sobre o atual processo econômico e urbano de Florianópolis<sup>92</sup>, nota-se que as análises desenvolvidas consideram que a Capital catarinense e sua região vêm se consolidando como um importante pólo de desenvolvimento econômico de Santa Catarina, posição essa que havia perdido com a acessão dos Vales Atlânticos durante as décadas de 1920 e 1950 (processo de industrialização)<sup>93</sup>.

Atualmente, a Capital e região têm exercido algumas funções que estão colocando como um dos principais centros econômicos e urbanos de Santa Catarina. Vale destacar entre as principais funções: a modernização da administração estadual, o aumento considerável dos serviços privados com o significativo avanço das atividades ligadas ao

---

<sup>92</sup> Sobre o assunto ver os seguintes autores: Cunha, Idaúlo José – Desenvolvimento Regional em Santa Catarina. Reflexões, tendências e perspectivas, 2002; Filho, Alcides Goulart – Formação econômica de Santa Catarina, 2002.

<sup>93</sup> Sobre o assunto salientamos os estudos Vaz (1991:32), que assim define esse período: “O período de industrialização do país que sucedeu à Revolução de Trinta não trouxe reflexos diretos à cidade, senão através da ampliação dos serviços oferecidos pelo governo estadual. Os centros produtores emergentes do interior do Estado de Santa Catarina estabeleceram ligações diretas ao mercado nacional, através dos grandes pólos econômicos da região Sul e Sudeste, contribuindo para o deslocamento da polaridade econômica, antes marcada pela presença do ativo porto exportador em Florianópolis”. Ver também Bastos (1996: 132) que assim resume este período: podemos destacar quatro causas fundamentais para a perda de influência de Florianópolis sobre o Estado. Em primeiro lugar pelo avanço industrial verificado nas colônias alemãs. Em segundo lugar pela institucionalização de extração do carvão mineral no Sul do Estado, onde a partir de 1931, as empresas brasileiras consumidoras desse produto foram obrigadas a consumir 10% do carvão brasileiro e em 1937 este percentual chegou a 20%. A terceira causa foi as exportações de madeira do planalto através do porto de Itajaí, que se transformou no maior porto madeireiro do Sul do Brasil. O quarto motivo, destaca-se o surgimento das agroindústrias no Oeste e do Vale do Rio do Peixe, que são beneficiadas pela a construção da estreada de ferro, ligando essa área à cidade de São Paulo.

setor de informática, a forte presença das atividades ligadas ao turismo e o comércio.

Entretanto, o desenvolvimento urbano e a modernização dos setores de serviços e do comércio, durante as décadas de 1970 e 1990, se estruturavam e se concentravam essencialmente na Capital, determinando uma forte polarização de Florianópolis sobre os municípios da região. Para Cunha (2004:127) neste período “Florianópolis é o pólo organizador do espaço regional, com fortes forças centrípetas que vem modelando uma área metropolitana saliente e incontestável tecnicamente”.

Mas, se o processo de modernização se concentrava principalmente na Capital, por outro lado, o processo de expansão urbana em Palhoça continuava em ritmo acelerado. O que se nota neste processo é que a expansão urbana se dá num ritmo distinto da expansão das atividades econômicas, levando a uma forte polarização de Florianópolis e São José sobre Palhoça.

Esse processo, de divisão social e territorial do trabalho, que marcou as décadas de 1970 e 90, com características bem opostas entre as duas cidades, com a Capital sendo o pólo mais moderno e dinâmico e a segunda como área periférica passa a sofrer significativas mudanças nesta última década.

Nesta primeira década do século XXI o município de Palhoça não é apenas uma área de expansão urbana periférica, mas, sobretudo um território de grande poder de atração das atividades econômicas modernas. Este novo processo tem como elementos fundamentais às combinações entre os aspectos naturais, as técnicas e as ações humanas, e entre elas a descentralização econômica<sup>94</sup>, motivada pelo interesse do capital privado.

Se o processo atual tem como destaque não somente a expansão urbana mais a descentralização das atividades econômicas, estas têm diferenças essenciais na sua organização. Pois, enquanto Florianópolis aparentemente descentraliza as suas atividades, esse processo não é homogêneo, ou seja, as atividades geralmente menos qualificadas e que precisam de maiores espaços, tendem a descentralizar, já as mais modernas e rentáveis ainda estão mais concentradas na Capital.

---

<sup>94</sup> Sobre o processo de descentralização das atividades econômicas foram citadas por Cunha, em Desenvolvimento regional em Santa Catarina – reflexões, tendências e perspectivas, 2004, p. 127, quando se refere que os três municípios, contíguos a Capital, estão se tornando verdadeiros pólos educacionais de terceiro grau, com a implantação de campus de universidades catarinenses e de outros estados. No entanto, segundo o autor os reflexos desta radical mudança de perfil econômico não foram, contudo, avaliados.

Esta situação é em parte resultado do grande esforço do Estado catarinense e dos agentes econômicos em criarem na Capital um pólo turístico e de serviços, extremamente moderno e essencialmente qualificado, como é o caso do enorme incentivo a implantação de empresas de tecnologia<sup>95</sup> no seu território. Nos municípios vizinhos, e em particular em Palhoça, esse novo perfil econômico está mais direcionado a instalação industrial, centros de distribuição de mercadorias, um crescente incremento no comércio e na prestação de serviços básicos a população local. Outra diferença é a consolidação de um processo industrial na região fora da Capital principalmente em São José, Palhoça e Biguaçu. Processo que já vinha ocorrendo desde a década de 1970, sendo que em São José ganha atualmente novo incremento com a expansão dessa atividade para Palhoça.

Essa descentralização das atividades econômicas da Capital sobre o continente e especial sobre Palhoça, estão encontrando respaldo técnico, espaço físico territorial e incentivos políticos para sua viabilização. Portanto, as combinações naturais e sócio-econômicas neste momento estão favorecendo a ação do Capital privado (interno e externo) na reestruturação espaço local.

### **3.2.1 Os agentes e suas ações sobre o território municipal**

Se na esfera estadual nota-se a intenção de promover a modernização da região metropolitana de Florianópolis, no âmbito municipal as ações não são diferentes, com incentivos fiscais (isenção de impostos), disponibilidade de terrenos, com preços extremamente baratos, e muitas vezes até infra-estrutura pública (luz, água, pavimentação, etc). Por outro lado, inúmeros projetos de Lei foram criados nos últimos anos, para facilitar a implantação de condomínios residências e empresariais, entre eles pode-se citar: o decreto Lei N° 2460/06 - Programa de Fomento Econômico e de Incentivos (PRODEP),

---

<sup>95</sup> Apesar de Florianópolis concentrar a maioria das empresas de tecnologias (as tecnópoles), nos últimos anos vem dando sinais de mudança, com a instalação de algumas empresas nos municípios vizinhos, é o caso da GTT e da Automatisa. Segundo reportagem vinculado no Diário catarinense de 16/11/008, os motivos seriam a falta de espaço para essas empresas se instalarem na Ilha, o elevado custo médio do metro quadrado na Capital, levando a migração dos empresários para São José, Palhoça e Biguaçu, onde o custo de instalação é sensivelmente menor, fora os incentivos das administrações municipais.



que prevê benefícios às empresas<sup>96</sup>; o Decreto Lei N° 2776/008 que cria o parque tecnológico de Palhoça, dando benefícios fiscais para as empresas de base tecnológica<sup>97</sup> e o Decreto Lei n° 007/06 – aprovando o loteamento empresarial Hafil e Varuna empreendimentos imobiliários Ltda.

O município também está disponibilizando três áreas industriais, localizadas as margens da BR-101 e BR-282, com infra-estrutura básica. Nessas áreas os terrenos são vendidos, em média, a R\$ 60,00 o metro quadrado ao passo que um terreno bruto na região custa, em média, R\$ 200,00 o metro quadrado<sup>98</sup>.

Outra forma de participação do poder público é aprovar novos projetos empresariais como, por exemplo, o Pólo Náutico localizado as margens do rio Cubatão numa área de 250 mil metros quadrados (anexo 1), ou a disponibilização de uma área no condomínio Nova Palhoça (anexo 2) para a instalação do novo almoxarifado central do Tribunal de Justiça do Estado.

Para que muitos dos investimentos empresariais possam se concretizar o poder executivo vem alterando constantemente o zoneamento urbano do município. Primeiramente, ampliou o perímetro urbano com o Projeto Lei N° 191/009, posteriormente transformou antigas áreas de exploração rural (Lei 16 de 07/93) em área residencial predominante, conforme projeto Lei n° 209/009 ou em áreas Mista de Serviços (anexo 3).

Este novo cenário, portanto, acaba repercutindo tanto na urbanização do município quanto nos espaços incorporados pelo setor empresarial. Assim, temos à ação do capital imobiliário, transformando extensas áreas em condomínios fechados e loteamentos, por outro lado temos ação do capital empresarial nos ramos de indústrias e serviços se instalando em áreas, destinadas exclusivamente a essas atividades, dotadas de infra-estrutura e de incentivos fiscais. Como exemplo cita-se a implantação da Firense Busines Park (anexo 4) ou se instalando em vários pontos do município, principalmente próximos do sistema

---

<sup>96</sup> Entre outros benefícios a lei prevê: concessão de crédito de fomento sobre novos investimentos realizados em novos estabelecimentos; isenção de IPTU; isenção de ITBI; isenção de 60% do ISS.

<sup>97</sup> O parque tecnológico criado pela Lei N° 2776 de 31/01/008 tem como finalidade segundo o Jornal O Popular – S.C (08/02/008) promover o fomento e o desenvolvimento econômico e social através de incentivos fiscais para as empresas de base tecnológica. Este parque vai funcionar nos bairros Jardim Eldorado, Jardim das Palmeiras, Jardim Aquários, Jardim Coqueiros, Brejarú, Cidade Universitária Pedra Branca e região da Baixada do Massiambú.

<sup>98</sup> Ver reportagens realizadas pela Gazeta Mercantil do Brasil 08/08/2007 e AN Notícia de agosto de 2007.

viários, com destaque para a BR-101 e BR-282 (Cf. Figura 7: 119).

No primeiro caso temos como exemplos, os loteamentos Pagani, Pedra Branca, Terra Nova e Nova Palhoça<sup>99</sup> como uns dos maiores investimentos privados no setor da construção civil (reportagem – anexo 5). Já no segundo caso temos na área industrial do Jardim Eldorado às margens da BR-101, o mais recentemente condomínio empresarial de Palhoça, construído pela empresa Hafil e Varuna Empreendimentos imobiliários do Paraná. Neste local está sendo investindo cerca de C\$ 100 milhões, com a construção de uma nova escola de dois mil metros quadrados do Sistema da Federação das Industriais de Santa Catarina (FIESC), onde funcionará o SENAI. Também a implantação dos loteamentos empresariais, como é o caso do Grupo JAT Engenharia e Construções Ltda., que tem 130 mil metros quadrados de área loteada, disponibilizando 91 lotes, que significam 91 galpões/indústrias. A localização é na BR 282, Km 07, no Bairro Bela Vista.

Em 2008 foi aprovado pela Câmara de vereadores o Distrito industrial Cambirela, localizado no bairro Aririú, antigo espaço de funcionamento da empresa de Cerâmica Tapuia onde já está implantada a indústria farmacêutica Milian do Rio de Janeiro. Pode-se citar ainda a instalação de grandes centros de distribuição, com destaque para implantação em 2006 da Ambev (Companhia de Bebidas da América Latina) as margens da BR-101, o Centro de Distribuição da Renner<sup>100</sup> localizado no bairro Jardim Eldorado e, em construção, o CD do Grupo Imperatriz localizado no Bairro Bela Vista.

É relevante destacar, como uma das primeiras obras, a instalação em 1998 da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), constituindo junto com o loteamento Pedra Branca a primeira Cidade Universitária do Continente, marcando o início de um novo ciclo

---

<sup>99</sup> O empreendimento Terra Nova é condomínio residencial que o Grupo Rodobens adquiriu uma área de 1,8 milhão de metros quadrados para a construção de 6 mil unidades residenciais. Já o empreendimento Nova Palhoça é uma parceria entre o grupo Imperatriz e o Grupo Jaime Aleixo numa área de 900 mil metros quadrados, onde serão edificadas 20 torres e investidos C\$ 100 milhões.

<sup>100</sup> É o terceiro Centro de Distribuição da Renner no Brasil segundo reportagem vinculada em 08/08/007 pela Gazeta Mercantil – SP, a empresa escolheu a região porque concentra 30% dos fornecedores da Companhia. A decisão foi tomada de acordo com gerente geral Dalmo de Oliveira, com base na logística, pois com a localização o novo CD, haverá uma redução de 24 horas no tempo de abastecimento. Além do que o município de Palhoça é cortado pela BR-101, que está sendo duplicado, tem acesso rápido a BR- 282 e está a 10 km de Florianópolis. Fica também próximo dos portos de Imbituba e de Itajaí e do aeroporto de Florianópolis e de todos os incentivos fiscais que a prefeitura local tem oferecido.

econômico e urbano em Palhoça<sup>101</sup>. Outra ação de grande porte que marca definitivamente este processo de reestruturação econômica e urbana liderado pelo capital privado no município é a construção do 1º Shopping Center de grande porte implantado no condomínio residencial Pagani, as margens da BR-101 e em frente ao novo centro político e administrativo do município<sup>102</sup>.

A expansão urbana da região e particularmente de Palhoça tem grande importância para se entender o novo dinamismo econômico do município. Mas, esse processo vem acompanhado, na última década, de outro fenômeno: o aumento da participação das classes mais abastadas no processo de urbanização. Este fenômeno tem duas vertentes: a primeira é determinada pela elevação da renda de seus habitantes, entre as décadas de 1990 e 2000<sup>103</sup> e a outra tem como principal causa a expansão da classe média da região, em especial de Florianópolis e de São José, sobre seu território, fenômeno este constatado pela implantação de inúmeros loteamentos e empreendimentos imobiliários produzidos pela iniciativa privada<sup>104</sup> (anexo 6).

Esta expansão da classe média não é um fenômeno isolado das questões econômicas, são faces da mesma moeda, ou seja, os mesmos fatores que estão descentralizando as atividades econômicas para o município, estão também, atraindo a população de classe média a ir morar em Palhoça. A oferta de moradia, geralmente condomínios residenciais horizontais (anexo 7), com preços mais baixos do que em Florianópolis e São José, atraem a população para essas áreas

---

<sup>101</sup> De acordo com a administração da Unisul localizado na Cidade Universitária Pedra Branca, atualmente (2008) conta com aproximadamente 11 700 alunos com 32 cursos de graduação 8 de especialização e 2 de mestrado, atraindo estudantes de todos os municípios da região, do Estado e até do Brasil.

<sup>102</sup> A área construída é de 61, 534 mil metros quadrados e conta em anexo ao Shopping um Hotel com 185 apartamentos e uma torre residencial com 10 unidades (Diário Catarinense, 15 de fevereiro de 2009).

<sup>103</sup> Em reportagem vinculada no Diário Catarinense em 28 de março de 2008 de acordo os dados do PNUD, Palhoça foi o município que mais cresceu da região, sendo considerado alto desenvolvimento humano, IDH de 8,16 (2000). A região metropolitana de Florianópolis possui um IDH em 2000 (PNUD: 2000) de 0,859, primeiro lugar do ranking das regiões catarinense.

<sup>104</sup> Entre os principais empreendimentos imobiliários temos a implantação do parque residencial Pedra Branca, o conjunto residencial Pagani, Terra Nova e Nova Palhoça.

remodeladas pelo capital privado<sup>105</sup>.

Essa situação fica comprovada através do significativo aumento em novos investimentos, realizados pelas iniciativas empresariais, seja na multiplicação de projetos residenciais ou em novas instalações industriais e comerciais, que acabam por fazer multiplicar em Palhoça o número de licenças e áreas para construir (Cf. Tab. 14).

**Tabela 14 – Número de licenças e área a construir expedidas pelo CREA/SC**

Municípios	1998		2003	
	Licenças	Áreas	Licenças	Áreas
Palhoça	195	38.165	840	264.313
Florianópolis	1245	734.292	2.334	1.646.467
São José	469	228.528	612	437.565
Biguaçu	174	35.996	194	64.962

Municípios	2009		% de crescimento	
	Licenças	Áreas	Licenças	Áreas
Palhoça	970	446.741	497,4	1,170,5
Florianópolis	1.706	2.218.521	37,0	302,1
São José	899	428.356	91,6	87,4
Biguaçu	222	66.075	27,5	83,5

Fonte: Sinduscon grande Florianópolis 2009.

Nota-se que nos últimos anos o município vem tendo o maior percentual de aumento entre os municípios da região metropolitana de Florianópolis, reflexo da expansão dos investimentos privados, tornando-se em 2009 o segundo município região, superando neste ano o município de São José (anexo 8). Essa realidade também é importante para se entender a repercussão que esses investimentos têm sobre a geração de emprego e renda no município, que por sua vez, acaba dinamizando a economia local.

<sup>105</sup> Em entrevista ao Jornal Diário Catarinense de 15/03/2009, o engenheiro Eduardo Gorayb presidente da Rodobens Negócio imobiliários diz que o público alvo em Palhoça é a população de classe “C”, com renda média entre 5 e 10 salários, e o valor do imóvel fica em torno de C\$ 70 mil a C\$ 120 mil. Para ele o condomínio é na verdade um novo bairro em Palhoça, com 30 mil pessoas, onde vai possuir cerca de 5 mil casas e 2 mil apartamentos, além da instalação de serviços, como supermercados, uma unidade da Udesc, um Hospital geral e um Centro clínico da Unimed.

### 3.3 NOVOS INVESTIMENTOS E OS REFLEXOS NA ESTRUTURA ECONÔMICA MUNICIPAL

Com o processo de urbanização e o aumento da classe média na participação da população do município produziu um efeito sobre sua economia, com a expansão do comércio e a prestação de serviços ofertados<sup>106</sup>. Este aumento se verifica tanto pela expansão das redes de lojas locais, como na presença de outras redes de lojas de capital regional ou nacional, como é o caso da implantação da rede de Lojas Havan. Este fenômeno também se constata no aumento significativo dos supermercados, não só na quantidade, mas, sobretudo na qualidade do serviço prestado e da expansão da infra-estrutura instalada, principalmente com a presença do supermercado Giassi<sup>107</sup>.

**Tabela 15– Empregados e estabelecimentos 2000/006**

Comércio	2000		2006		%	
	Emp.Estab		Emp.Estab		Emp.Estab	
Varejista	1 610	434	3 751	917	132,9	111,0
Atacadista	424	61	726	121	71,0	98,0
Total emp.	2034	495	4 477	1038	120,0	109,0

Fonte: MTE. – Gov. Federal, 2000 e 2006.

No que se refere aos serviços, inclui-se o aumento significativo de clínicas, laboratórios particulares e o surgimento de novos centros educacionais principalmente voltados a formação superior, além da multiplicação dos Bancos privados, com destaque para o Banco Itaú, que em apenas em quatro anos abriu três novas agências no município.

<sup>106</sup> Pesquisa sobre os municípios mais dinâmicos do país realizada pela Florenzano Marketing e publicidade pela Gazeta Mercantil (Atlas do mercado brasileiro) em dezembro de 2002, utilizou como parâmetro a valorização do índice de consumo (peso 3,0) os depósitos bancários mais aplicações (peso 2,5) e abertura de empresas (peso 1,5), o crescimento populacional (peso 1,0), o crescimento do número de residências (peso 1,0) e a evolução do número de banheiros por residência (peso 1,0). Em Santa Catarina, entre os dez municípios mais dinâmicos aparecem em ordem decrescente, Balneário Camboriú, Florianópolis, Jaraguá do Sul, Brusque, Palhoça, Joinville, Criciúma, São José, Blumenau, Itajaí.

<sup>107</sup> De acordo com a reportagem da revista Veja (edição 2180: 02/09/2010) em matéria especial “A Força das Cidades Médias”, em que analisou o perfil econômico, social e urbano das 233 cidades do país com população entre 100 e 500 mil habitantes, destacou o município de Palhoça como a sexta colocação do ranking, com 8,6% de crescimento no comércio. A matéria também destaca que entre as cidades médias o município de Palhoça está no grupo das 106 cidades que mantiveram uma taxa de crescimento econômico igual ou superior a média nacional, que é de 4% ao ano, entre os anos de 2002 a 2007.

**Tabela 16 – Setor de serviços em Palhoça e % de crescimento**

Serviços	2000		2006		%	
	Emp.	Estab.	Emp.	Estab.	Emp.	Estab.
Administração de imóveis, imobiliários e serviço técnico	390	65	970	138	148,7	112,3
Transporte e comunicação	737	42	873	73	18,4	73,8
Alojamento, alimentação, Reparação	1 107	128	1 334	276	20,5	115,6
Serviços médicos	37	16	121	30	227,0	87,5
Ensino	259	26	467	45	80,3	73,0
Administração pública	1.180	3	1.778	5	50,6	66,6

Fonte: MTE. – Gov. Federal, 2000 e 2006.

Convém ressaltar que as empresas que se instalam em Palhoça não são atraídas apenas pelo mercado consumidor do município, mais também da região ou de outras regiões, inclusive de outros estados, com destaque para o Paraná e Rio Grande do Sul. Estas empresas são geralmente grandes comerciantes (Imperatriz, Giassi, Havan.), serviço de logística (Renner, Ambeve, Mello, Mídea, etc.), bem como, indústrias (Komeco, Phanton, etc.) interessadas no mercador consumidor, que vão além dos limites do município e da região.

Assim, quando se analisa os dados econômicos (Cf. Tab. 16; 17; 18 e 19), deve-se também levar em conta o mercado externo, pois inúmeras empresas que se instalam no município, nestes últimos anos (cita-se como exemplo a Ambev, Mídea, Renner), utilizam seu território como localização estratégica. Portanto, existe um crescimento do mercado consumidor interno, que leva a expansão dos setores econômicos, principalmente o de serviços e o comércio varejista, objetivando atender a demanda local. Por outro lado, existem empresas instaladas no município, atuando em diferentes escalas (regional e nacional), atendendo um mercador consumidor bem mais amplo, questão que será aprofundada no quarto capítulo.

A tabela 17 com base dos dados de 2000 e 2006 trata especificamente do comportamento industrial do município, nestes últimos anos, mostrando em que ramos industriais, o processo de

crescimento, estão sendo mais acentuados, indicando o papel dessa atividade para atual realidade econômica do município.

**Tabela 17 – Número de empregados e estabelecimentos na indústria em Palhoça**

Ramos das Atividades Industriais	2000		2006		%	
	Emp.	Estab.	Emp.	Estab.	Emp.	Estab.
Extrativas	53	6	47	11	8,0	83,0
Prod. Min. Não metálicos	388	30	397	47	2,3	56,6
Metalúrgica	118	24	401	55	239,8	129,0
Mecânica	105	5	230	9	119,0	80,0
M. elétrico e comunicações	74	3	76	3	2,0	0,0
Mat. De transportes	19	4	427	11	2.240,0	175,0
Madeira e do imobiliário	322	51	569	86	76,7	68,2
Papel e papelão	67	11	83	15	23,8	36,3
Química	194	10	303	27	56,0	170,0
Alimentícios	228	47	795	69	248,8	46,8
Utilidade pública	43	3	47	5	9,0	66,6
Têxtil	115	27	243	44	111,0	62,9
Total Empregados e estab.	1.726	221	3.618	382	109,6	72,8

Fonte: MTE. – Gov. Federal, 2000 e 2006.

O total de empregados e estabelecimentos industriais em Palhoça é pouco expressivo, para a realidade catarinense, mas é de extrema importância do ponto de vista regional e local, pois até a década de 1990 os números eram extremamente insignificantes. Conforme dados (MTE: 1990) eram de apenas 1 293 empregados com 129 estabelecimentos, tendo um papel ainda secundário no desenvolvimento econômico local. Neste caso o crescimento industrial verificado neste início de século torna-se extremamente importante, pois ratificam um fortalecimento dessa atividade, principalmente nos ramos imobiliários, materiais de transportes, alimentícios, químicos e metalurgia (MTE: 2000 e 2006). Muitos desses ramos (química, metalurgia) praticamente eram inexistentes, outros como, por exemplo, o imobiliário já era mais

expressivo, empregando na década de 1990 quase 50 % da mão-de-obra industrial do município.

Ressalta-se que a população de Palhoça também é importante fornecedora de mão-de-obra para estas empresas. Com uma população que cresce acima da média do Estado e da região, que durante décadas está sendo um receptor de imigrantes, não só de Santa Catarina, como de outros estados, acaba repercutindo na oferta constante de mão-de-obra, servindo as empresas, principalmente aquelas que não exigem grande qualificação técnica.

Os dados da Tab. 18 (p. 113) vem ratificar o crescimento das atividades econômicas em Palhoça, com aumento do número de empregados. Percebe-se que este aumento está acima da média da região<sup>108</sup> e inclusive do Estado, absorvendo a mão-de-obra excedente do município.

---

<sup>108</sup> Na tabela 19 a região é considerada como Grande Florianópolis definição adotada pela Secretaria do Planejamento de Santa Catarina, que estão inseridos 13 municípios: Águas Mornas, Angelina, Anitapolis, Antonio Carlos, Biguaçu, Governador Celso Ramos, Florianópolis, Palhoça, Rancho Queimado, Santa Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José e São Pedro de Alcântara.



**Tabela 18 - N° de empregados nas atividades econômicas e percentual de crescimento**

Setores de atividades	2000		
	Estado	Região	Município
Indústria	371 293	14 581	1 640
Constr. Civil	37 519	10 283	1 565
Comércio	181 772	32 788	2 034
Serviços	287 441	74 059	2 614
Adm.Pública	153 262	81 766	1 180
Total empreg.	1 031 128	211 540	9 033

Setores de atividades	2009		
	Estado	Região	Município
Indústria	585 833	26 161	4 569
Constr. Civil	76 162	17 366	3 790
Comércio	365 990	68 202	6 967
Serviços	516 247	151 567	7 862
Adm.Pública	225 372	94 346	2 227
Total empr	1 769 604	357 642	25 415

Setores de atividades	Diferença em % entre 2000 e 2009		
	Estado	Região	Município
Indústria	57,7	79,4	178,5
Constr. Civil	102,9	68,9	142,2
Comércio	101,3	108,0	242,5
Serviços	79,6	104,6	200,7
Adm.Pública	47,0	15,3	88,7
Total empr	71,6	69,0	181,3

Fonte: MTE – Gov. Federal, 2000/009.

Apesar do número de empregados registrarem um grande percentual de aumento, quantitativamente os valores totais ainda são modestos se comparados com a média de empregados registrados no Estado e de alguns municípios da região (São José e Florianópolis). Para se ter idéia no Estado em 2009 tinha-se computado 1.769.604 empregados para uma população de 5.866.252 (IBGE: 2009), o que equivale a 30,0 % de sua população total empregada. Na região, temos a

Capital com uma população total de 396, 723 hab. (IBGE: 2009), com 243, 316 pessoas trabalhando (MTE: 2009), equivalendo a 61,4 % de sua população. Em São José com uma população de 196, 887 hab. (IBGE: 2009), e 71, 768 empregados registrados (MTE: 2009), correspondendo a 36,0 % de sua população. Enquanto em Palhoça com uma população de 130, 000 hab. (IBGE: 2009), registrava (MTE: 2009) 25, 766 pessoas empregadas, correspondendo apenas 20,5 % de sua população total.

De acordo com os dados (Tab. 18: 113), constata-se que em torno de 40 % dos trabalhadores que moram em Palhoça exercem atividades em outros municípios da região, em particular em Florianópolis e São José, persistindo ainda uma concentração econômica nestes municípios. Mas, apesar desses dados revelarem o grande número de trabalhadores deslocarem diariamente de Palhoça para Florianópolis e São José, também nos indicam que existe nesta última década um processo de expansão econômica, na região metropolitana da Capital, com aumento expressivo de novas oportunidades de empregos e renda no município.

Essa nova realidade fica mais evidente, quando se constatada na Tabela 18 o crescimento da população empregada em Palhoça, entre os anos de 2000 e 2009. Enquanto em 2000, o número de empregados era de apenas 9, 033 trabalhadores (MTE: 2000), correspondendo a pouco mais de 9, 0 % de sua população total, após nove anos este índice subiu para mais de 25 mil trabalhadores, um aumento de 181, 3 %.

Antes de encerrar é preciso dizer que muitas empresas, nas mais diversas atividades, foram implantadas nos últimos dois anos (2009 e 2010), outras ainda estão em fase de implantação, o que dificulta determinar com mais precisão o atual estágio de desenvolvimento econômico apenas com os dados de 2009. Porém, as pesquisas realizadas em Fontes jornalísticas, dados junto à secretaria da fazenda e do Planejamento, além da pesquisa empírica, nos permitem reafirmar que o município de Palhoça passou a viver nesta última década uma reestruturação econômica e urbana, estabelecendo novas relações com sua região.

Como forma de exemplificação destacou-se na Tabela 19 (p. 115) alguns investimentos de iniciativas empresariais, entre 2009 e 2010, não computados na tabela 19, que vem confirmar a nova realidade econômica municipal.

**Tabela 19 - Investimentos privados concluídos ou em fase de conclusão - 2009 /10**

<b>Empresas</b>	<b>Atividade</b>	<b>Investimento em milhões de R\$</b>	<b>Nº empregos estimado</b>	<b>Situação</b>
Shopping	Comércio	120 Milhões	3000	Concluído
Imperatriz	Centro de distribuição	7 Milhões	400	Concluído
Komeco	Climatização	15 milhões	300	Concluído
Clemar	Climatização	4 milhões	200	Em execução
Havan	Comércio	15 Milhões	200	Concluído
Rodobens	Imobiliário	540 milhões	1000	Em execução
Centro C. Camelão	Comércio	10 milhões	500	Em execução
Grupo RTV	Pólo náutico	50 milhões	4500	Em execução
Centro comercial Pagni	Comércio	4 milhões	350	Concluído
Lamitec	Indústria	5 milhões	300	Concluído

Fonte: Jornal Palhocense; Diário Catarinense; Portal da Prefeitura de Palhoça, 2010.

Tomando-se com base apenas as obras executadas (Cf. Tabela 19) chega-se a um investimento na ordem de 166 milhões, com a geração de 4 550 mil novos empregos diretos somente em 2010. Portanto, verifica-se que grandes investimentos empresariais estão em fase de acentuada expansão, nestes dois últimos anos, tendo forte repercussão na oferta de empregos, mudando paulatinamente a antiga realidade do município.

### 3.3.1 Novas formas e funções e o remodelamento do espaço local

Ficou evidente nos exemplos descritos anteriormente o quanto os novos investimentos empresariais estão agindo sobre o espaço local, provocando uma nova dinâmica econômica. Entretanto, estas ações não ficam restritas no plano da abstração teórica, mas repercutem diretamente sobre o espaço local, remodelando as formas herdadas ou as destruindo-as, para que sobre elas surjam novas funções, muitas vezes completamente distintas das que existiam.

A remodelação do espaço no município de Palhoça possui como agentes principais o capital privado, o poder público e a população local. A força das iniciativas empresariais, atuando no setor da construção e imobiliárias, remodelando áreas para instalação de empresas e condomínios residenciais. O setor industrial, de serviços e o comércio se instalando nestas áreas ou em toda extensão urbana do município. Por outro lado, a ação política municipal com criação de incentivos fiscais (PRODEP) e regulamentador de mudanças na estrutura urbana. Por sua vez a população exercendo novas atividades (divisão social do trabalho), novos espaços de moradia, proporcionando a expansão urbana e o aumento do mercado consumidor.

Como os investimentos empresariais estão em ritmo acelerado, conforme constatado na tabela 20, muitos desses investimentos não foram possíveis de serem detectadas somente por de imagens de satélite (figura 10: 119), necessitando de imagens mais recentes, obtidas através de fotografias. Assim, várias saídas de campo foram realizadas a fim de registrar com maior precisão os recentes investimentos empresariais e públicos no município. Dentre as áreas selecionadas destacaram-se as seguintes formas: Centro empresarial, Distrito Industrial, loteamento empresarial, condomínio residencial, empresas localizadas individualmente e alguns aspectos da estrutura urbana. Nas primeiras imagens de satélite (Fig. 10: 119) selecionou-se um aglomerado de empresas instaladas entre o bairro Jardim Eldorado e a Cidade Universitária Pedra Branca, formando o Centro Empresarial e a Tecnopark “Pedra Branca” (Fig. 10: N° 5 e 6). A princípio este Centro Empresarial não têm uma tipologia industrial predominante, mas sim, bastante pulverizada.

Além de estabelecimentos industriais, existem áreas para restaurantes, transportes, empresas de apoio logístico e logística de distribuição, como o CD da Renner e Midea (Figura 8:117 e 9: 118) localizados no Centro logístico Cassol (anexo 9). É importante ressaltar

que este Centro Empresarial está localizado em área situada no Parque Residencial Pedra Branca, próximo da Universidade Unisul, onde não é permitida a instalação de indústrias poluentes.



Figura 8 – Centro de distribuição da Renner  
Fonte: arquivo do autor, 2009.



Figura 9 – Centro de distribuição da Midea  
Fonte: arquivo do autor, 2009.

A presença dos Centros de Distribuição da Renner e da Midea (Figura 8 e 9), localizados no centro logístico Cassol ratifica a importância do território de Palhoça, para esse tipo de investimento, em virtude de sua localização estratégica, facilitando a distribuição de mercadorias para a região e outras cidades de Santa Catarina, bem como para a região Sul do Brasil.



Figura 10 – Mapa – expansão dos investimentos privados em Palhoça  
 Fonte: elaborado por SOUZA, Geraldo A. e WOSNY, Guilherme Clasen, 2010

No que se refere aos Distritos Industriais, temos o mais antigo localizado as margens da BR-101, no Bairro Jardim Eldorado (Fig. 10, p. 110 nº 3), que está em fase de reestruturação com o aumento de sua área, com a implantação do Condomínio Empresarial Hafil empreendimentos Ltda., na divisa com o distrito industrial de São José (Fig. 10, Nº 2).

Na imagem de satélite (Fig. 10, Nº 15), tem-se a localização do novo Distrito Industrial, no Bairro Aririú, com uma área de 450 mil metros quadrados e 106 lotes, onde já estão presentes a indústria farmacêutica Mliam (Figura 11) e o estaleiro Nautisul. Segundo informações vinculadas no Jornal Diário Catarinense (17/05/008, Nº 8071), o grupo espanhol VST oficializou investimentos de 7 milhões na unidade de sorvete no distrito, onde adquiriu uma área de 25 mil metros quadrados. De acordo com a Secretária da Indústria e do Comércio de Palhoça existe uma lista de 180 empresas cadastradas interessadas em adquirir lotes neste novo distrito.



Figura 11 – Instalação da indústria farmacêutica Mliam

Fonte: arquivo do autor, 2009.





Figura 12 – Entrada da antiga indústria de cerâmica Tapuia  
Fonte: arquivo do autor, 2009.

É notado que novas formas passam a se concretizar, destruindo o que sobrou das antigas estruturas da indústria de cerâmica Tapuia (Figura 12) que encerrou suas operações em 1997. Aos poucos o novo toma conta do espaço local, sem a necessidade de interagir com as antigas forças produtivas, pois estas já haviam praticamente desaparecido. No entanto, se novas formas passam a surgir, as funções delas provenientes só poderão ser sentidas após sua inteira implantação.

Outra estrutura que merece destaque nesta nova dinâmica é o surgimento dos loteamentos empresariais ou condomínios empresariais (Fig. 13 e 14: 122), disponibilizado pelas incorporadoras, que compram antigas áreas, geralmente de pastagens, e criam uma infra-estrutura (instalação elétrica, abertura de estradas, terraplanagem), revendendo-os em forma de lotes empresariais.



Figura 13 – Lotes empresariais da Jat a venda em 2009.  
Fonte: arquivo do autor, 2009.



Figura 14 – Instalação de empresas no loteamento JAT em 2010.  
Fonte: arquivo do autor, 2010.

Neste modelo de loteamento fica caracterizada a ação direta dos agentes privados, se articulando, em todos os seus estágios: primeiro entra em cena as incorporadoras vendendo a terras já loteadas, em seguida vem as construtoras, comprando esses lotes e construindo galpões que repassam aos agentes imobiliários, que os comercializam com a empresas interessadas, dando funcionalidade as novas formas.

Cabe também destacar os diferentes momentos registrados nas Figuras 13 e 14, onde se identifica através o acelerado processo de investimentos das iniciativas empresariais no município. Na primeira imagem, registrada em 2009, não existia no loteamento nenhuma edificação, por sua vez, na imagem de 2010 nota-se a ocupação dessa área.

O loteamento empresarial Bela Vista, identificado na imagem de satélite (Fig. 10: 119), é outro exemplo do ritmo acelerado dos investimentos empresariais no município. Na imagem de Satélite de 2009 (Fig. 9: 119), nota-se que a área loteada estava em fase inicial de terraplenagem, já em 2010 (Fig. 15), em visita ao local, registramos que a infra-estrutura do loteamento não havia sido concluída, mas estava em implantação o novo Centro de distribuição do grupo Imperatriz (segundo plano à direita da imagem) e outras construções.



Figura 15 – Loteamento empresarial Bela Vista – CD Imperatriz  
Fonte: Arquivo do autor, 2010

É preciso registrar que, além das formas descritas, muitas empresas estão distribuídas por todo o território do município, em especial nas proximidades da BR-101, valendo-se da localização estratégica e o amplo mercado consumidor da região. Este é o caso da instalação do Centro de Distribuição da Ambev, da Melo<sup>109</sup>, da indústria Komeco e principalmente do comércio (Figura 16, 17, 18 e 19).



Figura 16 – Centro de distribuição da Ambev – instalação azul  
Fonte: Arquivo do autor, 2009.

---

<sup>109</sup> A empresa Melo é especializada em distribuição de mármore e granitos e produtos similares, instalada as margens da Br-101 em Palhoça desde de 2005. Segundo o Site da empresa a instalação em Palhoça é para atender o mercado do Rio Grande do Sul e do Litoral de Santa Catarina. Além de Palhoça a empresa possui centros de distribuição no Espírito Santo, São Paulo, Paraná (Matriz) e Minas Gerais. Já a Ambev, com mais de 50 centros de distribuição de bebidas no Brasil, instalou-se no município de Palhoça em 2006, com objetivo de distribuir os seus produtos para a região metropolitana de Florianópolis, de acordo com o site da empresa, <http://www.ambev.com.br>.



Figura 17– Centro de distribuição da Melo  
Fonte: Arquivo do autor, 2009.



Figura 18 – Indústria de ar condicionado  
Fonte: Arquivo do autor, 2010.



Figura 19 – Localização estratégica da Havam e Shopping na BR - 101  
Fonte: Arquivo do autor, 2010

A iniciativa privada em Palhoça tem atuado também com forte presença no setor da construção, produzindo os condomínios e loteamentos residenciais, remodelando geralmente antigas áreas rurais, formando novos bairros. No primeiro caso cita-se, com exemplo o condomínio fechado Terra Nova (Fig. 20: 127), implantado sobre um antigo espaço rural onde existia antiga granja da Macedo e criação de gado, situado no Bairro Bela Vista. Já o segundo exemplo, é condomínio residencial Nova Palhoça (Fig. 21 e 22: 127; 128), localizada no Bairro Rio Grande, em uma antiga área de pastagens, nas proximidades da BR-101.



Figura 20– Implantação do condomínio Residencial Terra Nova  
Fonte: Arquivo do autor, 2010.



Figura 21 – Obras de infra-estrutura do loteamento Nova Palhoça  
Fonte: Arquivo do autor, 2010



Figura 22– Vista parcial das obras do loteamento Nova Palhoça  
Fonte: Arquivo do autor, 2010.

Além da formação de diversos condomínios residências horizontais as construtoras também vêm atuando na verticalização urbana da cidade de Palhoça (Figura 23: 129), com a edificação de prédios residenciais, localizados próximos das áreas com forte adensamento populacional e infra-estrutura urbana.





Figura 23 – Verticalização no Loteamento Pagani.

Fonte: Arquivo do autor, 2010.

Nota-se que as novas formas estão criando novas funcionalidades no espaço urbano local. Antes havia um processo de urbanização onde cada bairro desenvolvia núcleos urbanos independentes, desarticulados, dificultando a interação sócio-econômica do município. O crescimento econômico atual, e a expansão dos diversos núcleos urbanos, vêm proporcionando um maior fluxo interno de pessoas, de mercadorias e serviços, favorecendo a formação de uma rede urbana articulada.

Outra forma importante que vem possibilitando a integração dos bairros e facilitando a circulação de pessoas, e dos transportes dentro do perímetro urbano, é a construção dos viadutos sob a BR-101. Na área urbanizada do município que se estende nos primeiros 4 km da rodovia, quatro viadutos foram construídos, o primeiro ligando os bairros Ponte de Imaruim e Jardim Eldorado, o segundo ligando o centro antigo do município com os bairros Passa Vinte e o parque residencial Pagani, o terceiro integrando o centro com o bairro Caminho Novo e o quarto ligando os bairros Rio Grande (centro) com o bairro Bela Vista, facilitando a conexão desses bairros com distrito do Aririú pela a BR-282 (Fig. 24: 130). Atualmente está sendo construído um quinto viaduto que vai facilitar a integração urbana do bairro Aririú com o centro do município.



Figura 24 – Viaduto e túnel entre a BR-101 e BR – 282, Bela Vista  
Fonte: Arquivo do autor, 2009.

Também vale lembrar a finalização da ligação da Avenida Elza Luck, ligando o bairro Ponte de Imaruim ao Centro do município (Fig. 25: 131), bem como, a abertura de uma nova via de acesso a BR-101 no Jardim Eldorado para atender as empresas instaladas na área industrial e do Centro Empresarial deste bairro (Figura 26: 131).



Figura 25 – Nova ligação entre o bairro Ponte de Imaruim e Centro  
Fonte: Arquivo do autor, 2009.



Figura 26 – Novo acesso para as áreas empresariais – Eldorado  
Fonte: Arquivo do autor, 2010.

Outro aspecto importante, dessa nova fase urbana, além de sua expansão, é a transferência em parte do núcleo central do município para o loteamento Pagani, principalmente os serviços públicos e o comércio. Entre os serviços públicos destaca-se a transferência da sede administrativa da Prefeitura em 2001, a Câmara de Vereadores do município em 2009 e a implantação do novo Fórum Municipal (Cf. Fig. 27, 28, 29).



Figura 27 – Novo prédio da Câmara de Vereadores, no loteamento Pagani  
Fonte: Arquivo do autor, 2010.



Figura 28 – Nova sede da Prefeitura de Palhoça, no loteamento Pagani.  
Fonte: Arquivo do autor, 2010.



Figura 29 – Nova sede do Fórum municipal, no loteamento Pagani.  
Fonte: Arquivo do autor, 2010.

No comércio e serviços privados destaca-se a presença do Shopping Center (Fig. 30: 134), o Centro Comercial Pagani, a Nova

agência da Caixa Econômica Federal e a inauguração do mais importante Hotel do município (Fig. 31: 135).



Figura 30 – Shopping Center Viacatarina  
Fonte: Arquivo do autor, 2011.



Figura 31 – Hotel Slaviero – anexo ao Shopping  
Fonte: Arquivo do autor, 2011.

Mas não é só através de projetos de leis, incentivos fiscais e infraestrutura que o poder municipal tem atuado a serviço do capital privado, pois, aliás, a maioria dos municípios da região e inclusive do Brasil estão sedentos por atrair investimentos privados. Nestes últimos anos, mais precisamente na atual gestão (2005 e 2010) o poder público municipal vem intensificando no marketing da cidade, com espaços na mídia, através de eventos, como exemplo, a Expo-Palhoça ou em painéis espalhados pela cidade, criando uma atmosfera de desenvolvimento e modernidade, ocultando os problemas estruturais do município (Fig. 32 e 33: 136).



Figura 32 – Publicidade da cidade de Palhoça

Fonte: Arquivo do autor, 2010.



Figura 33– Publicidade para atrair investimentos privados

Fonte: Arquivo do autor, 2009.



Quem vive e trabalha no município percebe que estes últimos anos estão sendo de forte expansão das forças produtivas, com a presença do Capital privado reestruturando a economia e remodelando o espaço urbano local. Mas, também ficou claro que estes novos agentes não são fruto apenas da atual gestão ou de qualquer ato político isolado, é uma combinação de diversos fatores sócio-econômicos, nas mais diversas escalas, que vem tomando novos impulsos nestes últimos anos.

#### **4 AS DUAS VERTENTES DO CAPITAL PRIVADO EM PALHOÇA: o desenvolvimento dos capitalistas locais e a recente presença do capital externo**

Ficou constatado, no capítulo três que a ação do Capital privado, principalmente a presença do capital externo é o grande divisor de águas, que diferencia o período atual dos anteriores, determinando mudanças na estrutura sócio-espacial de Palhoça. Portanto, o processo atual possui relações que extrapolam os limites locais, sendo cada vez mais ampla a escala de relações políticas e econômicas do município.

Para compreender a origem do capital privado em Palhoça dividimos este capital em duas vertentes: a primeira correspondente as iniciativas de origem local; a segunda diz respeito a expansão das iniciativas de origem externa. Entretanto, o capital externo foi subdividido em dois grupos: os de origem regional (municípios circunvizinhos) e o capital privado de origem nacional ou internacional. Apesar de todos expressarem na sua dinâmica as relações de acumulação capitalista o processo de desenvolvimento desse capital no município possui perspectivas distintas<sup>110</sup>. Neste sentido, propõem-se neste capítulo aprofundar a pesquisa nas causas desencadeadoras do desenvolvimento do capital privado no município, sejam eles de origem interna ou externa, suas áreas de atuação (serviços, indústria e comércio), bem como suas diferenças, no que concerne ao mercado e sua presença no espaço local<sup>111</sup>.

---

<sup>110</sup>A estrutura social que possibilitou o desenvolvimento da acumulação do capital privado de origem endógena no território de Palhoça possui características específicas que só pode ser explicada a luz das combinações “geográficas” do espaço local com o processo histórico que o mesmo estava envolvido. Já a presença do capital privado de origem externa que atualmente estão se dirigindo ao município devem ser esclarecidos de acordo com o movimento de acumulação do capitalismo nacional internacional na sua conjuntura atual.

<sup>111</sup> Para subsidiar a temática incluímos neste capítulo as entrevistas feitas com algumas empresas sediadas no município, algumas de origem externas e outras de origem local, para tanto, propomos introduzir as questões levantadas nas entrevistas sempre que for pertinente no transcorrer da discussão. Para maiores informações no final do capítulo tem um quadro síntese das informações coletadas.

#### 4.1 O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO INTERNO E O AUMENTO DAS INICIATIVAS CAPITALISTAS EM PALHOÇA: A IMPORTÂNCIA DOS IMIGRANTES PARA ESSE PROCESSO

Como já ressaltado, no primeiro capítulo, a formação da estrutura social do município de Palhoça foi à pequena produção mercantil açoriana intercalando, mais tarde, com a imigração de descendentes alemães vindos de São Pedro de Alcântara (São José). Independentes das diferenças que envolvia as duas pequenas produções entraram em processos de decadência e estagnação, sobretudo a partir da década de 1950/60, sendo que na década de 1970 foi rapidamente substituída por outras formas de produção<sup>112</sup>.

Na tentativa de compreender a origem do capital de privado no município parte-se do pressuposto teórico da transformação gradual da pequena produção mercantil (pré-capitalista) simples em economia capitalista (LÊNIN, 1985: 13). Para o autor é a pequena produção mercantil que possui os elementos essenciais para o desenvolvimento do capitalismo, pois ela traz na sua estrutura social de produção a divisão social do trabalho, fundamental para a consolidação de um mercado interno, básico para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Portanto, quanto mais se diversificar a divisão social do trabalho mais importante será para a formação de um mercado interno para o capitalismo.

Marx, apud Lênin (1985: 13,14), no diz que “na produção mercantil e, em sua forma absoluta – a produção capitalista”, os produtos só se tornam mercadorias na medida em que estas são produzidas para o mercado e não para sua subsistência, são produtos que se tornam “valores-de-uso mediante a sua conversão em valor-de-troca (dinheiro), mediante sua alienação”. Outro fator importante neste processo é a diferenciação da produção de mercadorias entre os produtores da pequena produção mercantil. Esta diferenciação vai constituir uma nova estrutura social, básica para o desenvolvimento de

---

<sup>112</sup> Convém lembrar (conforme cap. 1), que a Pequena Produção Mercantil açoriana já entrara em decadência no litoral catarinense desde o início do século passado, sobretudo a partir do desenvolvimento dos vales atlânticos. No entanto, esta decadência teve ritmos distintos de acordo com as especificidades ou combinações de cada lugar. Assim, Palhoça naquele período não reunia combinações na sua estrutura social para entrar no capitalismo industrial, portanto permanecendo com economia arcaica durante décadas.

um mercado interno com características do modo de produção capitalista<sup>113</sup>.

Ratificando o exposto, no primeiro capítulo, de acordo com o pensamento de Lênin (1985: 15-18), para que de fato ocorra o crescimento do mercado interno e o surgimento de uma classe econômica, realmente capitalista, é necessário que haja um crescimento da população urbana e a diminuição da população rural, fato este não ocorrido em Palhoça até 1970. As baixas taxas de urbanização eram um entrave, no processo de acumulação por parte das poucas iniciativas capitalistas locais, dificultando a criação de um mercado interno. Esse processo só passou a ter efeitos mais positivos a partir do momento em que houve uma expansão da urbanização da Capital, quando esta a partir da década de 1970 extrapola os limites territoriais de São José.

Apesar de uma urbanização de tendência periférica<sup>114</sup>, e de forças externas, geralmente orquestradas via projetos estatais (principalmente eixos viários), cria condições para desenvolver um mercado interno que tanto faltava no município. Mesmo que tardiamente esse momento efetivamente marca a dissolução do complexo rural e a transição para o novo processo de acumulação das forças econômicas capitalistas no município.

Como ficou constatado no primeiro capítulo o processo de dissolução do complexo rural<sup>115</sup>, principalmente as antigas colônias alemãs, provocaram um contínuo fluxo migratório para as áreas urbanizadas próximas a Capital, durante as décadas de 1950 e 60, dando origem a muitos capitalistas em São José e Florianópolis. Mas, esse

---

<sup>113</sup> Lênin, V. I. em *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, inspirado na teoria marxista diz que “o capitalismo, pois, é imaginável sem um crescimento da população industrial e comercial às expensas da população agrícola...”. Portanto, a situação econômica e urbana de Palhoça até a década de 1960 expressa uma situação desfavorável para o desenvolvimento das forças do capital privado, por conta das inexpressivas taxas de urbanização do município.

<sup>114</sup> No capítulo dois foi abordado o processo de expansão urbana da Capital para Palhoça na década de 1970, diagnosticando que o município passou a ter características de uma urbanização periférica.

<sup>115</sup> Rangel, I (1990:58) – salienta que “a dissolução do complexo rural é condição para o aumento da produtividade, não apenas da mão-de-obra que emigra para fora do meio agrícola, como da que aí fica”.

processo de esvaziamento das áreas interioranas<sup>116</sup> não cessou nas décadas posteriores. Esses fluxos de imigrantes, muitos oriundos dessas antigas colônias também passam a se estabelecer em território palhocense, sobretudo a partir da década de 1970.

Se durante as décadas de 1950 e 60, a Capital exercia forças centrípetas (pólo de atração) para com as populações dos municípios próximos, recebendo no seu perímetro urbano grande contingente de ex-colonos, a partir da década de 1970, e a expansão urbana incorporou áreas dos municípios de São José e seguida espraiou-se pelos municípios de Palhoça e Biguaçu. Muitos desses imigrantes desprovidos de seus meios de produção (geralmente pessoas que viviam da agricultura ou produtos rurais) tiveram que adaptar-se as novas atividades urbanas. Outros, no entanto, vieram para Palhoça exercendo atividades similares a que praticavam e seu município de origem. Como forma de exemplificação, cita-se o caso do proprietário dos Móveis Planejados Moenda, que em entrevista concedida relatou ter trabalhado com seu pai, em Santo Amaro da Imperatriz, como marceneiro e agricultor, vindo para Palhoça no início da década de 1980 para abrir seu próprio negócio, motivado pela expansão urbana<sup>117</sup>.

De acordo com entrevistas,<sup>118</sup> (modelo - anexo 10) com empresários locais, nota-se que a maioria das empresas surgiram após 1970, justamente com o processo de urbanização, são raras as iniciativas anteriores. Pode-se dizer que passam a desencadear a partir desse momento fatores de grande importância, como o aumento da divisão

---

<sup>116</sup> As áreas interioranas se referem os municípios que ficam na micro-região polarizada – 01 – Grande Florianópolis (SDR: 2001), muitos desses municípios vem sofrendo há décadas com o esvaziamento de sua população, principalmente a população mais jovem que migra para as áreas mais urbanizadas da região, abandonando as atividades rurais (censos demográficos IBGE: 1970/80/95/2007). Se até a década 1970 Florianópolis e São José foram os maiores receptores de imigrantes nas últimas décadas Palhoça também passa a ser alvo de intenso fluxo populacional provenientes desses municípios.

<sup>117</sup> Rangel (2005:100) explica que a separação de uma atividade qualquer do complexo rural repercutiu na criação de unidades de novo tipo, especializadas numa mesma atividade ou em algumas correlatas, desintegrando a unidade familiar que existia no complexo rural, para uma produção voltada para a acumulação individual, na existindo mais portando a produção de “caráter combinado” do antigo sistema.

<sup>118</sup> As entrevistas foram realizadas junto aos empresários locais para fins de dissertação de mestrado (Souza, Geraldo A.: 2009). As empresas entrevistadas foram: Móveis Moenda (José Broering), Extrato da Terra (Joel Aterino de Souza), Alussupra (Gustavo Farias), Phanton (Marcio Schaefer), Ventisol (Uruguai), Zincagem Jahan, (Vitor Jahn) Olsen (Cesar Augusto Olsen), Compensados Fernandes, Orion, (Orion Adriano Silveira) Fibranautica (José Antônio da Rosa), Koerich Informática (Andre Luiz Koerich), MS – Vidros (Marlene de Farias), Frigorífico Silva (Adriano Silva), JÁ Construções (Jaime Aleixo de Souza), Supermercados Sul do Rio (Arlindo) entre outros. Consulte o quadro síntese da pesquisa, p. 160 e 161.

social do trabalho, a técnica, a urbanização e por consequência o mercado consumidor. Desse modo, quando se verifica a origem dos empresários do município a grande maioria são imigrantes (vê quadro p. 160), muitos vindos dos municípios circunvizinhos, especialmente de Santo Amaro da Imperatriz, Anitapolis, Águas Mornas, Alfredo Wagner<sup>119</sup>, e mesmo de outras regiões de Santa Catarina. Apenas um pequeno número de empresários, é genuinamente de origem interna.

Ressalta-se o quanto foi importante para o surgimento de um mercado interno, e o aumento da divisão social do trabalho, o processo de urbanização com a fixação nos limites territoriais do município, dos imigrantes. Apesar da maioria desses imigrantes formarem a princípio uma força de trabalho assalariada que iria trabalhar em Florianópolis e São José, alguns viraram comerciantes, pequenos industriais ou construtores<sup>120</sup>, possibilitando o surgimento iniciativas capitalistas de origem local.

Como em Palhoça o processo do aumento da divisão social do trabalho e do mercado interno foi tardio em relação a São José e Florianópolis, o surgimento de uma classe de capitalistas com origem das relações sociais internas também é mais recente. Por isso, quando se analisa as empresas genuinamente de origem local, nota-se que a maioria das iniciativas privadas surgiu nos últimos 30 anos (vê quadro: p. 160). O curto tempo de acumulação no território do município ainda não permitiu que as iniciativas capitalistas locais conseguissem acumular suficientemente para se tornarem grandes empresas<sup>121</sup>.

Pode-se, então, dizer que o capital privado em Palhoça possui como base a migração de antigos produtores rurais, muitos deles de

---

<sup>119</sup> A importância da imigração para Palhoça não se resume ao desenvolvimento do mercado interno, mas também ascensão política. Para se ter uma idéia os dois últimos prefeitos (Paulo Roberto Vidal e Ronério Heiderscheidt) são naturais respectivamente de Santo Amaro da Imperatriz e Alfredo Wagner.

<sup>120</sup> O empresário Antônio Hillesheim, da AM Construções, morador de Palhoça, é exemplo de imigrante de origem rural, nascido no Município de Águas Mornas. De acordo com relatos concedidos pelo empresário aproximadamente a 32 anos abandonou a área rural, passando a trabalhar na construção civil, no início como empregado e posteriormente como construtor.

<sup>121</sup> É importante destacar que algumas empresas locais vêm conseguindo nos últimos anos se desenvolver rapidamente (Olsen, Phaton, Ventosol, Alusupra), tornando-se bastante competitivas nos seus seguimentos, conseguindo um lugar de destaque nos ramos que atuam. O que se observa é que o tempo não é explicação suficiente, pois como se viu algumas empresas vem se desenvolvendo mais rapidamente, outras crescem lentamente e ainda outras estão praticamente estagnadas há anos. Assim, se a diferenciação social está na gênese do capitalismo, também, o desenvolvimento entre os próprios capitalistas são diferenciado, repercutindo nas taxas de crescimento, modernização e mercador consumidor.

origem alemã<sup>122</sup>, que passaram a fixa residência em território local após a década de 1970. Enquanto a maioria torna-se trabalhador urbano, uma minoria se diferencia socialmente e passa a produzir bens industriais em pequena escala, comerciante ou construtor para atender o crescimento desse mercado interno.

Mas, é importante entender que a realidade é muito mais complexa, pois conforme as entrevistas muitos dos atuais empresários possuem origens diversas, não ficando restrito ao complexo rural local ou regional, além do que uma expressiva parcela não é descendentes alemães<sup>123</sup>. Também, cabe registrar que antigos moradores do município, alguns que viviam das lavouras e engenhos outros mais abastados, como os donos da indústria cerâmica, conseguiram fazer a transição para a nova realidade econômica do município.

No caso dos proprietários das indústrias cerâmica, que era a maior força industrial do município até a década de 1980, não resistiu as novas exigências do mercado e o processo de expansão urbana, arruinando-se em dívidas, praticamente desapareceram na década de 1990<sup>124</sup>. Alguns desses antigos proprietários (geralmente um dos seus filhos) conseguiram adequar-se aos novos tempos e passam a participar das novas formas de acumulação, transformando-se em comerciantes (exp: Materiais de Construção Silva) ou se inserindo no processo de expansão urbana, acumulando capital através da especulação urbana (cita-se os loteamentos Pagani e Madri).

É importante registrar que o processo de desenvolvimento de um espaço com base numa estrutura rural para um desenvolvimento capitalista moderno, vem de encontro com a base teórica de Marx, Lênin, Rangel, Mamigonian, em que a dissolução do complexo rural combinado com o aumento da divisão social do trabalho e do mercado

---

<sup>122</sup> Na dissertação de mestrado elaborada por Cruz (2009), a autora nos traz elementos importantes sobre o papel da pequena produção mercantil alemã como formadora de uma elite Burguesa, que teve como origem os municípios vizinhos a Capital catarinense. Para Cruz, os capitalistas nascidos da pequena produção mercantil seriam a verdadeira “via revolucionária”, todos vindos destes municípios. Apesar de encontrar uma expressiva parcela de empresários originários da pequena produção mercantil alemã em Palhoça, não podemos deixar de ressaltar a existência de outras iniciativas que tem como base a pequena produção mercantil de origem açoriana, mista e outros capitalistas de outras regiões de Santa Catarina.

<sup>123</sup> É o caso do proprietário da Olsen que nasceu em Mafra e tem descendência Norueguesa, bem como, a proprietária da MS Vidros, que migrou de São Francisco do Sul e tem descendência portuguesa. Outro exemplo, desta diversidade, é o empresário do Extrato da Terra, que tem origem na área rural local e é descendente de açorianos.

<sup>124</sup> Ver primeiro capítulo, quando foram abordadas as causas da decadência desse ramo industrial no município.

interno, são elementos que tiveram presentes no processo de formação das iniciativas capitalistas em Palhoça.

Em suma, a origem de uma classe de capitalistas em Palhoça, não foi determinada por apenas um fator, mas, por múltiplos fatores, impulsionados, sobretudo por fatores de origem externa (industrialização, urbanização e modernização do Estado) que repercutiram tardiamente no espaço local. Portanto, sua realidade concreta, é a combinação de fatores externos que tiveram desmembramentos específicos internamente, das quais em síntese pode-se destacar: a destruição do complexo rural (pequena produção mercantil), a migração, a expansão urbana, o aumento do mercado interno. A combinação desses fatores está na base do desenvolvimento de uma classe de capitalistas de origem local, que nas últimas décadas tornaram-se a principal força econômica e política do município, determinando mudanças na estrutura sócio-espacial.

## 4.2 CAPITAL REGIONAL E NACIONAL E A RECENTE EXPANSÃO PARA O MUNICÍPIO DE PALHOÇA

### 4.2.1 A expansão dos investimentos empresariais da região metropolitana de Florianópolis para o município de Palhoça

Além do desenvolvimento de uma classe de capitalistas de origem interna ao território municipal, também se constata a expansão nestes últimos anos de um capital privado originário dos municípios circunvizinhos, sobretudo de São José, Florianópolis e Santo Amaro da Imperatriz. Esta expansão do capital privado regional para o município é ainda mais recente do que o capital interno, apesar de sua origem se remeter a uma formação anterior ao capital privado local. A origem de muitos desses capitalistas possuem na sua formação as mesmas características que possibilitaram a origem do capital local, pois como já mencionamos, os municípios que compunham a região da Capital têm como base a pequena produção mercantil.

Entretanto é preciso entender primeiramente que esses capitalistas de origem regional também se diferenciam no processo de formação. Existem aqueles que podemos classificar como mais antigos surgidos nas décadas de 1950 e 60 e outros de origem mais recente (1980/90). Os mais antigos são originários da dissolução do “complexo



rural” que envolvia a pequena produção mercantil, forçando muitos desses antigos proprietários e intermediários, a migrar para o núcleo urbano da Capital e São José, tornando-se alguns em comerciantes, atacadistas, construtores, ou pequenos industriais. Como as áreas mais distantes deste núcleo não forneciam naquele momento as combinações necessárias para a acumulação capitalista, principalmente por não conter um mercado interno consistente muito dos capitalistas surgidos neste período acabam se concentrando próximo ao núcleo mais urbanizado.

Na medida em que processo de expansão urbana continua e ultrapassa os limites de São José, atingindo o município de Palhoça o mercado local paulatinamente também se desenvolve. Os capitalistas que vinham num processo de acumulação a décadas vêm neste processo de urbanização a possibilidade de expandir seus investimentos em Palhoça, ratificando a importância do aumento do mercado interno (tanto como consumidor e mão-de-obra) para o desenvolvimento das forças capitalistas. As primeiras empresas a se expandir para esse novo mercado foi o comércio varejista, cita-se as Lojas Koerich e os supermercados Imperatriz e o setor industrial mais particularmente a indústria moveleira, com destaque para a instalação de um parque industrial da Formaplas em 1981.

Com o aprofundamento da divisão social do trabalho, e o aumento significativo do mercado interno, principalmente com o aumento de uma classe média, novos investimentos vêm sendo realizados pelo capital regional, agora não só o comércio se expande e se diversifica como também, os capitalistas de São José e Florianópolis, estão investindo nos demais setores da economia<sup>125</sup>.

Entre os capitalistas dos municípios da região metropolitana da Capital, que estão expandindo seus investimentos para o território palhocense, merece destaque aqueles oriundos de São José (Cf. quadro p. 160 ). Cita-se como forma de exemplo desse fenômeno a indústria de ar condicionado Komeco, que se instalou as margens da BR-101. De acordo com o presidente da empresa, Denisson Moura de Freitas, “o objetivo é descentralizar a produção, hoje concentrada em São José”. A nova fábrica tem a capacidade de produzir três vezes mais que a antiga unidade instalada no município vizinho<sup>126</sup>.

---

<sup>125</sup> Entre estes setores destaca-se a expansão dos capitalistas da construção civil (JA, AM, Cassol, koerich, etc) a indústria de transformação (Phanton, Komeco) e forte expansão do setor de serviços e comércio (centro de distribuição da Orion e MS Vidros, Casa dos pára-brisas).

<sup>126</sup> CF, Jornal Diário Catarinense (11/009) e também, vinculado no site [www.amanha.com.br/noticia](http://www.amanha.com.br/noticia).

Se no caso da empresa Komeco é resultado da expansão dos investimentos do setor produtivo de São José para a Palhoça, em outras situações isso não ocorre. Muitos desses capitalistas em expansão tiveram sua gênese em São José e Florianópolis nas décadas 1950/60 e que agora vê em Palhoça nova oportunidade de acumulação o que não ocorria no passado. Esta nova realidade das forças sociais e econômicas passou a atrair também uma nova geração de capitalistas, formados nos municípios próximos. Estes capitalistas não só estão utilizando o território de Palhoça para expandir seus investimentos como em muitos casos passaram a investir diretamente no município (empresa matriz), não caracterizando uma expansão, como ocorrerá com as empresas mais antigas.

Muitos desses novos capitalistas moram em outros municípios, mas possuem suas empresas em Palhoça, citam-se como exemplos: Marcio Schefer (Florianópolis), proprietário da indústria Phanton; Arlindo, proprietário do Supermercado Sul do Rio (Santo Amaro da Imperatriz); a empresária Marlene de Farias da MS vidros (São José); inúmeros estabelecimentos comerciais e de serviços<sup>127</sup>. Estes capitalistas ao investirem em território de Palhoça encontraram uma base de capitalistas locais que mesmo em menor grau de desenvolvimento foram importantes, pois já estava em curso no município um aumento significativo do mercado interno, farta mão-de-obra e mercador consumidor em franca expansão.

O importante é destacar que os investimentos dos capitalistas vizinhos para o município de Palhoça vêm consolidando na região a formação de um mercado bastante diversificado e integrado, tornando cada vez mais relevante o papel do município de Palhoça no processo de formação de uma região metropolitana. Assim, as empresas que passam a se instalar no município criam relações mais estreitas entre estas cidades, agora não apenas como uma fornecedora de mão-de-obra barata, mais também com um lugar que passa a combinar internamente elementos sociais e econômicos que lhes dão novas funcionalidades.

---

<sup>127</sup> Cita-se o exemplo da prestadora de serviço de climatização Protérmica de São José (presta serviços em Santa Catarina e Estados do Centro-Sul), que agora se transferiu para o Centro Empresarial Pedra Branca em Palhoça. Vê reportagem vinculada no Jornal Notícias do Dia, quinta feira de outubro de 2009.

#### **4.2.2 A recente presença de investimentos empresariais nacionais em Palhoça**

O capital privado nacional é, sem dúvida, outro importante fator que diferencia o momento atual de Palhoça, em relação a períodos anteriores. A presença nos últimos anos do capital de origem nacional, especialmente do Centro-Sul trouxe um novo dinamismo à estrutura sócio-econômica local.

Esta expansão do capital nacional para a região e particularmente para o território de Palhoça possui causas que estão em sintonia com o desenvolvimento das forças capitalistas nacionais e a atual conjuntura política econômica do país. Entre as principais causas, destacar-se-á a desconcentração econômica do centro-sul do Brasil, o aumento da participação das empresas capitalistas nos mais diversos setores da economia nacional, em parte em virtude do enfraquecimento do estado nacional, a guerra fiscal, a facilidade de comunicação promovida pelas técnicas de transportes e informação. Combinando com esses fatores temos internamente uma nova realidade no município e região com a formação de uma área cada vez mais moderna e urbanizada, envolvendo uma rede de cidades com bons índices de desenvolvimento social. Estas combinações de ordem social e econômica vêm desencadeando uma estrutura que cria elementos favoráveis aos capitalistas que estão a procura de novas áreas de acumulação.

Nos capítulos anteriores destacou-se a importância após década de 1970 da desconcentração industrial de São Paulo, especialmente para o Sul do país, com sugere Santos (2000). É preciso ressaltar que esta desconcentração, num primeiro momento, não teve quase repercussão no deslocamento de empresas para a região da Capital, muito menos para o município de Palhoça. Pode-se dizer que até a década de 1990, o município não recebeu investimentos de ordem privada de capitalistas de origem nacional, ficando restrito ao desenvolvimento do capital local.

É importante ratificar que, naquele momento, o município não reunia as condições necessárias, para receber os investimentos da expansão do capitalismo nacional. Além do mais essa desconcentração, que os atores enfatizam, se refere ao capitalismo industrial, com destaque para a indústria com alto grau de especialização de mão-de-obra e tecnologia (como por exemplo, as montadoras). Como a região de Florianópolis não possuía características econômicas com esse perfil não atraiu nesse período as indústrias, que estavam em processo de desconcentração ou expansão.

No processo atual nota-se que as empresas que vem para Palhoça, são atraídas pelas novas combinações sócio-econômicas que o município passou a ter. Entretanto, deve-se ressaltar que tais empresas, não possuem as características da desconcentração industrial de décadas anteriores. São empresas de diversos setores da economia, com destaque para o comércio atacadista, prestadoras de serviços, construtoras e indústrias.

Pesquisando algumas empresas de origem nacional que investiram em Palhoça nestes últimos anos (Ambeve, Renner, Midea, Milian, Acequem, Rodobens, Melo, Havam, etc.), todas quando entrevistadas sobre as causas de sua presença para o município, foram enfáticos em destacar: a localização privilegiada do município na região e estratégico para os estados do Sul; a região e o município possuem um alto grau de desenvolvimento sócio-econômico; o preço da terra e os incentivos fiscais.

Se internamente as empresas estão sendo atraídas pelas condições acima expostas, por outro lado, também, destaca-se que estas empresas só vieram para cá porque existiam fatores econômicos, sociais e tecnológicos em nível de formação sócio-espacial nacional que estão possibilitando a expansão e acumulação desse capital fora de suas áreas de origem.

Um dos fatores responsáveis pela a expansão das empresas para o município seria segundo Almeida (2000: 391) “a tendência à difusão de modernizações” em toda a região concentrada, abrangendo o Sul do Brasil e outras regiões próximas ao Sudeste. Nestes estados a difusão das tecnologias, especialmente da informação e ciência tende segundo a autora a se diluir de maneira contígua, levando um aprofundamento da divisão territorial do trabalho nesta região, que por conseqüência contribui para aumentar os fluxos de relações econômicas e sociais entre as cidades envolvidas, tornando muito mais complexa a rede urbana<sup>128</sup>.

Se não cabe determinar diretamente a desconcentração industrial como o fator decisivo para a atual conjuntura econômica e social de Palhoça, por sua vez, ressalta-se que concomitante a esta expansão passou a existir nas últimas décadas do século XX uma modernização dos setores de serviços e do comércio brasileiro, levando muitas empresas que estavam localizadas em áreas com maior nível de

---

<sup>128</sup> Para CORRÊA (Rede Urbana, 1984:62), considera a divisão territorial do trabalho com seus fluxos e fixos são pressupostos da rede urbana. Este conjunto de centros, formado por uma rede de cidades, segundo autor “reforça e reflete as características sócio-econômicas do território, é uma dimensão sócio-espacial da sociedade; uma forma espacial através da qual as funções urbanas se realizam.”

urbanização (Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro) a expandir para cidades que passavam por um processo de urbanização e modernização.

O papel da modernização sugerida por Santos (2000) vale para todos os setores econômicos, com destaque para o setor de serviços. Neste contexto nota-se que o território de Palhoça passou nesta última década a ser afetado por esse processo de difusão da modernização, estando cada vez mais conectado com os circuitos regionais e nacionais de produção<sup>129</sup>. Esta nova fase, que inclui paralelamente um processo de urbanização e modernização atraiu para o município as empresas de origem externa.

#### **4.2.3 A importância da atual conjuntura econômica nacional para o desenvolvimento local**

Se a modernização dos transportes e comunicações vem facilitando a dispersão do capital produtivo dos grandes centros para cidades de menor porte, também, entende-se que o aumento de investimento do capital produtivo no município de Palhoça se dá concomitantemente ao crescimento da economia nacional constatado neste início de século.

Ratificando o exposto no capítulo dois as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por acentuadas crises econômicas com políticas com tendências neoliberais exercidas nos governos Collor e FHC<sup>130</sup>. Estas políticas neoliberais fizeram com que o estado deixasse de atuar mais efetivamente na economia nacional, enfraquecendo seu poder frente ao capital privado.

Se nas décadas de 1970 e 1980 a desconcentração industrial era

---

<sup>129</sup> Cabe aqui registrar como um dos fatores dessa difusão da modernização principalmente o de serviços em Palhoça foi nesta última década a expansão dos serviços prestados pelos bancos. Nos últimos anos diversos bancos passaram a operar em Palhoça, como por exemplo, destaca o Banco Itaú que em apenas quatro anos já inaugurou duas agências bancárias (centro e Ponte de Imarum),

<sup>130</sup> A respeito ver Geografia Econômica – Anais de geografia Econômica e Social transformações Regionais no Brasil (edição Piloto), Florianópolis, abril de 2009. No artigo intitulado “Sudeste: o core econômico em questão de Mourão, Paulo Fernando Cirino (2009:130), destaca como a opção neoliberal do governo na década de 1990 vai aprofundar a crise na indústria brasileira”. Esta reforma levaria à desintegração do projeto nacional, “o governo abandona o papel de coordenação, deixando as empresas privadas autônomas em suas políticas territoriais”.

articulada e organizada pelo estado nacional, a partir da década de 1990, o processo de desconcentração passa a ser coordenada livremente pelas iniciativas privadas. No entanto, a economia brasileira vivia um período de constantes crises, assim os investimentos empresariais em novas unidades davam-se num ritmo lento. Apesar da adversidade econômica, muitas empresas conseguem se expandir pelo território nacional, especialmente o setor de serviços<sup>131</sup>.

Se a década de 1990 foi marcada pelo enfraquecimento do Estado brasileiro na gestão de projetos econômicos nacionais, nos últimos anos, mais particularmente no segundo mandato do Governo Lula, o estado volta a estabelecer projetos de cunha mais nacionalistas, mesmo de forma acanhada passa a incentivar a produção e o fortalecimento das empresas nacionais. A favor desse argumento toma-se com fato concreto a evolução de concessão de crédito nestes últimos anos tanto para as empresas (pessoas jurídicas) como para as pessoas físicas (cf. Tabela 20).

**Tabela 20** - Concessões de crédito ao setor privado por origem de Cap. em R\$ bilhões

<b>Origem do capital</b>	<b>Banco público</b>	<b>Banco privado Nacional</b>	<b>Banco privado internacional</b>	<b>Total do crédito</b>
2003	154	160	90	404
2004	176	195	109	480
2005	207	244	136	587
2006	254	299	161	714
2007	304	407	206	917
2008	422	522	257	1.201
% de crescimento 2003-08	174,0	226,0	185,5	197,2

Fonte: elaborado com base nos dados do Bacen.

<sup>131</sup>Silva, Marcos, em seu artigo Dualidades rangelianas e expansão territorial (lista) na construção nacional brasileira (2009:241) – Anais de Geografia Econômica. Segundo autor com base na teoria Rangeliana, da conta de que o estado brasileiro a partir da década de 1980 passa dar concessões de serviços públicos as iniciativas privadas.

A tabela acima nos dá mostras de como vem se desenvolvendo o poder de crédito no sistema bancário brasileiro nestes últimos anos. Esta expansão do mercado de crédito ao setor privado constitui entre outros fatores o fortalecimento do setor produtivo do país, possibilitando que muitas empresas possam aumentar seus investimentos em novas unidades, comerciais, industriais ou de serviços, muitas vezes, investindo em cidades distantes de sua origem.

O aumento do crédito ao setor privado também nos dá conta que o estado nacional passou a deter maior poder de decisão frente às questões econômicas, fato este verificado nas taxas de crescimento das operações de crédito entre bancos públicos e privados. Para ser ter uma idéia em 2004 os bancos públicos participavam com 15% das operações de crédito em contrapartida os bancos privados nacionais com 22% das operações. Em 2008 diante da crise financeira internacional essa situação foi revertida e os bancos públicos passaram a deter 40% das operações de crédito contra 27% dos bancos privados. Segundo Banco Central em 2010, os bancos públicos passaram a corresponder por 51% do crédito disponível no país, demonstrando a forte presença do estado nos rumos econômicos do Brasil.

Esta nova realidade para alguns autores se caracterizou com um rompimento da tendência privatista e da apatia do estado frente ao destino da economia nacional<sup>132</sup>. A favor desse pensamento também está o aumento dos investimentos estatais, principalmente em infraestrutura<sup>133</sup> (antes mesmo do PAC), e das concessões diretas de crédito para as empresas, via BNDES<sup>134</sup>. Este aumento de concessões de crédito

---

<sup>132</sup> De acordo com Barone (2008) o primeiro mandato do Presidente Lula (2003-06) representou uma ruptura com o modelo político vigente no país dos últimos anos. As causas para essa ruptura seria porque o crédito passou a ser entendido como conceito de micro finanças, principalmente com a bancarização das camadas mais baixas socialmente; concessão de crédito indistintamente para o consumo ou produção; papel fundamental dos bancos estatais neste processo; lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, estimulando a bancarização da população pobre, com a obrigatoriedade de direcionamento de 2% dos depósitos á vista , recolhidos compulsoriamente ao Banco Central ao microcrédito; lei nº 11.110, de 25 abril de 2005 que permite às instituições de microcrédito usar as linhas de crédito do Funproger para crédito produtivo orientado. Maiores informações consultar o site [www.scielo.br/scielo.php?ped=50034](http://www.scielo.br/scielo.php?ped=50034).

<sup>133</sup> O desembolso do BNDES (R\$ bilhões) em infra-estrutura já apresentava um significativo aumento no primeiro mandato do governo Lula. Em 2002 no mandato do Governo FHC o investimento foi na ordem de 6,8 bilhões enquanto em 2004 (Lula) este índice atingia 13,4 bilhões e em 2004 saltou para 16,0 bilhões. Estes e outros dados referente a participação do BNDES na concessão de crédito para infra-estrutura e outros setores consultar o site [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br) - “desembolsos do BNDES (R\$ bilhões).”

<sup>134</sup> Entre 2001 e 2005, os desembolsos do BNDES cresceram em termos reais 7,1% ao ano, em média. No setor de infra-estrutura, esse crescimento foi de 12,6%. Vale lembrar que em 2005 o

não se restringiu as empresas, mais também as pessoas físicas, com destaque os empréstimos consignados.

**Tabela 21 - Modalidade de Operações de Crédito entre 2000-2009**

<b>Modalidade</b>	<b>Dez. 2000</b>	<b>Dez. 2004</b>	<b>Dez. 2008</b>	<b>Jun. 2009</b>	<b>Participação %</b>
<b>Total de recursos livres</b>	308, 446	465, 812	1.067,692	1.278,256	100,0
<b>Pessoas físicas</b>	51, 336	113, 272	361, 110	434, 202	34,0
<b>Pessoas Jurídicas</b>	102, 622	158, 119	402, 641	463, 528	36,3

Fonte: dados obtidos junto à FEBRABAN e BACEN.

Constata-se que a evolução das concessões de crédito não vem se restringindo a um segmento, mas a todos os setores da sociedade<sup>135</sup>. Está relação entre linhas de financiamento para as empresas e pessoas físicas, concomitantemente a melhora no poder comprar por parte dos brasileiros, produziu um aumento na produção industrial, do comércio e dos serviços, constatados na elevação da relação crédito/PIB nos últimos anos. O aumento dessa relação torna-se mais expressivo quando se constata que o percentual de crédito é sobre um PIB total muito superior a anos anteriores.

BNDES já representava 18,9% do crédito total do país. Maiores informações consultar o site [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br).

<sup>135</sup> O aumento do poder de compra das classes menos favorecidas foi determinada por algumas ações de políticas públicas, como o aumento progressivo da Bolsa Família, o aumento relativo do salário mínimo e o aumento significativo da geração de emprego. Aliado a esses fatores sociais, o Estado nacional expandiu a linhas de crédito e prazo de financiamentos para o consumo.



**Tabela 22 - Evolução do PIB total e relação crédito/PIB no Brasil - 2000-2009**

<b>Ano base</b>	<b>PIB total</b>	<b>PIB per capita</b>	<b>% Crédito/PIB</b>	<b>Total crédito em R\$</b>
<b>2000</b>	1.101,255	6.929,56	29,0	319.363
<b>2002</b>	1.346,028	7.630,00	27,8	374.188
<b>2004</b>	1.800,345	9.743,00	23,6	424.800
<b>2006</b>	2.322,800	12.437,00	28,1	652.482
<b>2008</b>	2.900,000	15.240,00	34,2	991.800
<b>2009</b>	3.143,000	16.414,00	43,7	1.373,491

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Central e IBGE.

Como se pode notar desde 2004 o volume de crédito em relação ao PIB vem apresentando crescimento de forma continuada, passando de 23,6 % em janeiro daquele ano, para 43,7 % em junho de 2009 (BNDES: 41-60), conseqüentemente a renda per capita subiu 120,0% entre 2000 a 2008. De acordo com o Banco Central (2009), até 2007 o maior volume de crédito era para as pessoas físicas (empréstimos consignados), mas a partir de 2008 o crédito as empresas (indústria, comércio, serviços e outros) apresentou uma taxa de crescimento superior á do crédito ás famílias<sup>136</sup>.

Se o crédito ficou nos últimos anos mais acessível às empresas e ao consumo outros fatores sociais também tiveram participação para a melhora da economia nacional. Um dos fatores sociais, baseados nos dados obtidos junto ao IBGE, foi a melhora (ainda insuficiente) da geração de empregos. De acordo com o BNDES (2008) entre 1995 a 2001 a geração de empregos formais foi de 2.462.75, em contrapartida somente em quatro anos (2004-007) foram registrados mais de 5 milhões de novos empregos no mercado formal.

Também cabe registrar o aumento de poder de compra do salário mínimo, nos últimos anos, em comparação a década de 1990. Enquanto entre 1995 e 2002 o crescimento médio real do mínimo foi de 4,7% ao ano (1º e 2º mandato de FHC), entre 2003 e 2009 o crescimento médio real do mínimo foi de 5,9%. Assim, o salário mínimo compra hoje quase duas cestas básicas, o que permite á população de baixa renda adquirir

<sup>136</sup> Ver (anexo 11), reportagem: “financiamentos. Caixa investirá R\$ 38 milhões em empreendimentos na Capital, Palhoça e Içara” (Noticias Do Dia, 8/12/009).

um número de produtos além dos destinados á alimentação (Valor Econômico: jun. 2009)<sup>137</sup>.

O que precisa ficar claro é que não se pode explicar o desenvolvimento atual em Palhoça somente pelas combinações locais, mas entender que o todo (no caso a formação sócio-espacial do Brasil) está presente nestas combinações. Portanto, a combinação local e suas relações com a conjuntura política e econômica nacional vêm favorecendo o desenvolvimento econômico e social do município de Palhoça. Desta forma, tanto as empresas de gênese local como nacional, estão sendo favorecidas por essa nova conjuntura brasileira<sup>138</sup>.

Diante desses fatores, sociais e econômicos supracitados, entende-se que as empresas dos mais diversos setores estão sendo incentivadas a se expandir ou descentralizar sua produção. Neste contexto os agentes econômicos vão expandir seus investimentos as cidades que no atual momento reúnem as melhores condições (técnica, econômica, política e social) para efetivar seus negócios. Neste caso, o município de Palhoça e região, passou a atrair esses capitalistas, sedentos por novos investimentos e lucro rápido.

Pode-se concluir que a presença das empresas de capital nacional em Palhoça tem como causa os desdobramentos provocados pela a difusão da ciência e tecnologia informacional. Mas essa modernização só pode ter resultados mais profícuos a partir da nova conjuntura política e econômica nos últimos anos (governo Lula), promovidas pelo Estado nacional, com melhora nos níveis sócio-econômicos do país.

Enfim, as técnicas são importantes instrumentos para o desenvolvimento e expansão do capital, todavia constata-se que ela sozinha não consegue acelerar o processo de crescimento econômico, faz necessário a presença de políticas econômicas e sociais que provoquem melhorias no nível de emprego e renda da população. Estes

---

<sup>137</sup> Vale registrar que apesar do aumento de poder compra do salário mínimo, o valor deste salário ainda está muito longe (três vezes menor) segundo o Dieese (2009) do que deveria ser para suprir as necessidades básicas de uma família com quatro pessoas.

<sup>138</sup> Não podemos esquecer-nos dos estudos de Rangel sobre os ciclos endógenos da economia brasileira (ciclos de Juglar de 7 a 11 anos), que influenciaria internamente a conjuntura econômica do país. De acordo com os estes ciclos internos, os primeiros anos de cada década não são favoráveis ao crescimento econômico do país (fase descendente), enquanto na segunda metade deste ciclo (segundo lustro) corresponderia a fase ascendente, favorecendo a expansão do mercado interno. Analisando a conjuntura atual (conforme dados citados) houve melhora significativa dos índices econômicos a partir da segunda metade desta década. Mas, também, é importante ressaltar que o referido autor salientou que o governo deve estar atento aos ciclos econômicos, fazendo as mudanças necessárias, para que o desenvolvimento ocorra, pois dependendo das políticas econômicas e sociais do Estado (leis, investimentos) podem favorecer ou retardar o desenvolvimento do país.

fatores de ordem técnica e social, combinadas com a realidade interna de Palhoça, vêm atraindo para seu território as empresas de capital nacional.

#### 4.3 AS DUAS VERTENTES EMPRESARIAIS: SUAS DIFERENÇAS EM RELAÇÃO ÀS ESTRATÉGIAS DE MERCADO E POLÍTICA ECONÔMICA LOCAL

Palhoça é um município que vem se desenvolvendo em duas vertentes: o crescimento interno do seu mercado consumidor e das empresas locais, e por outro lado, uma porta de entrada para as estratégias dos capitais externos, caracterizando a segunda vertente desse processo. Apesar das duas vertentes serem as responsáveis pela nova dinâmica na economia municipal, essas duas forças possui diferenças em relação as suas estratégias de mercado e política econômica local.

De acordo com as entrevistas sintetizadas no quadro um (p. 160), pode classificar as empresas instaladas no município conforme sua capacidade de escala de mercado. As empresas pesquisadas incluem-se em três níveis de mercado: as que atuam apenas no mercado local e municípios vizinhos; aquelas que atuam no mercado estadual e nacional e por último temos as empresas que atuam nos mercados já mencionados e também no mercado internacional, caracterizando o conceito de “território usado” utilizado por Santos (2006: 290).<sup>139</sup>

As empresas que atuam no mercado local (incluindo os municípios da região) são na sua totalidade empresas que tiveram com gênese a formação de capitalistas locais, geralmente de pequeno ou médio porte. Entre essas empresas destaca-se no município o ramo

---

<sup>139</sup> Cf. Santos & Silveira (2006: 291) as empresas podem estabelecer uma divisão do trabalho de acordo com as lógicas escalares, desde a local até a global, passando pela nacional, ou seja, algumas operam e ocupam o território a partir de lógicas globais, outras segundo lógicas nacionais, enquanto outras empresas operam num “circuito inferior da economia, são limitadas a áreas menores, freqüentemente intra-urbanas”.

moveleiro, principalmente o seguimento de móveis sob medida<sup>140</sup>. Este tipo de indústria é responsável por gerar mais de 3000 empregos diretos (SEBRAE, 2007), mas sua atuação no mercado é bastante restrito, geralmente não ultrapassando a região da Capital. Também se destaca, entre as empresas que atuam em mercado local, a indústria metalúrgica, as gráficas e a indústria de pré-moldados, como também o setor de serviços e comércio<sup>141</sup>.

De acordo com o levantamento feito junto as diversas empresas e diferentes ramos constatou-se que todas as empresas que atuam somente no mercado local ou da região Capital, tem com gênese a formação capitalista local. Mas, como veremos adiante, nem todas as empresas de capital local se limitam ao mercado consumidor local, ou seja, existem algumas empresas que já estão atuando a nível nacional e internacional.

Entre o grupo de empresas pesquisadas que atuam no mercado estadual e nacional, constatou-se que existe tanta a presença de empresas de capital local como externo. Entre as empresas de capital endógeno que atuam em nível de escala nacional temos como exemplos as seguintes empresas pesquisadas: Extrato da Terra no ramo de perfumaria e cosméticos, Quinsar (química fina Ltda), Automatiza (In. e Com. de equipamentos eletroeletrônicos, Transgerasul (geradores elétricos e dínamos); as empresas que atuam em escala estadual têm-se, como exemplos, a Faiberplas (ind. De fibra de vidros), Água mineral Santa Catarina, Comércio de Carnes Silva, Frangos Morgana, Alusupra (distribuidora de alumínio), zincagem Jahn e Incorpel (In. De embalagens). Já as empresas pesquisadas de capital externo que usam o território local para fornecer seus produtos ou serviços para o mercado nacional, temos como forma exemplificação: a Melo (distribuidora de pedras), Millian (In. Farmacêutica) Midea do Brasil (distribuidora de ar-condicionado), além do Centro de Distribuição da Renner que atua no mercado de Santa Catarina e Paraná.

---

<sup>140</sup> Rosa, Eliane Da. Arranjos Produtivos locais: o caso da indústria moveleira de Palhoça (SC) - monografia em ciências econômicas, UFSC, 2007. Entre outras informações sobre a indústria moveleira em Palhoça a autora destaca que este ramo industrial é bastante jovem (década de 1990) tendo um mercado bastante limitado, atuando somente no município ou região da Capital. Outra característica dessa indústria é o grande número de empresas (700 empresas de acordo com pesquisa do SEBRAE em 2007), todas consideradas micro-empresas conforme classificação do SEBRAE.

<sup>141</sup> A maioria do comércio que tiveram gênese nos municípios próximos a Capital possui escala de mercado restrito a região, geralmente considerados de pequeno porte, com exceção temos o Supermercado Imperatriz, Lojas Koerich, Cassol, Casas da água, que se expandiram para outras regiões do estado, para maiores informações consultar Bastos, J. M. Comércio de múltiplas filiais em Florianópolis-SC, 1997.

No que tange as empresas pesquisadas que usam o espaço do município para produzir para todas as escalas de mercado (local ao internacional) selecionamos na pesquisa a Indústria Olsen (especializada em móveis odontológicos), a indústria Phanton (náutica), a Ventisol (indústria de Ventiladores) e a Komeco (ar condicionados), todas com origem no capital local/regional (ver quadro p. 160).

Até esse momento constata-se que a maioria das empresas de capital externo, que estão desembarcando no município não está utilizando o seu território para produzir para exportação, limitando-se sua escala ao mercado nacional, especialmente para o mercado da região Centro-Sul. Portanto, são as empresas locais que paulatinamente vem se desenvolvendo e conseguindo colocar seus produtos no mercado internacional<sup>142</sup>.

Ressalta-se que a maioria das empresas que estão atuando no município atua num mercado bastante restrito, somente nos últimos anos constata-se que algumas dessas empresas passaram a direcionar sua produção para outros mercados.

De acordo com os fatos assinalados consta-se que existe um leque de empresas, localizadas no município, que estão atuando tanto no mercado local/regional como nos demais mercados. Nota-se que não são apenas as empresas de capital externo que possuem mercados mais amplos, mais também empresas menores, muitas com origem no município ou região.

Constata-se, na atual fase, uma tendência de crescimento e expansão de mercado comandado por empresas de capital local/regional. Mesmo as empresas com pequeno nível de produção e reduzido número de funcionários conseguem chegar a mercados mais distantes<sup>143</sup>.

É evidente que ainda é pequena a participação das empresas, principalmente as de iniciativas locais de conseguirem atuar em escala nacional e internacional. Mas, é preciso levar em conta que essas empresas estão num processo muito recente de inserção no mercado capitalista, não possuindo estrutura suficiente para competir com

---

<sup>142</sup>CF, entrevista, a indústria Olsen é pioneira no processo de internacionalização do mercado das mercadorias produzidas em território de Palhoça. A Indústria, que atualmente, conta com cerca de 170 funcionários e exporta para mais de 100 países. A indústria Phanton gera cerca de 650 empregos diretos e mais de mil indiretos, produzindo mensalmente 40 unidades.

<sup>143</sup> De acordo com entrevista cedida pelo proprietário (Joel Aterino de Souza) da Extrato da Terra, a sua empresa teve início na cozinha da sua mãe, atualmente possui instalação própria no Bairro Aririu, empregando 51 funcionários diretos. Nos últimos anos consegui expandir seu mercado para todo o território nacional, além de abrir lojas exclusivas (franquias) com seus produtos.

empresas de grande porte, portanto, penetrando cautelosamente em mercados mais amplos<sup>144</sup>.

Muitas empresas de capital externo (cita-se Ambev, Renner, Mello, Midea, etc.) estão se instalando em território do município não para atender especificamente o mercado de Palhoça, mas, sobretudo para abastecer o mercado da região metropolitana da Capital. Por outro lado, servir de apoio logístico, para o mercado do Centro-Sul, especialmente São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Por sua vez, as empresas de origem local têm seus interesses voltados primeiramente ao mercado interno, com perspectivas de expansão para o mercado nacional e eventualmente o mercado internacional.

A respeito da tendência de expansão dos mercados por parte das empresas locais combinado com a presença atual de empresas de capital externo (que atuam em diversas escalas de mercado) passam a colocar o município em contato mais direto com as forças econômicas e políticas nacionais e internacionais. Esta tendência vem refletindo no comércio exterior (import./expor) do município nestes últimos anos, conforme dados constatados na tabela 23.

**Tabela 23 – Evolução do comércio exterior – importação/exportação entre 2003/009**

Municípios	2003	2006	2009	Crescimento 2003/009
Palhoça	3.662,996	115.266,977	172.039,368	4 697%
Biguaçu	6.062,365	12.479,726	8.672,519	43 %
Florianópolis	38.552,102	306.932,400	501.458,186	1 300%
São José	55.283,588	141.525,347	330.965,317	598%
T. da Região	97.498,692	576.204,450	1.013.135,390	1 039%

Fonte: M. do desenvolvimento, indústria e comércio exterior / SECEX, 2010.

Apesar da pouca expressividade esta nova realidade conecta o município cada vez mais com a economia/mundo, basta lembrar a

<sup>144</sup> Como forma de exemplificação cita-se o caso da Extrato da Terra, Phanton e Olsen (entrevista cedida por seus proprietários) empresas que atuam no mercado nacional e internacional a pouco tempo. Segundo seus proprietários em virtude da falta de tradição no mercado internacional, falta de logística e infra-estrutura da empresa para competir no mercado internacional.

presença das primeiras iniciativas empresariais de capital internacional (Mídea, Ice-Queen,) e acordos firmados com grupo asiático (chineses) para a implantação de uma fábrica de vidros e instalação de um pólo náutico.

É necessário que administração pública, tenha uma visão crítica em relação às estratégias das empresas, especialmente aquelas de capital externo. Estes capitais geralmente vêm com discurso atraente (geração de empregos, renda, modernidade, etc.), como se fossem a salvação econômica e social para o município. O poder público reforça este discurso (como se fossem verdades absolutas) e viabiliza a implantação dessas novas empresas, modificando a estrutura urbana da cidade (ver capítulo três) sem a prévia participação da comunidade,<sup>145</sup> não levando em conta os riscos que a falta de um planejamento adequado, a realidade social local, pode causar a médio e longo prazo.

Mesmo que na última década Palhoça tenha recebido ações dos agentes econômicos, dando-lhe uma atmosfera de cidade dinâmica e moderna, não podemos esquecer que estes novos agentes, são investidores capitalistas que estão se apropriando de um território que está lhes oferecendo novas possibilidades de acumulação<sup>146</sup>.

Conclui-se que o capital local e externo possui diferenças não só na sua origem e escala de mercado, mas também, nos seus interesses a nível utilização do território. Portanto, a formação econômica do município desenvolve as mais modestas iniciativas empresariais, atendendo um mercado mais restrito, até capitalistas que atuam nas mais diversas escalas de mercado, todos estão atuando numa base concreta que é o espaço local.

---

<sup>145</sup> CF, Jornal Palhocense (Nº 207 – 19/11/009, a população praticamente não participa das decisões de investimentos, “geralmente os vereadores solicitam a pavimentação de ruas em alguns bairros. O novo orçamento do município aprovado pela câmara de vereadores para 2010 prevê mais de R\$ 230 milhões, no entanto, apenas “modestas emendas dos vereadores são atendidas”.

<sup>146</sup> Apesar do desenvolvimento urbano e econômico de Palhoça nestes últimos anos, o município perante a Florianópolis e São José possui características de um território periférico (no capítulo três ficou constatado que apesar da expansão de setores econômicos para o município, as atividades com maior qualificação ainda sem mais concentradas na Capital). CF, Corrêa (1986: 73), “a periferia tem sido objeto de práticas territoriais das classes dominantes”. O autor considera estes lugares como um processo de acumulação de capital, sejam elas de “através de incorporação e produção imobiliária, seja através da extração de uma renda fundiária, seja através da utilização de terrenos baratos para a implantação industrial e de serviços diversos”.

<b>Empresa</b>	<b>Sector</b>	<b>Ramo</b>	<b>Origem do capital</b>	<b>Origem dos Capitalistas</b>	<b>Escala de Mercado</b>	<b>Tempo no município</b>
Phanton*	Indústria	Náutica	Florianópolis	Florianópolis	Internacional	20 anos
Ventiso!*	Indústria	Eletrônico	Palhoça	Uruguaí	Internacional	20 anos
Automatiza*	Indústria	Química	São José	São José	Nacional	18 anos
Olsen*	Indústria	Odontológico	Palhoça	Mafra	Internacional	32 anos
Moenda*	Indústria	Móveis	Palhoça	Santo Amaro	Região	22 anos
Extrato terra*	Ind/com.	Cosmético	Palhoça	Palhoça	Nacional	20 anos
Frigorífico	Indústria	Alimentícia	Palhoça	Palhoça	Estadual	22 anos
Silva*						
MS - Vidros*	Serviço	Vidros	São José	São F. do Sul	Estadual	19 anos
Jahn*	Serviço	Zincagem	Palhoça	Alfredo Wag.	Estadual	45 anos
Orion*	Comércio	Distribuidora	São José	São Pedro	Sul do País	10 anos
Fibra-náutica*	Ind/Com.	Náutica	Palhoça	Imaruim	Região	28 anos
Formaplas	Indústria	Móveis	Florianópolis	Florianópolis	Nacional	29 anos
Compensados	Comércio	Varejo/Atac.	Palhoça	Anitápolis	Estadual	10 anos
Fernandes*						

**Quadro 1 - Síntese - Pesquisa (Entrevistas) das Empresas Seleccionadas – 2010 (continua)**



(continuação)

<b>Empresa</b>	<b>Setor</b>	<b>Ramo</b>	<b>Origem do capital</b>	<b>Origem dos Capitalistas</b>	<b>Escala de Mercado</b>	<b>Tempo no município</b>
Koerich*	Comércio	Atacadista	São José	São José	Região	4 anos
Sup. Imperatriz	Comércio	Supermercado	Santo Amaro	Santo Amaro	Estadual	30 anos
Millian	Indústria	Farmacêutica	Rio de Jan.	Rio de Jan.	Nacional	2 anos
Melo*	Comércio	Atacadista	Paraná	Paraná	Centro-Sul	3 anos
Renner	Comércio	Distribuidora	Rio G. do Sul	Rio G. do Sul	Centro-Sul	3 anos
Alusupra*	Comércio	Atacadista	Palhoça	Palhoça	Estadual	20 anos
Tomolo*	Indústria	Pré-moldados	São José	São José	Nacional	22 anos
Komeco	Indústria	Refrigeração	São José	São José	Internacional	1 ano
JA*	Construção	Construtora	Florianópolis	Santo Amaro	Região	5 anos
Ambev	Comércio	Distribuidora	São Paulo	São Paulo	Região	3 anos
Rodobens	Construção	Construtora	São Paulo	São Paulo	Centro-Sul	3 anos
Royal Park	Comércio	Distribuidora	Parana	Paraná	Estadual	4 anos
Sul do Rio*	Comércio	Supermercado	Sto. Amaro	Santo Amaro	Local	20 anos
A.M.*	Construção	Construtora	Palhoça	Águas Mornas	Região	32 anos

Obs.: Nas empresas com símbolo (\*) foram realizadas entrevistas com seus proprietários ou funcionários designados, quanto as demais empresas selecionadas, a pesquisa se deu via jornais ou sites.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como principal problemática compreender as combinações internas e externas que determinaram a transição de uma estrutura econômica decadente em Palhoça, para um dos municípios mais dinâmico do Estado. Desta forma, a pesquisa teve como objetivo analisar e explicar as transformações implementadas pelos novos capitais locais e de fora favorecidas por políticas públicas.

Os estudos revelaram que Palhoça até a década 1960, era um município que reunia no seu espaço combinações que não favoreciam um avanço no processo de urbanização e novas funções econômicas, parecia um lugar fadado a ter uma economia voltada para funções rurais. Mas, na década de 1970, constatou-se que as ações do Estado tiveram papel fundamental na expansão urbana da capital para Palhoça. Os grandes investimentos estatais em Florianópolis (serviços públicos e infra-estrutura) acabaram por intensificar o processo de urbanização, tornando inevitável a expansão urbana para São José e posteriormente para Palhoça. Entre as ações diretas do Estado sobre o território municipal foi enfatizada a conclusão da BR-101, melhorias no sistema de transporte e implantação de conjuntos habitacionais coordenados pela COHAB e BNH.

Entretanto, constatou-se que esses investimentos do Estado em Palhoça não se deram motivados pela intenção de atender uma necessidade local, mas sim em razão de um planejamento voltado para a formação de uma região urbanizada, comandada pela Capital. Estas ações resultaram em um grande fluxo migratório direcionado para o município, que recebeu a partir desse momento um grande contingente populacional. Se as combinações naturais (grandes áreas distantes do centro urbano), nos anos 1950 e 60, eram um entrave para uma nova dinâmica econômica no município, nos anos 1970 estas combinações tomaram outra função, marcando a inserção de Palhoça na região urbanizada, comandada por Florianópolis, com a propagação de inúmeros loteamentos populares.

Num primeiro momento a expansão urbana da Capital acarretou diversos problemas infra-estruturais ao município para em seguida possibilitar a criação de importantes atividades, que mais e mais emancipam seus cidadãos, aprofundando a divisão social do trabalho e dando vida própria ao município. Assim, surge gradualmente um grande número de novas funções, voltadas para as atividades urbanas e nítida diminuição das práticas agrícolas as quais foram diversificando a

produção. Ratifica-se neste processo a importância dos imigrantes, independente de sua origem (alemães, açorianos, misto e outros), no desenvolvimento do mercado interno. Verificou-se que as iniciativas empresariais de inúmeros imigrantes, vindos dos diversos municípios da região, via de regra ex-colonos ou um misto de agricultores e artesões, lideraram dinamicamente o processo de desenvolvimento econômico. Alguns, desses imigrantes, que exerciam atividades paralelas, principalmente os que lidavam com madeira e marcenaria, passaram a trabalhar com essa prática em Palhoça. Esta situação explica, pelo menos em parte, porque a partir dos anos 80 passou a proliferar um grande número de pequenas fábricas de móveis, tornado-se o ramo industrial mais representativo nos anos 1990.

O Estado esteve presente como mentor do processo de expansão urbana na década de 1970, embora tenha diminuído substancialmente seus investimentos para o município de Palhoça, nas décadas de 1980 e 90. Nos anos 1980, em virtude da crise provocada pelo endividamento do Estado brasileiro e nos anos 1990 com a posição ideológica neoliberal do Estado mínimo. Diante dessa conjuntura, o processo econômico e urbano passa a ser submetido à ação do mercado, prevalecendo os interesses privados em detrimento do público. Esta situação fez com que Palhoça consolidasse um papel econômico pouco significativo, principalmente no cenário regional e catarinense, caracterizando-se como um lugar pouco valorizado pelas forças econômicas externas, dificultando o seu desenvolvimento.

No final da década 1990, verificou-se que mudanças passaram a ocorrer com mais intensidade, principalmente com a duplicação da BR-101 e a conclusão do trecho da BR-282. Este fator técnico estatal, combinado com as condições naturais (localização e relevo) determinou uma posição privilegiada do município em relação à região. Ressalta-se que essa planície é cortada pela BR-101 e BR-282, contendo ainda grandes áreas não urbanas. Esta combinação despertou os interesses dos agentes privados da região (especulação imobiliária), interessados em incorporar novas áreas próximas a Capital. Destaca-se neste processo o parque residencial Pedra Branca e a instalação da Unisul, como um dos grandes ícones desta nova fase que passou a se concretizar no município.

Não tardou para que novos agentes, agora capitalistas dos diversos setores econômicos, passassem a direcionar seus investimentos para Palhoça. Como destacamos, estes novos agentes não se restringem a expansão empresarial da região, mas também a expansão de investimentos do capital privado nacional, que passou a se estabelecer

no município, usufruindo das combinações supracitadas. Entre as combinações humanas ratifica-se a importância do mercado regional, a mão-de-obra, e, sobretudo, as vantagens fiscais que o poder público vem concedendo ao capital externo.

Mas, se em escala local existem combinações naturais e humanas que potencializam e valorizam o território de Palhoça em relação a sua região, em escala nacional coexistem múltiplos fatores, parafraseando Marx o concreto (espaço local) é o concreto das múltiplas determinações. De acordo com essa visão, entende-se que as mudanças que vem ocorrendo no município são também resultado de fatores que extrapolam a escala local ou estadual, em especial a conjuntura política e econômica nacional já que as ações realizadas pelo Estado nacional com suas políticas econômicas e sociais, bem como sua ação mais incisiva desempenham um papel relevante, nas mais recentes inserções no município.

Verificamos que a partir do governo Lula, principalmente no segundo mandato, o Estado passou a gerenciar com mais afinco o destino da economia nacional, tanto na concessão de linhas de crédito para as pessoas físicas e jurídicas, promovendo uma retomada, apesar de pouco incisiva, dos investimentos em infra-estrutura. Ratifica-se que além das ações estatais existem atualmente os desdobramentos provocados por fatores de ordem técnica e econômica, que dispersam por toda a “região concentrada”, aprofundando a divisão territorial do trabalho, determinando a inserção de Palhoça e municípios circunvizinhos a esta nova dinâmica. É, portanto, uma teia de múltiplas determinações (internas e externas) que com seus desdobramentos, numa base concreta, estimulou a implantação de inúmeras áreas industriais, condomínios residências, o crescimento do comércio e serviços, proporcionando novas oportunidades de trabalho e renda, no município de Palhoça.

Como ressaltamos no terceiro capítulo a inserção da economia de Palhoça no mercado regional e nacional está produzindo, no espaço local, novas relações, políticas e econômicas, projetando o município para novas escalas territoriais. Desta forma, apesar do capital interno e externo na sua essência expressarem o modo de produção capitalista, nas práticas concretas as suas relações políticas e de mercado possuem características distintas no município. Considerou-se o processo atual distinto das fases anteriores; têm-se agora novos investimentos, comandados pelo capital externo, muito superior aos capitalistas locais, tendo força suficiente para produzir ou remodelar o espaço municipal.

Observou-se também que este capital externo está atuando em Palhoça em duas frentes: através da especulação imobiliária e na instalação de diversos tipos de empresas. Os capitalistas da construção supracitados no Capítulo três remodelam o espaço por eles incorporado, transformando-o em condomínios fechados, loteamentos ou criam áreas exclusivas com infra-estrutura para a instalação de centros de distribuição, indústrias e serviços. Por outro lado, os capitalistas das indústrias, do comércio e serviços, se instalando nessas áreas exclusivas ou em pontos estratégicos ao longo dos eixos viários.

Como ficou constatado, na atual fase, o capital privado, mais precisamente o capital externo, é sem dúvida o maior agente produtor do espaço geográfico de Palhoça. Na atualidade observa-se que as antigas formações praticamente desapareceram dando lugar ao novo, que rapidamente sobrepõe ao velho. Se nas décadas 1970 a 90 o velho ainda persistia por todo o município, nos últimos anos o novo prevalece, restando apenas algumas rugosidades, muitas delas assumindo novas funcionalidades.

Para finalizar, considero como fatores essenciais destacados no estudo a importância das combinações naturais e humanas e o entendimento de como esses fenômenos estão sujeitos a ter distintas funções no processo histórico. Destaca-se nesse processo a ação do Estado como sendo decisiva para o desenvolvimento municipal, seja através de ações concretas locais ou políticas econômicas nacionais. Por fim, no caso de Palhoça, a análise confirmou que o desenvolvimento atual é fruto de múltiplas determinações, internas e externas, que vêm se concretizando no município, levando-o a uma nova dinâmica. Mas, se conclui também que o poder público e a sociedade como um todo não podem se iludir com a aparência das novas formas sendo necessário entender e planejar o município para o futuro, voltando-se essencialmente para os interesses coletivos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Eliza. **O Brasil. Refuncionalização da metrópole no período técnico-científico-informacional e os novos serviços.** In: O Brasil território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. São Paulo, 2006.
- BASTOS, José Messias. **O comércio de múltiplas filiais em Florianópolis-SC.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Florianópolis, UFSC 1996.
- \_\_\_\_\_. **Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina.** In: SANTOS, M. A. dos. (org.). Ensaio sobre Santa Catarina. Florianópolis: letras Contemporâneas, 2000, p. 127 – 140.
- \_\_\_\_\_. **O comércio de múltiplas filiais no Sul do Brasil.** Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-graduação na FFLCH em Geografia. São Paulo, USP, Abril de 2002.
- BRANCHER, Ana (organizadora) In. LOHN, Reinaldo Lindolfo. **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos.** Florianópolis, letras contemporâneas, 1999.
- CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis, FCC/EDU. UFSC, 1991.
- CARRION, Otília Beatriz. **Mercado imobiliário e padrão periférico de moradia: Porto Alegre e sua região metropolitana,** Ensaio FEE, POA, 1989.
- CASTRO, Inês Elias de, Gomes; COSTA, Paulo César da; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro, 1995.
- CHOLLEY, A. **Observações sobre alguns pontos de vista geográficos.** Traduzido por L. M. C. Bernardes. BG- CNG / IBGE, Ano XXII – n° 180 / 1964.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A periferia urbana.** Geosul, n° 2, ANO I, segundo semestre de 1986.

\_\_\_\_\_. **A rede urbana**, São Paulo, Ática, 1984.

\_\_\_\_\_. **Metrópoles, corporações e espaço**: uma introdução ao caso brasileiro. In. Brasil: questões atuais da reorganização do território. 5ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand, 2008.

CRUZ, Karina Martins da. **A contribuição de alemães e descendentes para a formação sócio-espacial catarinense**: o caso da região metropolitana de Florianópolis. Dissertação de Mestrado, Departamento de Pós-graduação de Geografia, Florianópolis, agosto de 2009.

CUNHA, José Idaulo. **Desenvolvimento regional de Santa Catarina – reflexões tendências e perspectivas**. Florianópolis, 2001.

DINIZ, Luis Henrique Freitas e MATOS, Ralfo. **Distribuição e funcionalidades espaciais do terciário moderno**. Cadernos metrópole 16, pp. 59-83, 2006.

DOBB, M. (1962). **Do feudalismo para o capitalismo**, in: A transição do feudalismo para o capitalismo, trad. Isabel Didonnet, 4. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **A evolução do capitalismo**. 7. ed. Trad. Braga, M. do R. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

\_\_\_\_\_. **Uma réplica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2004.

DOWBOR, Ladislau. Apud Santos e Silveira. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. – Rio de Janeiro: Record, p.26, 2006.

EPAGRI/IBGE. **Topografia Digital de Santa Catarina**, 2204.

ESPINDOLA, Carlos J. E SILVA, Marcos A. **Formação sócio-espacial**: um referencial aos estudos sobre industrialização (notas). Artigo nº 3, p. 61-67, setembro, 1997.

FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O Estado e a transformação do espaço urbano**: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis. Dissertação de mestrado na GCN)CFH -UFSC, 1997.



FARIAS, Vilson Francisco de. **Palhoça - 250 anos**. Edição do autor, Florianópolis, abril de 2005.

FILHO, Goularti A. **A formação econômica de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis, 2002.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Loyola, São Paulo, 1992

HORN Filho, N.O. **Setorização da província costeira de Santa Catarina em base aos aspectos geológicos, geomorfológicos e geográficos**. Geosul, Florianópolis, v. 18, n.35, p.71-98, 2003.

IBGE. **Censo demográfico, 1950/6/70/80/91/96/2000/2007/2008**.

\_\_\_\_. **Censo agropecuário, 1950/60/70/80/90/2000**.

\_\_\_\_. **Recenseamento geral, 1950/60/70/80/90**.

\_\_\_\_. **Censo industrial, comercial e de serviços, 1950/60/70/80/90**.

\_\_\_\_. **Recenseamento industrial, 1970/75/80**.

JUNIOR, Edílson Pereira. **Economia política da urbanização da região do Baixo Jaguaribe – CE: dinâmica populacional e novas formas de consumo. Emprego e renda**. In. Geosul. v. 20, n. 40, Departamento de Geociências. CFH/UFSC, Florianópolis, jul./dez. 2005, p. 129-146 2005.

KATZ, Cláudio. **Evolução e revolução na tecnologia**. Neoliberalismo ou crise do capital? – 1996.

KONDRATIEV, Nicolai. **Las ondas largas de da conjuntura**. Madri, revista de Occidente, 1946, p. 79.

KRAMER, Souza. **Por entre as pedras: arma e sonho na escola**. São Paulo, Ática, 1994.

LAGO, P. F. **Santa Catarina – a terra – O homem e a economia**. Florianópolis: FFC, 1968.

\_\_\_\_\_. **Florianópolis: a polêmica urbana.** Florianópolis: FFC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Santa Catarina: a transformação dos espaços geográficos.** Florianópolis: Verde Água Produções Culturais, 2000.1976.

LENIN, V. I. **O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907.** Trad. Port. Rio de Janeiro: Editora Vitória, 1954.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** 3. ed. Trad. P. Bezerra, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LINS, Hoyêdo de Gouvêa: **A ação governamental.** 2001: 238 – 2 a 43.

MACHADO, Ewerton Vieira. **A produção do espaço intra-urbano na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis, outubro de 1986, mimeo, 97p.

MAMIGONIAN, Armen. **Periferia capitalista: metrópole e equipamentos coletivos.** Simpósio: “A metrópole e a Crise, São Paulo, fev/1985.

\_\_\_\_\_. **Estudo geográfico das indústrias de Blumenau.** Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, 27, Jul./set. – 1985.

\_\_\_\_\_. **Gênese e objeto da geografia: Passado e presente.** In: anais 1º simpósio internacional de história da ciência. Piracicaba, out. 1991.

\_\_\_\_\_. **A escola francesa de geografia e o papel A. Cholley.** Cadernos Geográficos/ UFSC, departamento de Geociências – n. 6, 2003.

\_\_\_\_\_. **Teorias sobre a industrialização.** In: Seleção de textos, departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1992.

\_\_\_\_\_. **O processo de industrialização de São Paulo.** In: Boletim Paulista de Geografia. Nº 50, p 83-101. São Paulo: AGB, março,1976.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel.** Geosul – n. 3 – 1. sem., 1987.

\_\_\_\_\_. **Industrialização de Santa Catarina.** Atlas de Santa Catarina, Florianópolis; Gaplan, 1987.

\_\_\_\_\_. **Indústria de Santa Catarina** – In Relatório parcial do projeto integrado de pesquisa, “Santa Catarina: Sociedade e Natureza”, 03 de março de 2000.

\_\_\_\_\_. **Vida regional em Santa Catarina**. Atualidades geográficas revista N° 2, 1969.

MARCON, Maria Teresinha de Resenes. **A metropolização de Florianópolis: o papel do Estado**. Dissertação de mestrado, UFSC, 2000.

\_\_\_\_\_, Apud LOJKNE, 2000. **A metropolização de Florianópolis: o papel do Estado**. Dissertação de mestrado, UFSC, 2000.

\_\_\_\_\_, **A trajetória dos processos de regionalização no Estado de Santa Catarina**. Projeto de Doutorado, UFSC, 2004.

MARX, Karl. **Manuscritos de 1857, 1858** (Grundrisse), Tom e II: 32 Paris: Editions Sciales, 1980.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**: tradução de Maria Helena Barreiros Alves: revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. 2. ed. São Paulo, 1983.

\_\_\_\_\_. **O cAPITAL**. Cap. XII, Rio de Janeiro: Difel, 1988.

MIRANDA, Rogério. **Habitação popular e favelas**. Pesquisa, UFSC, Florianópolis, outubro de 2001.

MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. **Sudeste: o “core” econômico em questão**. Anais de geografia econômica e social – transformações regionais no Brasil (edição piloto), Florianópolis, abril de 2009.

MIRA, Marly Fontes Bustamente. **A população da Ilha de Santa Catarina**, 2001.

MUSSOI, Eros Marion - In. Paulilo, Maria Ignez Silveira e Schmidt Organizadores. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC, 2003.

PEREIRA, R. M. F. do A. **Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil)**: gênese e transformações recentes. In. Geosul.

V.18, n. 35, Departamento de Geociências. CFH/UFSC, Florianópolis, jan/jun. 2003, p. 99-127.

PELUSO JÚNIOR, Vitor Antônio. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina** – Florianópolis, UFSC. 1991.

RANGEL, Ignácio. **História da dualidade brasileira**. In: Revista de Economia Política, São Paulo, 1981.

\_\_\_\_\_. **Recursos ociosos e política econômica**. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **Economia: milagre e anti-milagre**. Rio de Janeiro 1985: Obras Reunidas V. 1 Organização de César Benjamin.

\_\_\_\_\_. **Ciclo, tecnologia e crescimento**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

RATTNER, Henrique. **Industrialização e concentração econômica em São Paulo**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1972. Apud SANTOS, MILTON E SILVEIRA, MARIA LAURA. O Brasil território e sociedade no início do século XXI. – 9. ed. – Rio de Janeiro, p. 43, 2006.

RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego. **Empregados e estabelecimentos industriais, comerciais e serviços em Palhoça**. Disponível em Cd, UFSC, anos: 1986, 91, 95, 2000 e 2006.

RELATÓRIO PARCIAL DO PROJETO INTEGRADO DE PESQUISA. **Santa Catarina: sociedade e natureza**, Florianópolis, 03 março de 2000.

RIBEIRO, Luiz César De Queiroz. **Produção imobiliária e uso do solo urbano: estudo das relações entre capital e propriedade fundiária na urbanização da cidade do Rio de Janeiro**, IPPUR/UFRJ, 1987.

RISSO, Paulo M. B. **Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia O peso de Florianópolis, 1950-60-1990**. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1993.

ROSA, Eliane Da. **Arranjos produtivos locais: o caso da indústria moveleira em Palhoça, SC**. Monografia, UFSC, 2007.

SANTOS, MILTON. **Espaço e sociedade**; a formação social como teoria e como método. In. Espaço e Sociedade. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**, Hucitec, São Paulo, 1985.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton E SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI**. – 9. ed. – Rio de Janeiro, 2006.

SIEBERT, Claudia Araripe Freitas. **Indústria e Estado**: a reestruturação produtiva e o reordenamento territorial do médio vale do Itajaí. Dissertação de Mestrado, departamento de Geografia, UFSC, 2008.

SCHEIBE, L. F. **Geologia de Santa Catarina**. Sinopse provisória. Geosul, v. 1 p./7-38. Apud HORN FILHO, N.O. Setorização da Província Costeira de Santa Catarina em base aos aspectos geológicos, geomorfológicos e geográficos. Geosul, Florianópolis, v. 18, n.35, p.71-98, 2003.

SILVEIRA, Claudir. **Município de Palhoça – SC**. Florianópolis, 1999.

SILVA, Marcos Aurélio. In. BASTOS, J. M. E MAMIGONIAN, A (org.). **Dualidades rangelianas e expansão territorial(lista) na construção nacional brasileira**. In. Transformações Regionais no Brasil. Anais de Geografia Econômica e Social, ed. Piloto, UFSC/Fpolis, Departamento de Geociências, abril, 2009.

\_\_\_\_\_. **O processo de industrialização no sul do Brasil**. Cadernos Geográficos – UFSC. Nº 15, maio de 2006.

SILVA, Célia M. Machado; VIEIRA, Ewerton; CAMPOS, José Nazareno De. **A (re)produção do espaço litorâneo catarinense**. Congresso de história e Geografia de Santa Catarina, 4-7 de setembro, Florianópolis, 1996.

SWEEZY, P. ET. AL. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5 ed. Trad. I. Didonnet. Rio de Janeiro: 2004.

VAZ, Nelson Popini. **O centro histórico de Florianópolis – espaço público do ritual**. Florianópolis: Dissertação de mestrado, UFSC, 1991.

VIEIRA, Scheila. **Indústria de alta tecnologia. Reflexos de reserva de mercado e do neoliberalismo em Florianópolis**. Programa de Pós-graduação em Geografia, ufsc, Florianópolis, 1996.

VIEIRA, M. Graciana E. de Deus; PEREIRA, Raquel M. F. do Amaral. **Formação Sócio-espaciais catarinenses**. Anais do congresso de historia e geografia de Santa Catarina, set. 1996. p. 461.

### **Publicações na Internet**

AMBEV. **CD da Ambev em Palhoça**. Disponível em: <<http://www.ambev.com.br>>. Acesso em: 05 de maio de 2008.

BACEN. **A evolução do crédito no período de 2000 – 2004**. BRAZ, Shelbert – Análise conjuntural, V7. Nº 7-8, Junh/agosto de 2005. Disponível em: <<http://www.bancocentral.com.br>>. Acesso em: 11 dezembro 2009.

\_\_\_\_\_. **Volume das operações de crédito do sistema financeiro brasileiro**. Disponível em: <<http://www.bancocentral.com.br>>. Acesso em: 11 dezembro 2009.

BARONE. **Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas**. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 17 novembro 2009.

BNDES. **Economia brasileira e a evolução do mercado de crédito – ABERJ** – 28 de agosto de 2006, Deminan Focca (presidente do

BNDES). Disponível em: <<http://www.bndes.com.br>>. Acesso em: 23 dezembro 2009.

BNDES. **Mercado de crédito no Brasil. Evolução recente e o papel do BNDES (2004-008)** p. 41-60. Disponível em: <<http://www.revistabndes.com.br>>. Acesso em: 10 dezembro 2009.

CÂMARA Municipal de Palhoça. **Decretos**. Disponível em: <<http://www.camarapalhoça.com.br>>. Acesso em: 20 Setembro 2007, 12 março 2008.

DIESE. IN Agencia Brasil. **Poder de compra do salário mínimo continua a crescer**. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.com.br>>. Acesso em: 23 outubro 2009.

ECONÔMICO, VALOR. Cresce o poder de compra do salário mínimo. Disponível em: <<http://www.valoreconomico.com.br>>. Acesso em: 25 outubro 2009.

FLORIPANEWS. **Palhoça não para de ganhar visibilidade nacional, 22/10/008**. Disponível em: <<http://www.floripanews.com.br>>. Acesso em: 05 novembro 2008.

FEBRABAN. Relatório – **Evolução do crédito do sistema financeiro**. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br>>. Acesso em: 28 outubro 2009.

GOOGLE EATH. Imagem de satélite da área urbana de Palhoça, 2007.

IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000 e 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 03 março 2009.

IBGE, Link Biblioteca. **Censo demográfico e agropecuário**. Rio de Janeiro, 1950, 1960, 1970 do Brasil, Santa Catarina e por Zonas fisiográficas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 setembro 2008.

PREFEITURA DE PALHOÇA. Disponível em: <<http://www.palhoçasc.com.br>>. Acesso em: 20 novembro 2007, 15 fevereiro 2008 e 20 maio 2008.

PNUD. **Dados sociais municipais.** Disponível em:  
<<http://www.pnud.org.bratlasranking-rm>>. Acesso em: 10 junho 2008.

SANTA CATARINA. **Secretaria de Estado do Planejamento. Dados estatísticos municipais.** Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2008.

SANTA CATARINA. **SDR/Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis – 18ª SDR.** Caracterização Geral. Florianópolis, 09 de março de 2009. Disponível em: <<http://www.soo.sdr.sc.gov.br>>. Acesso em: 18 março 2009.

SEBRAE. **Condomínio empresarial em Palhoça.** Disponível em:  
<<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 10 abril 2008.

SENGE – SC – **Palhoça faz leilão para nova área industrial.** Disponível em: <<http://www.senge-sc.org.br>>. Acesso em: 05 abril 2009.

SINDISCOM. **Licenças de construção.** Disponível em:  
<http://www.sindiscom.com.br>. Acesso em 20 de maio de 2008.

UNISUL. **Portal da universidade do Sul.** Disponível em:  
<<http://www.unisul.com.br>>. Acesso em: junho 2009.

## SITES DE EMPRESAS CITADAS NAS ENTREVISTAS

**AUTOMATIZA** . [www.automatiza.com.br](http://www.automatiza.com.br)

**Alusupra.** [www.alusupra.com.br](http://www.alusupra.com.br)

**A.M.** [www.amconstrutora.com.br](http://www.amconstrutora.com.br)

**Ambev.** [www.ambev.com.br](http://www.ambev.com.br)

**Compensados Fernandes.** [www.conpensadosfernandes.com.br](http://www.conpensadosfernandes.com.br)

**Extrato terra.** [www.estratosdaterra.com.br](http://www.estratosdaterra.com.br)

**Fibra-náutica.** [www.frinautica.com.br](http://www.frinautica.com.br)



**Formaplas.** [www.formaplas.com.br](http://www.formaplas.com.br)

**JÁ.** [www.ja.construcoes.com.br](http://www.ja.construcoes.com.br)

**Koerich.** [www.koerichdistribuidora.com.br](http://www.koerichdistribuidora.com.br)

**Komeco.** [www.komeco.com.br](http://www.komeco.com.br)

**Millian.** [www.millian.com.br](http://www.millian.com.br)

**Melo.** [www.melosc.com.br](http://www.melosc.com.br)

**Moenda.** [www.moendamoveis.com.br](http://www.moendamoveis.com.br)

**MS – Vidros.** [www.msvidros.com.br](http://www.msvidros.com.br)

**Olsen.** [www.olsen.odo.com.br](http://www.olsen.odo.com.br)

**Orion.** [www.orincomercial.com.br](http://www.orincomercial.com.br)

**Phanton.** [www.schaefer.com.br](http://www.schaefer.com.br)

**Renner.** [www.lojasrenner.com.br](http://www.lojasrenner.com.br)

**Rodobens.** [www.rodobens.com.br](http://www.rodobens.com.br)

**Royal Park.** [www.roypark.com.br](http://www.roypark.com.br)

**Sup. Imperatriz.** [www.superimperatriz.com.br](http://www.superimperatriz.com.br)

**Toniolo.** [www.toniolopremoldados.com.br](http://www.toniolopremoldados.com.br)

**Ventisol.** [www.ventisol.com.br](http://www.ventisol.com.br)

### **Jornais e revista**

Gazeta Mercantil – 08/12/007

Gazeta Mercantil – 23/08/002

Diário Catarinense – 16/11/009

Diário Catarinense – 15/03/009

Diário Catarinense – 17/05/008

Diário Catarinense – 28/03/008

Palhocense – 18/04/2008

Palhocense – 23/04/2009

Palhocense – 30/04/2009

Palhocense – 10/11/2009

Palhocense – 10/12/2009

Popular – 08/02/2008

AN Noticia – 08/08/2007

AN Noticia – 28/03/2008

Noticias do Dia – 25/04/2009

Noticias do Dia – 17/10/2009

Noticias do Dia – 08/12/2009

Veja - edição 2180, 02/09/2010

## **ANEXOS**

## **ANEXO A – Projeto Pólo Náutico Cambirela**



**Fonte: [www.polonauticocambirela.com.br](http://www.polonauticocambirela.com.br) - folder publicitário**

## ANEXO B – Condomínio Nova Palhoça



Fonte: Foto do folder publicitário da empresa JÁ.

## **ANEXO C - Projetos Leis Alterando O Zoneamento Urbano Do Município**

### **PROJETO DE LEI Nº 191/2009.**

#### **PERÍMETRO URBANO. Fixa Limites Urbanos do Município de Palhoça.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA**, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O Artigo 1º da Lei nº 2.556, de 19 de abril de 2007, passa a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 1º O perímetro urbano do Município de Palhoça (Sede) tem seu ponto inicial na intersecção da Rodovia Federal BR 101, com o Rio Imaruim, deste desce pelo Rio Imaruim na direção Leste até sua Foz na Baía Sul, segue por esta na direção Sul pela Baía Sul até a Foz do Rio Cubatão, sobe por este na direção Oeste até um ponto frontal ao entroncamento da Rua João Jose de Quadros com a Rua Geral Morro dos Quadros, deste ponto segue por esta Rua na direção Oeste até encontrar o limite com o canal de captação de água (Casan), segue por este na direção Sul até encontrar o Rio Cubatão, sobe por este na direção Oeste até o Arroio Felício (limite intermunicipal com Santo Amaro da Imperatriz) sobe pelo Arroio Felício na direção Norte até a Avenida São Cristóvão, segue pelo Arroio Felício na direção Norte na extensão de 200,00 metros, partindo deste ponto em direção Leste em uma linha paralela a Avenida São Cristóvão mantendo-se a 200,00 metros até um ponto frontal a Rua José Geronimo da Silva, coordenada (1) UTM E=725202,0944 N=6935348,3224, deste ponto segue em linha reta, na direção Norte até a Rua Vereador Rogério Silva, coordenada (2) UTM E=725638,7898 N=6936279.7546, seguindo na direção Norte pela Rua Vereador Rogério da Silva por todo o seu traçado até encontrar a Rua João Francisco Barcelos segue por esta na direção Norte até a coordenada (3) UTM E=726053,0915 N=6938585,0136, partindo deste

em uma linha reta na direção Oeste até encontra a coordenada (4) UTM E=724464,7199 N=6939390,1106, (localizada na estrada Geral Morro do Gato), segue por esta Estrada na direção Leste, até encontrar a ponte sobre o Rio Passa Vinte, deste ponto segue em linha reta na direção Norte até o ponto de coordenada (5) UTM E=724694,7522 N=6941335,4225, deste ponto segue em linha reta na direção Leste até encontrar a coordenada (6) UTM E=726455,1266 N=6940843,9932, deste segue em linha reta na direção Norte até encontrar a coordenada (7) UTM E=727079,6353 N=6941317,0683, deste segue em linha reta na direção Leste até encontrar a coordenada (8) UTM E=727552,3209 N=6941300,0102, segue por uma paralela a Oeste, de 500,00 metros medidos perpendicularmente a Rua João Bernardino da Rosa na direção Norte até encontrar o Rio dos Pombos, Caruso ou Brejarú, desce pelo Rio na direção Leste até encontrar a coordenada (9) UTM E=729763,4208 N=6943083,3335, deste segue em linha reta na direção Norte até encontrar a coordenada (10) UTM E=729802,7793 N=6943017,6146, deste segue em linha reta na direção Leste até encontrar a coordenada (11) UTM E=729953,1325 N=6943019,3985, deste segue em linha reta na direção Norte até encontrar a coordenada (12) UTM E=730174,3602 N=6944174,6500, encontrando a ponte Frei Damião-São José, no Rio Imaruim; desce por este na direção Leste até a ponte na Rodovia Federal BR 101, início desta descrição.” (NR)

**Art. 2º** Art. 2º Fica alterado o Zoneamento da área ampliada do Perímetro Urbano que compõe o Anexo I do artigo 3º da Lei nº 16 de 07 de abril de 1993 em ARP-1 (Área Residencial Predominante – 1) e AMC-3 (Área Mista Central – 3) conforme detalhamento do croqui anexo, parte integrante da presente Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala de Sessões**

**RONÉRIO HEIDERSCHIEDT**  
**Prefeito Municipal**

**PROJETO DE LEI 192/2009.**

**ZONEAMENTO. Altera o Anexo I da Lei nº. 16, de 07 de abril de 1993.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA**, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam alteradas as Áreas do mapa que compõe o Anexo I do artigo 3º da Lei nº 16 de 07 de abril de 1993, especificada nos croqui anexo, parte integrante na presente Lei, conforme quadro de Alteração de Zoneamento abaixo:

ÁREA	LOCAL	CROQUI	ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO
Área 01	Pachecos	04	AMS-2 – Área Mista de Serviço – 2

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala de Sessões**

**RONÉRIO HEIDERSCHIEDT**  
**Prefeito Municipal**



**PROJETO DE LEI Nº 209/2009.**

**ZONEAMENTO. Altera o Anexo I da Lei nº. 16, de 07 de abril de 1993.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA**, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam alteradas as AER – Área de Exploração Rural que compõe o mapa do Anexo I do artigo 3º da Lei nº 16 de 07 de abril de 1993, que encontram-se inseridas na Perímetro Urbano transformadas em ARP -1 Área de Residencial Predominante -1 .

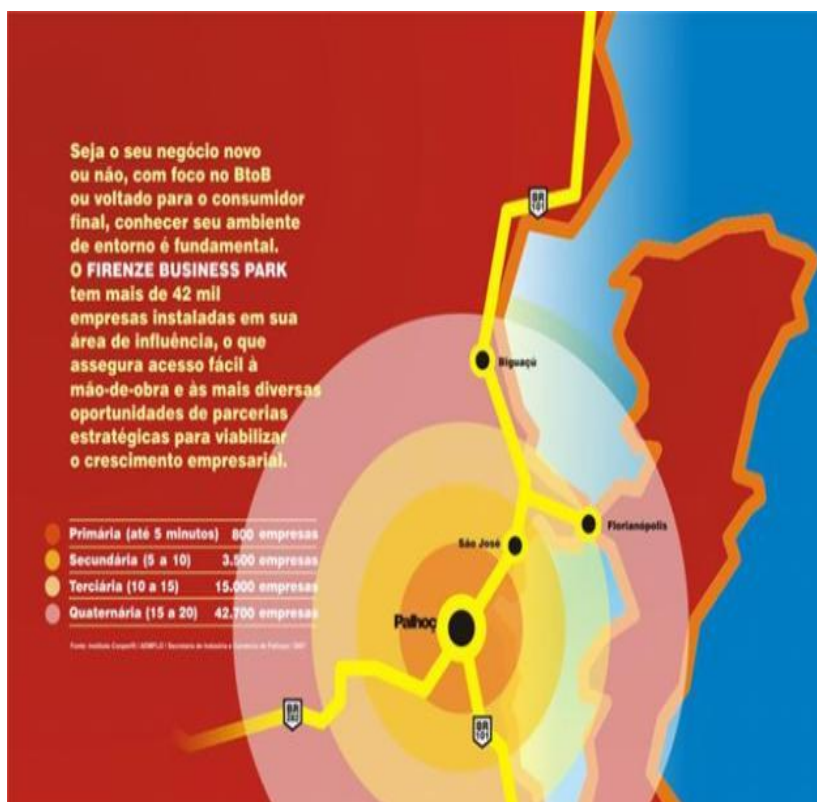
**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**RONÉRIO HEIDERSCHIEDT**  
**Prefeito Municipal**

## ANEXO D – Condomínio Empresarial Firense Busines Park



Fonte: [www.firensebusinespark.com.br](http://www.firensebusinespark.com.br) – folder publicitário.



- Fibra Ótica
- Reserva de Energia Elétrica | Gás
- Plano Diretor de Resíduos Sólidos
- Acesso Vigilado 24h
- Monitoramento Eletrônico
- Serviços de Suporte
- Centro de Apoio e Convivência
- Lotes Integrados  
Área Mínima: 600m<sup>2</sup>
- Área total: 362.670,26m<sup>2</sup>
- Escritórios Virtuais



## Infraestrutura

### Segurança

Localização estratégica e moderna infraestrutura de operações garantem o acesso fácil e vigilado de pessoas, cargas leves e pesadas.

### Energia

A presença local da SC Gás e da nova subestação da Celso, somadas à proximidade da fibra ótica, asseguram também expressiva vantagem para as novas unidades de produção.



### Praça de Serviços

Moderna infraestrutura de serviços, com orientação de mix dos empreendedores, vai garantir aos investidores maior resultado, associado à necessária variedade para bem atender locais ou clientes em trânsito pela BR 101.

## ANEXO E – Expansão Imobiliária na Região Metropolitana

### Expansão imobiliária na região metropolitana

Palhoça se destaca no cenário urbano da Grande Florianópolis, com novos empreendimentos

A expansão da estrutura civil na Grande Florianópolis, em especial no município de Palhoça, teve como marco inicial, depois de 2003, sua primeira eleição. Palhoça realizou experientia uma nova etapa em sua organização urbana. Além de aprovar planos de desenvolvimento, como o Plano do Comércio e o Plano Carreiros e o "Me-Grafiar Melhor", o município convidou outros municípios satélites, em diversas áreas da cidade.

Palhoça é considerada, desde o início desse século, como o "hubs do sul", no desenvolvimento regional. E se fez a cidade ser a detentora do protagonismo no cenário metropolitano. Com o estudo "Estratégias de desenvolvimento para a região", Palhoça escolheu zero e tornou-se um centro empresarial de características internacionais, incluindo ainda como centro urbano alternativo para trabalho, moradia, cultura e lazer.

Essa tendência está presente, por exemplo, no empreendimento Cidade de São Branco, que completa dez anos em 2009. Sua organização original está se transformando radicalmente, a comercialização de lotes passa a um novo padrão, focando suas atividades também no incorporação de áreas de lazer e grande parte do lote é desenvolvido em uma quadra anexa ao Grande Jardimópolis, respectivamente apartamentos e unidades nas demais quadras. "Com planos para ser um 'bairro-cidade', de o lote

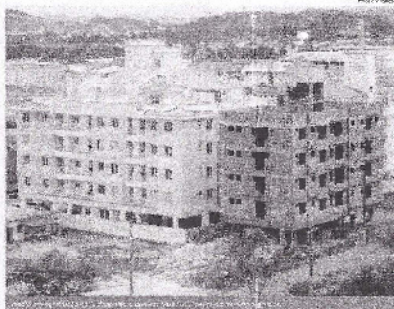
do amarrado ao lote, Rêde Imóveis.

Além da infraestrutura de qualidade que controla os custos e os riscos, a cidade que oferece aos moradores, em especial, os serviços e habitações de qualidade, as grandes parcelas em áreas estratégicas, qualidade de vida, e a educação representada pelo Colégio da Universidade Santa Inês, a escola, o clube, o shopping, o bar e o lazer no mesmo lote.

Além das estratégias técnicas, outros grandes empreendimentos foram formados em Palhoça, com o novo padrão de gestão municipal que os milhões de pessoas que vêm aumentando seus domicílios para o município. É o caso do "Lote Novo", um bairro com um habitacional construído pelo RêdeImóveis, com mais de sete mil unidades de médio padrão.

A construção civil mostra presença igualmente no tradicional comércio Pagar, e que está se transformando num centro administrativo e comercial. Nela, os novos prédios e os setores da Prefeitura Municipal de Florianópolis, além de outros. Deve-se aproximadamente um ano após inauguração o shopping Via Carolina, que terá, ainda, uma grande loja de supermercado Gost.

É isso aí. O paralelo Rêde Imóveis desenvolveu, além de outros projetos e grandes grupos de investidores, tendo desenvolvido, também, o planejamento, promovendo a Palhoça para o planejamento empresarial imobiliária. "O

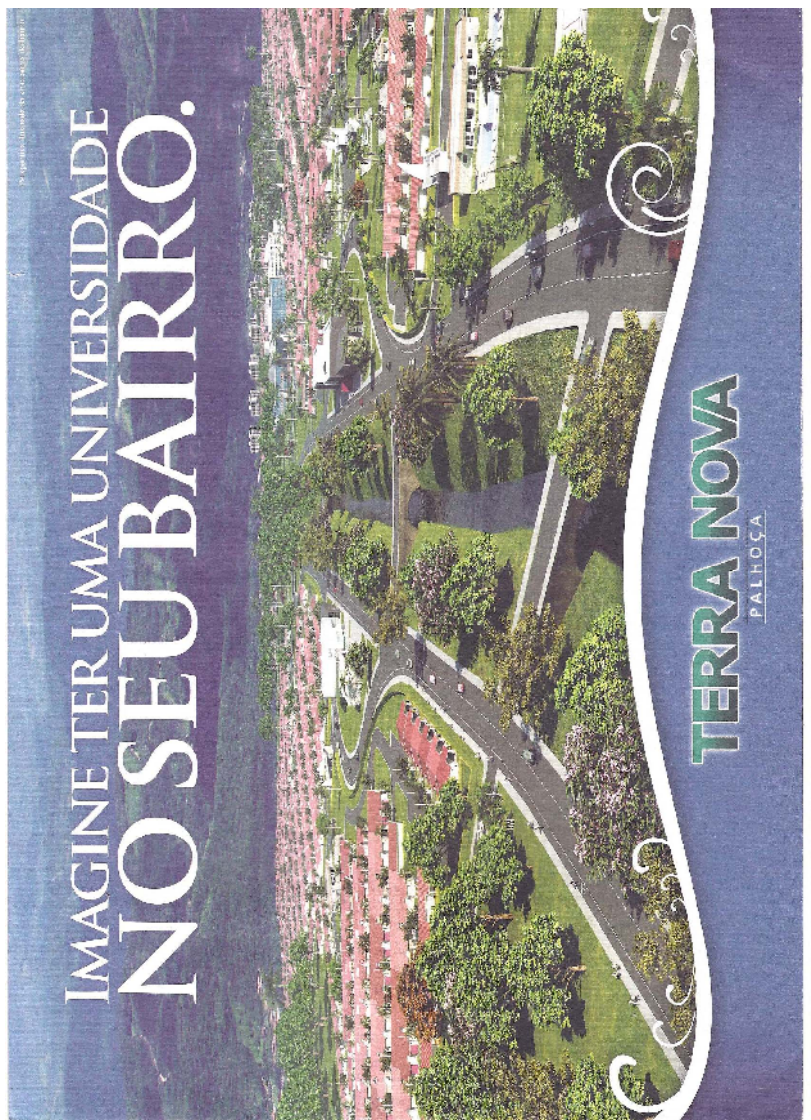


município precisa da infraestrutura, da habitação, para garantir um novo padrão de qualidade de vida", diz o diretor executivo da Rêde Imóveis, Luiz Carlos. Ainda mais, o projeto do Governo Federal para o construção de um milhão de unidades até o ano 2010. São os

terão mais 24 mil unidades construídas com financiamento do Governo Federal. O número que existe em Palhoça ainda não foi definido, mas os investidores, que já trabalham com o lote, se o lote estiver disponível, o sistema produzirá o custo para o município.



## ANEXO G - Condomínio Residencial Terra Nova



## ANEXO H – Cidade Cresce e Atrai Investimentos Empresariais

## Cidade cresce e atrai investimentos

Muito já se falou sobre as belezas naturais e do potencial turístico de Patroça. Hoje, o município, que estava à sombra dos efeitos econômicos de um momento de transferência. Pelo Decreto de 1970, foram 8.658 moradores e, de acordo com levantamentos do IBGE em 2007, o número subiu para 122.475 habitantes. Mas o grande salto demográfico do município, que aumentou a população em mais de 1.400%, não é a grande novidade. O desenvolvimento local, que abriga mais de 8 mil empresas, fez da cidade a mancha dos anos da Grande Foz do Paraná.

“Patroça é hoje o 25º município mais dinâmico do país para atrair novos investimentos”.

Ronério Haidtscheidt, prefeito da cidade há cinco anos, diz que, desde 2005, mais de 2 mil empresas se instalaram em Patroça, trazendo investimentos de R\$ 10 bilhões e criando mais de 40 mil novos empregos. Segundo o prefeito, o orçamento do município salta de R\$ 46 milhões para R\$ 240 milhões. “Patroça é hoje o 25º município mais dinâmico do país para atrair novos investimentos”, comemora.

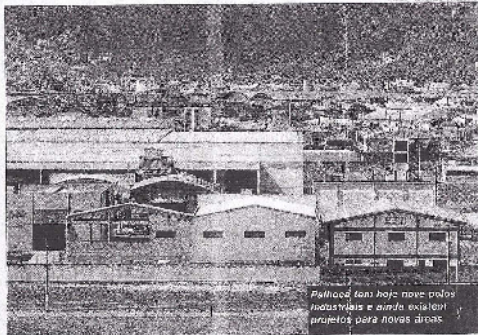
A prioridade da administração, ressalta Ronério, foi buscar o melhor modelo, assim a atração de

investimentos do papel, como se viu no primeiro shopping instalado no projeto Terra Nova, no bairro de Patroça. Hoje, o Polo Industrial e o Shopping da BR-101, todos sendo construídos, diz.

Patroça tem o Programa de Desenvolvimento Econômico (PRODEP) que concede incentivos fiscais para reduzir em até 50% os impostos municipais ISS, IPTU e IBI. O prefeito explica que esse programa é uma das estratégias chave da atual administração para captar empreendimentos para o município.

O secretário de Desenvolvimento do Comércio, Indústria e Serviços, José da Silva Matos, conta que a cidade tem hoje mais de 8 mil empresas, sendo três localizadas no Jardim Eldorado, uma na Cidade Universitária Pedro Dranca, uma no Parque Residencial Pogoni, duas no Arra, uma no Rincão da Primavera e uma no Rio Grande. “A cidade recebeu projetos para mais áreas”, destaca.

Conforme o secretário, existem hoje cerca de 5.300 empresas instaladas na cidade em segmentos diversos, como varejo, educação, saúde, equipamentos odontológicos, entre outros. A parceria com os empresários contribui intensamente com o desenvolvimento



Patroça atrai hoje mais novos investimentos e atrai projetos para novas áreas



## ANEXO I – Localização do Centro Logístico



## **ANEXO J – Modelo De Perguntas Elaboradas Para As Entrevistas**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS – GCN**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E URBANO**

**Projeto: A INSERÇÃO DE PALHOÇA NA REGIÃO  
METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS: sua reestruturação  
econômica e urbana na atual divisão territorial do trabalho**

**ALUNO DO MESTRADO: GERALDO ALDAIR SOUZA**

**ENTREVISTA – 4º CAPÍTULO – AS DUAS VERTENTES DO  
CAPITAL PRIVADO EM PALHOÇA: O DESENVOLVIMENTO  
DOS CAPITALISTAS LOCAIS E A RECENTE PRESENÇA DO  
CAPITAL EXTERNO.**

**JUSTIFICATIVA:** A entrevista tem com finalidade trazer subsídios para tecer esclarecimentos a respeito da origem e desenvolvimento das empresas no município de Palhoça. Com as informações obtidas nas entrevistas pode-se compreender melhor a importância destas empresas para a formação de uma nova dinâmica econômica no município.

Nome da empresa:

Nome do proprietário:

Localização:

Atividade:

1 – Qual a origem do capital (local, da região, do Estado, nacional ou internacional)? Se possível nome da cidade.

2 – Qual era a antiga atividade do proprietário?

3 – Qual o município de origem do proprietário e sua descendência (alemã, portuguesa, ambas, outras) ?

4 – Por que se instalar em Palhoça? Descrever as vantagens.

5 - Qual o mercado de atuação da empresa (local, regional, estadual, nacional ou internacional)?

6 – Quais os principais problemas enfrentados pela empresa?

7 – Qual a perspectiva da empresa em relação ao mercado?

8 - Outras informações pertinentes à empresa?

## ANEXO K – Aumento nos Financiamentos de Moradias pela Caixa Econômica Federal

Financiamentos. Caixa investirá R\$ 38 milhões em empreendimentos na Capital, Palhoça e Içara

# Mais 624 moradias no Estado

A Caixa Econômica Federal assinou novos contratos habitacionais para a construção de três empreendimentos em Santa Catarina, nos municípios de Florianópolis, Palhoça e Içara. As obras somam 624 moradias com valor de financiamento de R\$ 37,8 milhões. Os contratos foram assinados em evento realizado no capital catarinense, que contou com a participação da presidente da Caixa, Maria Fernanda Ramos Coelho.

Maria Fernanda destacou o balanço positivo no crédito habitacional e na liberação de recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) para as vítimas das enchentes no Estado. "O ano de 2003 foi um ano de consolidação da Caixa como banco público. Para 2010 a perspectiva é manter a estratégia de crescimento

com a democratização do acesso ao crédito. Pretendemos crescer 30% nossa carteira de crédito", afirmou a executiva.

Também foi assinado contrato de financiamento para o Residencial Região de Calacacia, para construção de três torres com total de 180 unidades habitacionais. O empreendimento tem valor global de vendas de R\$ 21,9 milhões. Em Palhoça serão construídas 256 unidades no Residencial Sacramini, para a família Maria Casa Minha Vida, para famílias com renda até 10 salários mínimos. O investimento é de R\$ 17,3 milhões e o financiamento do banco com recursos do FGTS é de R\$ 8,2 milhões.

Em Içara serão construídas 212 unidades habitacionais. O investimento é de R\$ 18,3 milhões e o financiamento do banco com recursos do FGTS é de R\$ 8,2 milhões.

Até o dia 30 de novembro a Caixa já contratou 6.333 moradias no Programa Minha Casa Minha Vida no Estado.

Até o dia 30 de novembro a Caixa já contratou 6.333 moradias no Programa Minha Casa Minha Vida no Estado.

## Recorde no crédito imobiliário

No final do último mês, o banco registrou novo recorde histórico nas contratações habitacionais, somando valor de R\$ 39,3 bilhões no crédito imobiliário. O volume é R\$ 15,7 bilhões maior do que o previsto no início do ano e 93% superior ao comparado com o mesmo período do ano passado (R\$ 26,3 bilhões).

Os recursos destinam-se ao crédito imobiliário beneficiarem 756.507 famílias de todo o país com a casa própria. Desse total, 42% têm renda

de até cinco salários mínimos.

No Estado, foram realizadas quase 33.000 financiamentos, no valor de R\$ 1,8 bilhão. Esse valor é 69% superior ao valor registrado no mesmo período em 2000, de R\$ 1,055 bilhão. Dos R\$ 1,8 bilhão contratados em 2005, os mutuários contraram com R\$ 981,2 milhões do FGTS, R\$ 938 milhões do SBPF (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) e R\$ 130,8 milhões referentes a aplicações de outros recursos.

**256**

CASAS serão construídas em Palhoça

**8.333**

unidades foram contratadas no Estado até o dia 30 de novembro